



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“Direito Humanitário versus Direito da Guerra. As
convenções de Haia e Genebra no século XXI.”**

Autor: Aspirante Aluno de Artilharia Manuel Paula

Orientador: Coronel Eng. Ref. Sanches Osório

Lisboa, Julho de 2009



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“Direito Humanitário versus Direito da Guerra. As
convenções de Haia e Genebra no século XXI.”**

Autor: Aspirante Aluno de Artilharia Manuel Paula

Orientador: Coronel Eng. Ref. Sanches Osório

Lisboa, Julho de 2009



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os que acreditaram em mim e directa ou indirectamente contribuíram para a sua realização.

À minha família e à Ana Rita pelo apoio moral e emocional transmitido, ao meu falecido avó Albano Gomes pelos valores transmitidos e pelo seu apoio incondicional.



AGRADECIMENTOS

Relativamente ao presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), gostaria de exprimir a minha gratidão e reconhecimento a todos aqueles que colaboraram na sua elaboração no que respeita à disponibilidade e orientação e muito particularmente:

- Ao Coronel de Engenharia na Reforma Sanches Osório meu Orientador, pelo desafio que me lançou ao propor este trabalho e pelo seu total empenho, preciosa orientação, constante disponibilidade e simpatia manifestada ao longo de toda a execução do TIA, que em muito contribuíram para o produto final;
- Ao Coronel de Artilharia Rui Baleizão, pela absoluta disponibilidade e por ter sido prestável na transmissão de conhecimentos;
- Ao Major de Artilharia Hélder Barreira, da Academia Militar pela sua disponibilidade e contributos;
- Ao Comando de Pessoal do Exército, pelo convite para assistir á Conferência Internacional realizada no dia 20 de Maio de 2009 subordinada ao tema “ *Direito Internacional Humanitário – Direito dos Conflitos Armados*”, que contribuiu para a elaboração deste trabalho;
- Ao Major de Administração Militar Santos, do Comando de Pessoal pela sua disponibilidade, simpatia e contributos;
- Ao meu Director de Curso, Coronel Gomes da Silva, por ter acompanhado e conduzido os Trabalhos de Investigação;
- À minha família, sobretudo aos meus pais e ao meu irmão, por terem sido compreensivos e me terem apoiado das mais diversas formas;
- Á minha namorada Ana Rita, pela paciência, compreensão e apoio contínuo;
- À minha mãe Maria Manuela Paula pelo seu apoio incansável, e pelas traduções especialmente de alemão/português e de francês/português, que sem elas não conseguia elaborar o presente trabalho;
- A todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram com, sugestões, opiniões e incentivos no sentido de realizar, melhorar e concluir o presente TIA.

A todos, um muito obrigado...



ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – GUERRA	4
I.1. Direito da Guerra	4
I.2. Guerra Justa	6
Capítulo II – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	8
II.1. Os Tratados e o Direito Consuetudinário.	8
II.2. Fontes do Direito Internacional Humanitário.....	8
II.2.1. Convenções de Haia	9
II.2.2. Convenções de Genebra.....	9
II.3. Direito Internacional Humanitário.	10
Capítulo III – INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO.....	13
III.1. Antecedentes	13
III.1.1. Factos	13
III.1.2. Antecedentes Ideológicos	13
III.2. Avaliação legal	18
III.2.1. Direitos Históricos	18
III.2.2. Direito de autodeterminação	18
III.2.3. Violação por parte da Sérvia do Direito de autodeterminação e consequências legais	20
III.2.4. Desaparecimento do Direito de autodeterminação durante os últimos anos do poder de Tito.....	24
III.3. Alteração das Fronteiras no pós 2ª Guerra Mundial	24
III.3.1. Descolonização	24
III.3.2. Condições tradicionais para a independência de um Estado.....	26
III.3.3. Guerra um Direito dentro do Direito Internacional.....	27
III.3.4. Da secessão duvidosa ao aparecimento dos direitos jugoslavos	28
III.3.5. Carta de Paris (reconhecimento de novos Estados).....	29



III.4. Direito de Defesa	29
III.4.1. Justificação de Defesa contra o Genocídio e as violações das convenções de Genebra.....	29
III.4.2. Dever de Apoio a uma Defesa Justificada.....	30
Capítulo IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
IV.1. Dever de Assistência para uma Defesa Justificada.	33
IV.2. Proibição do impedimento das Guerras de Libertação.....	33
IV.3: Medidas Futuras.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
Anexos	38
Anexo A	39
Anexo B	64
Anexo C.....	76
Anexo D.....	79
Anexo E	86
Anexo F	89
Anexo G.....	94
Anexo H.....	100
Anexo I	105
Anexo J.....	108
Anexo K.....	117



RESUMO

No século XXI, os conflitos internacionais estão regulamentados pelo Direito Internacional Humanitário, nomeadamente pelas Convenções de Haia e de Genebra, deste modo, pretende-se com este tema entender quando um povo pode fazer a Guerra, as razões que pode mencionar para se tornar independente, e os motivos que levam a comunidade internacional a intervir num conflito. Pretende-se igualmente saber quando uma Guerra/conflito se pode dizer que é justa, bem como saber se a autodeterminação continua a ser aplicável no século XXI, como o foi com as ex-colónias portuguesas após o 25 de Abril de 1974.

Palavras-chave.

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO; GUERRA; AUTODETERMINAÇÃO; KOSOVO; NAÇÕES UNIDAS.



ABSTRACT

In the XXI century, international conflicts are regulated by International Humanitarian Law, particularly the Hague and Geneva Conventions thus seeks to understand with this issue when a nation can make war, the reasons can mention to become independent , and why the international community to intervene in a conflict. It is also know when a war/conflict can be said that is fair and whether the selfdetermination is still applicable in the twenty-first century as it was with the former Portuguese colonies after 25 April 1974.

Keywords:

INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW, WAR, SELFDETERMINATION, KOSOVO, UNITED NATIONS.



INTRODUÇÃO

“O Direito Internacional Humanitário pretende humanizar a guerra, disciplinando os seres humanos nos seus actos de violência armada e da protecção daqueles que se encontram em situação perigosa”

Michel Deyra

O Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) dedicado ao tema “*Direito Humanitário versus Direito da Guerra. As convenções de Haia e Genebra no século XXI*” realiza-se no âmbito do ciclo de estudos integrado, conducente ao grau de mestre, da Academia Militar (AM). O TIA é parte integrante do estágio de natureza profissional, do Tirocínio para Oficial de Artilharia da AM.

A notória persistência de conflitos armados de natureza internacional e não internacional no mundo confere uma especial pertinência a este tema no momento em que, para além do seu envolvimento nos Balcãs, tanto a União Europeia (UE ou EU) como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO) estão a desenvolver instrumentos militares para a projecção de força, nomeadamente no Afeganistão. Acresce que a participação das Forças Armadas Portuguesas em Timor, na ex-Jugoslávia, no Iraque e, no Afeganistão, só para referir alguns casos, justificam o presente trabalho que mais não pretende ser que uma modesta incursão numa área que se reputa de grande relevância e actualidade. E tentar compreender quando o Direito-Dever de ingerência deve ser atribuído a um povo sem que os demais se sintam prejudicados, tendo para isso a noção de que este deve ser atribuído com muitas cautelas.

A tentativa de secessão do Kosovo representa um dos casos mais importantes de invocação do princípio da autodeterminação dos povos, de um hipotético «Direito» de secessão e, sobretudo, de um «direito» de intervenção por uma organização internacional (a OTAN) que, entre outros fundamentos, alegou o Direito-Dever humanitário de agir pela força contra um Estado (a República Federativa da Jugoslávia) em factor da minoria de origem albanesa.”¹

¹ LOPES, (2003), Pág. 955.



O percurso metodológico iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica, incidindo sobre documentação indirecta, ou seja fontes escritas, designadamente nacionais (Faculdade de Direito da Universidade do Porto e Universidade Católica), e internacionais (Cruz Vermelha Internacional, Nações Unidas e OTAN), recorreu-se também a publicações periódicas, documentos electrónicos e a documentos fornecidos por Oficiais, para perceber melhor o Direito Internacional, existiram também muitas “conversas e debates” com Oficiais que possuíam conhecimento nesta área a estudar. A destacar na realização deste a possibilidade de assistira á Conferência Internacional realizada no dia 20 de Maio de 2009 subordinada ao tema “ *Direito Internacional Humanitário – Direito dos Conflitos Armados*” organizada pelo Comando de Pessoal do Exército em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade do Porto, que permitiu recolher um conjunto de informação crucial e constatar de que forma se está a aplicar Direito Internacional Humanitário e o que falta desenvolver nas acções das Forças Armadas e dos Estados.

O presente trabalho encontra-se organizado numa Introdução, três Capítulos e Considerações Finais, da seguinte forma:

Após feita a Introdução no primeiro capítulo, fez-se uma pequena abordagem á Guerra uma vez que é por causa da existência desta e dos conflitos que nasceu o Direito Internacional Humanitário (DIH), e analisa-se a Guerra segundo os princípios deste Direito.

No segundo capítulo fez-se um estudo à origem do DIH, o porquê do seu aparecimento, bem como definir e identificar os tipos de normas que o compõem, sendo também analisadas quais as componentes do Direito Internacional Humanitário;

No terceiro capítulo fez-se uma análise à Independência do Kosovo segundo o Direito Internacional Humanitário, tendo como base o que está descrito nos dois capítulos anteriores, servindo este país como um caso prático e em consequência disso ouve a necessidade de restringir o mesmo entre 1900 e 1998/99 com a entrada de forças da NATO no Kosovo. Uma vez que os acontecimentos de 2000 até à data da realização deste, não são muito claros, denotando-se ainda um desacordo entre a comunidade internacional.

Por último apresentam-se as Considerações Finais derivadas desta investigação, no sentido de dar resposta à questão central levantada, bem como às questões derivadas, sem esquecer as hipóteses, para posteriormente, com base nas conclusões, se enunciar um conjunto de propostas no sentido de colmatar as lacunas identificadas.

A execução deste trabalho de investigação aplicada tem como objectivo compreender quando as Nações Unidas ou Coligações de Estados podem entrar dentro de um país, e mudar um regime, bem como quando um povo pode declarar a sua autodeterminação em relação a outro país.



A pergunta de partida que norteia toda a pesquisa e análise é qual a “Justificação do Direito-Dever de ingerência?”

Existem ainda questões que levaram á investigação deste tais como:

As Vítimas da Guerra são hoje inaceitáveis?

O risco de morte tem que ser reduzido ou abolido?

Qual o objectivo do Direito Humanitário e o objectivo da guerra?

Quando pode ser evocada a autodeterminação de um povo?

Pode-se dizer que uma guerra é justa?

Qual a legitimidade das nações unidas para entrarem num Pais?

A intervenção no Kosovo criou condições para a independência?

Este trabalho tem como objectivo: Compreender a independência do Kosovo no âmbito do Direito Internacional Humanitário e saber qual a Justificação do Direito-Dever de ingerência.



Capítulo I – GUERRA

“Na realidade nenhuma guerra que se conheça na história, no presente ou no futuro que se possa prever, foi justa”
Thomas Morus² Século XVI, in Utopia

Segundo Clausewitz a “Guerra é a continuação da política e da diplomacia por outros meios”. “Vemos que a Guerra não é só um acto político, como também um autêntico instrumento político, uma continuação do comércio político, um modo de levar o mesmo a cabo, mas por outros meios”³. Mas as novas concepções de guerra divergem da teoria de Clausewitz, que pressupunha que a guerra tinha que ser efectuada entre Estados, e que entre estes tinha que haver uma declaração formal de guerra. É interessante, para vermos a evolução do conceito da Guerra apresentar a definição encontrada no livro “*The Law of War*”.

“War is thus a struggle by armed force of certain intensity between groups of a certain size, consisting of individuals who are armed, who wear distinctive insignia and who are subjected to military discipline under responsible command”.⁴

Nesta definição não se fala de Estados, nem do fracasso da diplomacia, pois as mais recentes guerras são feitas entre grupos armados e são na generalidade inter-étnicas, ao invés de serem realizadas entre Estados.

I.1. Direito da Guerra

Por Direito da Guerra, ou Direito dos Conflitos armados entende-se: o conjunto de normas internacionais, baseadas em tratados e acordos de origem convencional, e de usos e costumes da guerra, destinados a minimizar os efeitos dos conflitos armados, que limitam por razões humanitárias, as partes em conflito quanto aos meios e métodos de fazer a guerra, bem como proteger as pessoas e bens que possam ser afectadas por um conflito. Ou seja a sua finalidade é minimizar o mais possível os danos causados às pessoas e aos bens de carácter civil, bem como às próprias Forças Armadas presentes no conflito, sem que o cumprimento destas regras afecte o resultado de uma guerra.⁵

² MORE, (1995)

³ CLAUSEWITZ. Pág.46.

⁴ DETTER, Pág. 26.

⁵ Ejército de Tierra Español Mando de Adiestramiento y Doctrina OR7-OOR, Capítulo 1.



O direito e a guerra são objecto de três tipos de relações: direito contra a guerra com o princípio geral da interdição do uso da força como meio de resolução de litígios entre Estados, direito à guerra apenas nas hipóteses de legítima defesa ou de acção coerciva interposta pelas Nações Unidas com base no capítulo VII da Carta e direito da guerra, que a maior parte das vezes se aplica a partir do momento em que o direito internacional público tenha já sido violado.

A expressão direito da guerra, actualmente encontra-se abandonada a partir do momento em que caducou o conceito do estado de beligerância, ou pelo menos desde a adopção do princípio da proibição do recurso à força.

A Declaração de São Petersburgo de 1868 afirmava que o único fim legítimo da guerra consiste no enfraquecimento das forças militares do inimigo. No seguimento desta lógica, Jean Pictet identificou ⁶ os dois postulados da guerra que conduzem a um raciocínio específico no plano humanitário.

O primeiro postulado consiste no facto de a guerra não ser um fim, mas antes um meio. A guerra é uma situação contrária ao estado normal da sociedade que é a paz, só sendo justificável pela sua necessidade na medida em que se trata de um meio (do último meio) para que um Estado faça outro ceder à sua vontade. Frequentemente os meios diplomáticos e as pressões económicas são suficientes para alcançar este fim, mas por vezes tal acontece. Desta forma, o recurso à força consiste no emprego da pressão necessária para obter esse mesmo resultado. Os meios militares devem ser proporcionais e qualquer tipo de violência que não seja indispensável para fazer um Estado ceder é desprovida de objecto.

O segundo postulado considera a guerra como um meio de destruição do potencial de guerra do inimigo. Este potencial de guerra é composto por dois elementos: os recursos em material e os recursos em número de homens. Tratando-se do potencial humano, isto é dos indivíduos que contribuem directamente para o esforço de guerra, só existem três meios para o diminuir: matar, ferir ou capturar. No entanto, no que diz respeito ao seu rendimento militar, estes três processos são equivalentes, já que todos eles eliminam as forças vivas do adversário.

Porém, no plano humanitário, identificam-se quatro consequências fundamentais para as vítimas de guerra: a humanidade exige que seja dada preferência à captura sobre o ferimento e ao ferimento sobre a morte, resumindo deve-se optar sempre pelo mal menor. A humanidade exige que se poupem, tanto quanto possível, os não combatentes (os que não

⁶ PICTET.(1973) Pág. 33 e seguintes.



combatem ou que já não combatem) já que estes são desprovidos de qualquer interesse militar, e que se fira da forma menos grave e menos dolorosa, por fim, requer que a captura de guerra seja o mais suportável possível, já que esta não equivale a um castigo, mas simplesmente a um meio de impossibilitar o adversário de ferir. Concretamente isto significa que, no caso de ser possível colocar um combatente fora de combate fazendo-o prisioneiro, não se deve feri-lo. Se o podemos colocar fora de combate ferindo-o, não devemos matá-lo. E se um ferimento ligeiro é suficiente para o colocar fora de combate, não lhe devem ser infligidos ferimentos graves.⁷

1.2. Guerra Justa

A procura da justificação da guerra é recorrente. Desde os ensinamentos dos teólogos ancestrais até a pensadores espanhóis, a Guerra Justa é colocada em sede de direito das gentes. O início do pensamento moderno é atribuído a Grotius, sob a tentativa de uma teoria geral do Direito da Guerra, abordando a problemática da guerra do ponto de vista do direito entre Estados soberanos.

Vejamos do que consta a tradição da Guerra Justa:

O pensamento sobre a ética da Guerra tenta aproximar as perspectivas idealistas e realistas, procurando através da Teoria da Guerra Justa legitimar a violência do Estado contra ameaças, justificando os fins e impondo limitações aos meios. Os pensadores Cícero, São Agostinho, São Tomás de Aquino e Hugo Grotius, entre outros, procuraram responder a duas perguntas fundamentais: quando é permissível travar uma guerra? (*jus ad bellum*); e quais as limitações na maneira de travar uma guerra? (*jus in bello*). A Teoria da Guerra Justa procura reger três tópicos principais: a causa da guerra – *jus ad bellum*, a condução da guerra – *jus in bello*, e as consequências da guerra – *jus post bellum*. Só quando se cumprirem os critérios de *jus ad bellum* é que é permissível o uso da força. A causa justa é o princípio fundamental da Guerra Justa⁸. Para além da causa justa, são considerados como princípios basilares⁹ do *jus ad bellum*: autoridade legítima – deriva do conceito de Estado soberano com representatividade popular. Isto exclui como Guerra Justa aquela travada por organizações de indivíduos sem aprovação da sociedade. No entanto é justificável que o conflito possa ser originado por uma comunidade de indivíduos oprimidos por governos ilegítimos; intenção justa – vai para além de submeter a guerra ao interesse nacional, mas ao estabelecimento de uma paz justa. Está intimamente ligada à justiça na guerra (*jus in*

⁷ CICR.(1973) Pág. 27

⁸ MOSELEY. <http://www.utm.edu/research/iep/j/justwar.htm>

⁹ http://www.beyondintractability.org/m/jus_ad_bellum.jsp



bello) pelo que nega os actos de vingança e violência indiscriminada. Sendo o objectivo da guerra a obtenção de um melhor Estado de paz, constata-se que Guerras Justas têm natureza limitada.¹⁰ A rendição incondicional é vista como o abdicar da própria soberania e como tal não é uma intenção legítima; possibilidade razoável de sucesso – refere-se a uma análise de custo/benefício e da garantia mínima de que a guerra não será em vão. Isto não querará dizer que um poder mais fraco não possa combater por uma causa justa; e como último recurso – pretende-se que todas as formas não violentas sejam esgotadas antes de se recorrer à guerra. Uma Guerra Justa só pode ser travada quando todas as vias diplomáticas tenham sido esgotadas.

A justiça na guerra, também conhecida por direito humanitário, ou *jus in bello*, envolve três requisitos¹¹: o requisito da força mínima – a quantidade de violência usada em qualquer ocasião não deve exceder a necessária para realizar o fim em vista; o requisito da proporcionalidade – a violência na guerra tem de ser proporcional ao ataque sofrido, utilizando meios proporcionais aos fins, com o recurso ao mínimo de força necessária à obtenção dos objectivos; o requisito da discriminação – a força deve ser dirigida apenas contra pessoas que sejam alvos legítimos de ataque (protecção de não combatentes).

Num evento complexo como é a guerra, é natural que surjam diferentes interpretações sobre os diversos requisitos. Mas pelo facto da guerra ser injusta não isenta os combatentes de aderirem às regras de *jus in bello*.

¹⁰ A guerra contra o terrorismo foi considerada pela administração americana como guerra infinita – descontinua, indefinida em duração, objectivos, meios e alcance espacial.

¹¹ McMAHAN. <http://www.filedu.com/jmcmahan/guerraepaz.html>.



Capítulo II – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

II.1. Os Tratados e o Direito Consuetudinário.

O direito convencional e o direito internacional humanitário consuetudinário são as principais fontes do direito humanitário. Diferentemente do direito convencional (por exemplo, as quatro Convenções de Genebra), o direito internacional consuetudinário não possui forma escrita. Uma norma é consuetudinária quando reflecte a prática dos Estados e, concomitantemente, há convicção, na comunidade internacional, de que essa prática faz parte de uma obrigação jurídica. Enquanto os tratados vinculam somente os Estados que os ratificaram, as normas de direito consuetudinário possuem força obrigatória para todos os Estados.

A diferença entre o direito convencional, e o direito internacional consuetudinário não está expressa por escrito. Para provar que determinada norma é consuetudinária, deve-se demonstrar que esta reflecte a prática dos Estados e que existe a convicção, na comunidade internacional, de que essa prática é requerida pelo direito. Nesse contexto, a "prática" refere-se à prática oficial dos Estados, ou seja às suas declarações.¹²

II.2. Fontes do Direito Internacional Humanitário.

As fontes do Direito Internacional Humanitário são de origem consuetudinária, mas que foram amplamente codificadas durante o século XX e, na maior parte dos casos, continuam a ter um valor consuetudinário para os Estados que não ratificaram nem aderiram aos textos convencionais. Existem actualmente cerca de trinta textos Internacionais em matéria de DIH. Entre eles podemos citar as 15 Convenções de Haia de 1899 e de 1907, o Protocolo de Genebra de 17 de Junho de 1925, as 4 Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, a Convenção e o Protocolo de Haia de 14 de Maio de 1954, os 2 Protocolos Adicionais de 8 de Junho de 1977, a Convenção das Nações Unidas de 10 de Abril de 1981, o Tratado de Paris de 15 de Janeiro de 1993 e a Convenção de Ottawa de 3 de Dezembro de 1997. De entre todas estas Convenções, costuma-se operar uma distinção entre as Convenções de Haia e as Convenções de Genebra. Esta distinção, actualmente desapropriada já que os Protocolos contêm disposições que regulamentam igualmente a conduta das hostilidades, conserva no entanto, um valor histórico, e sobretudo didáctico, já que permite diferenciar estes dois conjuntos de regras de direito.

¹² CICR, 2007, Volumen 1: Normas.



II.2.1. Convenções de Haia

Devem-se considerar as Convenções de Haia na perspectiva da restrição dos direitos dos combatentes. O DIH nasceu num campo de batalha e visava, antes de mais, a protecção do combatente. Foi este o objecto da Convenção de 1864. Quatro anos mais tarde, a Declaração de São Petersburgo admitia a necessidade de limitações na conduta das hostilidades e de proporcionalidade entre o fim da guerra (o enfraquecimento das forças militares do inimigo) e os meios para o alcançar. Estes princípios foram retomados na quarta Convenção de Haia de 1907 e no Regulamento a ela anexo¹³. O Direito só pode existir na guerra no caso de se verificar uma adesão incondicional ao princípio de que, para aliviar os efeitos das hostilidades, os direitos dos combatentes não são ilimitados. De entre as quinze Convenções de Haia, convém mencionar, para além da quarta Convenção relativa às Leis e Costumes da Guerra em Campanha e o Regulamento a ela anexo, as quinta e décima terceira Convenções relativas aos Direitos e Deveres das Potências e das Pessoas Neutras, em caso de guerra em campanha e marítima respectivamente. Todos estes textos encontram-se limitados pela presença da cláusula de participação geral (cláusula *si omnes*).

II.2.2. Convenções de Genebra

No dia 12 de Agosto de 1949 foram adoptadas quatro Convenções: a primeira para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha (guerra em terra), a segunda para Melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no Mar, a terceira relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra e a quarta relativa à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra. Ou seja as Convenções de Genebra devem ser consideradas na perspectiva da protecção dos direitos dos não combatentes. As quatro Convenções de Genebra proporcionaram respostas adequadas aos problemas, tal como eram sentidos em 1949, nomeadamente na base da dolorosa experiência da Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, face à diluição do conceito de guerra, à multiplicação dos conflitos armados não internacionais (guerras de secessão, conflitos de descolonização, conflitos revolucionários e guerrilhas) e devido ao surgimento na cena internacional de Estados que acederam recentemente à independência, com os seus problemas específicos e querendo fazer valer as suas próprias concepções, afigurou-se necessário reafirmar o direito aplicável em situação de conflito armado. Tal foi o objectivo dos dois Protocolos Adicionais de 8 de Junho de 1977, o primeiro incidindo sobre a protecção das vítimas de conflitos armados internacionais, sendo o segundo relativo à

¹³ Artigos 22º e 23º



protecção de vítimas de conflitos armados não internacionais. Estava fora de questão modificar as Convenções de Genebra, já que importava salvaguardar o que tinha sido previamente adquirido. É por esta razão que os Protocolos Adicionais, vieram completar, e não substituir, as Convenções de Genebra que, no caso das três primeiras, vieram por sua vez substituir as convenções anteriormente adoptadas na mesma matéria.¹⁴ Em relação às Convenções de 1949 o primeiro Protocolo traz quatro novidades¹⁵, consideradas frequentemente controversas por alguns Estados e que explicam a sua reticência, pelo menos num primeiro tempo, em ratificá-los. São elas, a melhoria da assistência médica às vítimas, a flexibilização das condições exigidas para a obtenção do estatuto de combatente legítimo (e por consequência de prisioneiro de guerra), o reforço das restrições aos métodos e meios de guerra, combinado com as medidas de precaução no ataque e na defesa, e finalmente a melhoria dos mecanismos de aplicação e de controlo. Quanto ao Protocolo II, que foi o primeiro tratado de alcance universal aplicável às guerras civis, e constitui inegavelmente um progresso em relação ao único artigo 3º comum às Convenções de Genebra. Estes instrumentos internacionais foram largamente ratificados¹⁶: até ao dia 1 de Julho de 1998, havia 186 Estados Partes nas quatro Convenções de Genebra (com excepção feita à Eritreia, às Ilhas Marshall e a Nauru); 150 Estados Partes no Protocolo I e 142 no Protocolo II. Não deixa de ser significativo referir que as grandes potências (possuidoras de armas nucleares) não aderiram ao Protocolo I (nomeadamente os Estados Unidos, a França, a Índia e o Paquistão)¹⁷ e que inúmeros Estados do Terceiro Mundo, envolvidos presentemente, ou no passado em guerras civis ainda não aderiram ao 2º Protocolo, tal, como sucede com a Angola, Etiópia, Moçambique, Somália e Sudão.

II.3. Direito Internacional Humanitário.

Os conflitos armados, as guerras internacionais ou as guerras civis constituem a mais cruel realidade da nossa época. O balanço dos mortos, sofrimentos, ferimentos e deslocamentos de pessoas, atentados ao meio ambiente, destruições de bens que conduzem inevitavelmente a guerras, é aterrador. Apesar de todos os esforços desenvolvidos para substituir o recurso à força pela resolução pacífica dos diferendos, existiram nos últimos 50 anos cerca de 170 conflitos armados e, desde os anos 80, 90% das

¹⁴ A 1ª e a 3ª Convenções de Genebra vêm a substituir a 1ª e 2ª Convenções de 1929 e a 2ª Convenção de Genebra vem substituir a 10ª Convenção de Haia de 1907.

¹⁵ KOZIRNIK. (1997) Pág. 517 e seguintes.

¹⁶ Anexo B.

¹⁷ CHABANON. (1994) Pág. 13-177. No dia 28 de Janeiro de 1998 o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte aderiu aos Protocolos I e II que entraram em vigor para este país no dia 28 de Julho de 1998.



vítimas são civis, mortas ou mutiladas nos combates, quer acidentalmente quer de forma deliberada para cobrir actividades militares. Não podemos deixar de nos chocar pela precariedade crescente dos civis nas guerras contemporâneas que, na sua maioria, são pudicamente qualificadas pelos estrategas como «conflitos de baixa intensidade», sem dúvida para fazer eco do famoso «mortes zero» dos militares.

É evidente que a prevenção dos conflitos deve permanecer como o objectivo primário da cooperação internacional, e não se deve contentar em afirmar que a guerra constitui um crime e ilegalizá-la internacionalmente, apesar de que esta deve ser prevenida e punida, mas tal não nos pode eximir de tratar dos males que ela causa, devendo o nosso objectivo consistir em salvaguardar a humanidade da realidade da guerra. É precisamente este o objectivo do Direito Internacional Humanitário (DIH): em nome dos princípios da humanidade e da dignidade reconhecidos por todas as formas de civilização, proteger a pessoa que se encontra numa situação perigosa devido à violência causada pela guerra. Objectivo presente desde a sua origem, ou seja o DIH representa a expressão jurídica do sentimento de humanidade que corresponde à benevolência e à compaixão que nutrimos pelos nossos semelhantes. Desta forma, o Direito Internacional Humanitário enuncia as regras aplicáveis durante os conflitos armados, internacionais ou não, que visam um duplo objectivo: restringir os direitos dos combatentes através da limitação dos métodos e meios de guerra e proteger os direitos dos não combatentes, civis e militares fora de combate. O seu campo de aplicação, inicialmente limitado à protecção dos militares feridos nas forças armadas em campanha, foi alargado de forma considerável à medida que o círculo de vítimas dos conflitos armados se alargava. Estes tipos de violência dizem respeito aos dois principais actores com que nos deparamos no teatro de guerra: o combatente e a vítima, podendo uma mesma pessoa, de acordo com as circunstâncias, assumir ambos os papéis. Do lado do combatente, o Direito Internacional Humanitário prevê restrições na conduta das hostilidades; do lado da vítima, este ramo de direito, enuncia os mecanismos de protecção das pessoas que caíram no poder do inimigo. Trata-se assim de regulamentar as hostilidades a fim de atenuar as suas circunstâncias, através da limitação da utilização da violência, desde que tal seja compatível com as necessidades militares e tendo em vista respeitar a dignidade da pessoa, mesmo quando inimiga na máxima medida possível. De forma mais realista, devemos esperar que o DIH possa apaziguar as manifestações mais assustadoras da guerra. Se por um lado o *jus contra bellum* é proclamado e o *jus ad bellum* proibido, por outro lado o *jus in bello* é regulamentado.

Apesar de a guerra ter sido ilegalizada pelo direito internacional, existem regras internacionais que vigoram em tempo de conflitos. Não devemos esquecer que as



Convenções de Genebra foram unanimemente ratificadas, e que o Direito Internacional Humanitário visa acima de tudo os indivíduos, e não os Estados, visto tratar-se *verdadeiramente* de um Direito das Gentes. O objectivo deste ramo do Direito é assim exclusivamente humanitário, já que pretende simplesmente tornar menos desumanas as consequências de qualquer guerra declarada, iniciada licitamente ou mesmo em violação de uma obrigação internacional. O Direito Internacional Humanitário que, antes de mais, consiste num direito de assistência e de protecção das vítimas dos conflitos armados, é também o direito que autoriza o combatente a atentar contra a vida ou a integridade física de uma pessoa. É este o ramo do direito que regulamenta a actividade humana, por muito desumana que ela seja, e determina como matar, ferir, capturar e sequestrar. Mesmo se, por vezes, é difícil libertarmo-nos da abstracção do Direito, devemos lembrar que o seu objectivo é de ultrapassar os grandes princípios para os tornar operacionais; estes princípios foram assim transformados numa multiplicidade de regras (400 artigos para o Direito da Haia e 600 para o Direito de Genebra) que vão seguramente regulamentar a violência, mas também a assistência. Deste modo as regras humanitárias permanecem as únicas armas das vítimas.



Capítulo III – INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

III.1. Antecedentes

III.1.1. Factos

O Kosovo¹⁸ encontra-se no sudeste da Europa e faz fronteira com os seguintes países, Albânia (112 km), Macedónia (159 km), Montenegro (79 km) e Sérvia (352 km), perfazendo um total de 702 km de fronteiras terrestres, e não possui fronteiras marítimas. A sua capital é Pristina. Possui uma população de cerca de 2,2 milhões de habitantes, em que 88% são albaneses, 7% são sérvios e os restantes 5% são de outras etnias (bósnios, turcos, romenos).¹⁹

Mais de 50% da população tem menos de 19 anos, o Kosovo é a área com maior densidade populacional da península balcânica, e é muito rica em recursos minerais.

Até 1912, o Kosovo fez parte de uma das províncias albanesas do Império Otomano a partir dessa data, pode-se dizer que o povo Kosovar foi vítima de uma série de acontecimentos que alteraram o destino do mesmo²⁰.

III.1.2. Antecedentes Ideológicos

O comportamento dos sérvios no Kosovo desde 1912 foi baseado na convicção de que a Sérvia tinha direitos históricos para com o país e que a Sérvia tinha o direito de se defender contra o "genocídio dos sérvios por meios demográficos".

O Kosovo e o norte da Albânia são reivindicados como o "berço do povo sérvio", como o centro do império do famoso czar sérvio Dushan, pois possuem antigas igrejas e mosteiros ortodoxos sérvios, que deixaram de pertencer à Sérvia após esta ter perdido uma batalha em 1389 com o exército turco. A partir daqueles tempos, os sérvios começaram a aclamar o Kosovo como seu território. Os turcos, após a batalha, povoaram aqueles territórios com albaneses, e acabaram por conduzir os sérvios para fora do seu próprio país. Alguns autores da Academia Sérvia de Artes e Ciências²¹ alegaram que estes acontecimentos ocorreram à apenas 300 anos atrás, quando, em 1690 e em 1739, o exército austríaco chegou ao Kosovo, e foi aclamado pelos cristãos sérvios, este ocupou

¹⁸ Anexo K

¹⁹ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/KV.html>

²⁰ Ver Anexo A

²¹ UROSÉVIC. (1965) e BOGDANOVIC (1985).



durante algum tempo o Kosovo, e quando se retirou levou consigo muitos dos cristãos sérvios que lá se encontravam. Só após estes acontecimentos é que esses autores afirmam, que a fuga dos kosovares sérvios com o exército austríaco deu lugar à existência de albaneses no Kosovo provenientes das montanhas albanesas. O político sérvio Draskovic afirmou que os albaneses presentes naquele território, só chegaram depois de os sérvios partirem.²²

No entanto, quase todos os linguistas dizem que a língua albanesa provavelmente se desenvolveu a partir do Illyrian, um grupo de línguas que, na época romana era falada por toda a Jugoslávia, Albânia e no sudeste da Itália. Mesmo para os menos conhecedores, o elevado número de palavras latinas na linguagem albanesa, mostra que, o albanês ou a sua linguagem mais antecessora deve ter sido falada pelo povo quando este se encontrava sob o domínio romano, ou seja que os antecessores destes albaneses devem ter vivido na região dos Balcãs muito antes de qualquer povo eslavo. O império do Czar Dushan (que ele próprio se intitulava como o Czar dos sérvios, albaneses e gregos) durou apenas 9 anos (1346-1355), embora os membros da sua família, os Nemanjids, controlassem várias partes do norte da Albânia desde a segunda metade do século XII. Durante cerca de 180 anos, primeiro como vassalos do imperador bizantino, mas posteriormente, rejeitando as regras bizantinas.²³ Também existiram impérios similares debaixo das regras sérvias, como o ocorrido, durante algum tempo no norte da Grécia, por outro lado, partes da Albânia foram governados durante algum tempo por Normandos, Sicilianos e Búlgaros. Todos estes, tinham relações directas entre si, quase todas elas criadas por casamentos, com os imperadores bizantinos e com albaneses nobres, por isso muitas vezes era difícil saber qual a nacionalidade dos governantes e qual a sua língua, mas de notar que naqueles tempos não se ligava muito à nacionalidade e à língua, o que tinha importância era a religião dos governantes.

A batalha sobre o Kosovo Polje²⁴, Fushë e Kosovë, provavelmente, terminou sem um vencedor claro. O único relato conhecido foi dado por uma testemunha ocular, dizendo que, o rei bósnio Tvrtko, não mencionou os sérvios, mas sim os albaneses, como participantes sobre o lado cristão. O império sérvio teve o seu fim em 1355, fim esse que não foi originado

²² Segundo político sérvio Draskovic. Essa afirmação deve-se ao facto de que antigamente parte do Cáucaso era apelidado de Albânia. Há quem alegue que os albaneses são descendentes dos antigos Thrakians que vivem agora na Turquia Europeia.

²³ COROVIC, S. (1989), Pág.156 e seguintes. Apelida de estado de Nemanjid "Estado comum dos albaneses e sérvios".

²⁴ Anexo J.



por essa batalha, mas foi muito mais tarde quando as forças sérvias ajudaram os turcos a atacar a Hungria.

Os frescos presentes nas igrejas sérvias foram pintados nos tempos dos Turcos (muitas das pinturas, como por exemplo as da igreja de Saint Naum no Lago Ohrid foram realizadas por monges albaneses). É um facto, de que a igreja sérvia prosperou sob o reinado turco e obteve para os seus membros vantagens fiscais semelhantes às que possuíam os muçulmanos. Isto foi possível devido à intenção de retirar aos católicos albaneses algumas das suas igrejas, como o que aconteceu com o patriarcado em Pejë. Há inúmeros documentos datados da Idade Média, que relatam a presença de albaneses, descrevendo-os como o grupo mais importante. Quando os austríacos invadiram esta zona dos Balcãs, as suas atenções dirigiram-se para a população albanesa. Entre as pessoas que abandonaram o Kosovo com os austríacos havia albaneses sérvios que se fixaram em Syrmia. Estes albaneses fixaram-se em pequenas aldeias nos arredores de Syrmia e preservaram a sua língua até aos fins do século XIX. Além disso, antigas fontes mencionam que os sérvios, não passavam de cristãos ortodoxos que se sujeitavam ao patriarcado ortodoxo de Pejë.

Estas considerações históricas, possuem pouco relevo para os ideólogos sérvios, pois um deles descreve-as como sendo um mito²⁵. O líder dos estudantes sérvios em Pristina, Zivojin Rakocovic, exprimiu muito bem o seu pensamento dizendo: "O professor Jovan Cvijic era um génio, pois já em 1903, salientou que iria haver um conflito entre os sérvios e a população Arbanesian, e que a bomba demográfica albanesa iria empurrar outra vez os sérvios para Leskovac e Niš. Lamentavelmente, a voz deste génio permaneceu esquecida, uma vez que os albaneses, depois de terem vivido durante séculos longe de qualquer contacto com a civilização, voltaram a invadir a civilização como nómadas.

Agora que as suas terras estavam empobrecidas saíram das suas sociedades tribais, e entraram no Kosovo atraídos pelas suas planícies. A atracção pelas planícies kosovares resultou numa terrível bomba demográfica, que foi impulsionada pelo fundamentalismo islâmico e poligamia. Tendo em conta, que se propõem uma divisão do Kosovo [entre sérvios e albaneses] vai ter que se contar com mais 300,000 nómadas que vão descer das montanhas para a planície. A bomba demográfica nesta sociedade veio a

²⁵ LUKIC, R. (1989), Pág. 957 -Acerca do mito de que é fornecido pela explicação dada no mesmo para o nome do país, Kosovo, na Sérvia: Kosovo. A batalha teve lugar na Fushë e Kosovë s = Kosovo Polje, ou seja, a Planície de Kosovo. Do sérvio kos palavra para o preto, o Kosovo Polje também pode ser traduzido como Planície dos Melros. De acordo com o mito, os heróis sérvios que morreram na batalha reencarnaram em melros, que com as suas canções tristes, continuam a lamentar a perda do império sérvio para os infieis.



confirmar a tese de Cvijic com a chegada dos nómadas a Niš e Leskovac. Portanto, a fronteira natural deve ser mantida a qualquer custo. O cavaleiro cristão Lazar perdeu cabeça e o país nos campos do Kosovo [na famosa batalha onde levou os sérvios], mas recebeu o império celeste em troca, e graças a esse império celeste, nós [sérvios] ainda nos encontramos no Kosovo. Mas agora quem perder o Kosovo também irá perder o povo e a sua própria cabeça e vai ter vergonha para o resto da sua vida..."²⁶ Esta palavras não foram proferidas por um ancião nacionalista do século XIX mas sim por Rakocevic, que nasceu em 1974 e deu a voz aos sentimentos partilhados pelos kosovares sérvios, sentimento esse que também foi expresso, por um inspector de saúde animal sérvio de 32 anos, quando foi entrevistado por um jornalista americano: "Todos os homens albaneses possuem três ou quatro esposas e cerca de 20 filhos. Eles ganham dinheiro com o tráfico de droga e com a prostituição, e nenhum dos albaneses está legal. Pelo menos 75% são provenientes da Albânia e de outros lugares, e quanto mais cedo os enviar-mos de volta para as suas terras melhor ".²⁷ Com estas declarações, deu para perceber qual o resultado de décadas de propaganda anti-albanesa, em que os albaneses foram considerados como polígamos fundamentalistas que se multiplicaram sem controlo nenhum, e que a maioria deles eram criminosos.

Significa isto que o genocídio dos sérvios pelo aumento da população albanesa no Kosovo devia ser interrompido e revertido, acabando com o aumento da população albanesa²⁸, através da expulsão destes do território kosovar, e aumentando o número de sérvios neste território²⁹. O governo sérvio culpou-se por não ter conseguido atingir esses objectivos.

²⁶ Duga, (1998). Na Sérvia, "Arbanese" e "Shiptars" são termos desrespeitosos para os albaneses, acerca dos quais Rakocevic repete varias vezes. O facto de eles viverem numa aldeia e de acordo com as suas tradicionais têm casamentos muito estáveis, e um elevado número de filhos - tal como os membros de outras nacionalidades da Jugoslávia de Tito, que ainda viviam em condições semelhantes. Os Kosovares sérvios, anteriormente eram principalmente agricultores que vivam no campo e após a IIGM foram para as cidades, onde encontravam emprego muito mais facilmente do que os albaneses. Nas cidades, tanto sérvios como albaneses, tinham muito menos filhos. Assim, entre 1948 e 1981, o número de kosovares sérvios aumentou 22%, mas os kosovares albaneses, apesar da sua considerável emigração de 146%, a sua população aumentou de 69% em 1948 para acima de 90 % em 1998. A mesma evolução demográfica do Kosovo poderia ser observada na Voivodina; pois lá existe, também, um grupo nacional que viviam sob condições rurais, e tinham uma taxa de natalidade mais elevada do que o outro grupo essencialmente urbano. No entanto, na Voivodina, os sérvios eram o grupo com o crescimento mais rápido e os húngaros foram o com menor crescimento, mas ai ninguém falou de um "aumento genocida".

²⁷ HEDGES, (1997).

²⁸ "Conferência Científica do Grupo de Trabalho".

²⁹ www.kosova.com/expuls/chap4.htm

Imediatamente após a libertação de Belgrado em 1944, Cubrilovic, num memorando para Tito, propôs "limpar" a nova Jugoslávia de todas as minorias e, em especial dos alemães, húngaros e albaneses; nessa limpeza, ele



*"Aqui no Kosovo, os erros dos estrategas sérvios são particularmente óbvios. Os objectivos propostos não são totalmente explícitos. Pois consideram apenas o panorama demográfico do Kosovo. Porque é nesse panorama que reside a principal força dos albaneses, e têm capacidade de responder aos ataques sérvios. Cerca de 80.000 sérvios foram expulsos da Croácia. E não se percebe porque é que o governo de Belgrado não os reintegrou a todos ou, pelo menos, metade destes no Kosovo? Apenas 14,000 destes tiveram lugar nas organizações estatais do Kosovo, e dois terços destes 14.000 abandonaram o Kosovo, logo que lhes foi possível. As razões da sua fuga foram a miséria, e a falta de condições de habitação. Apenas uma minoria permaneceu. A explicação oficial para estes factos é a falta de dinheiro. Mas vejamos apenas alguns factos. A comunidade de Pejë dispõe de 2.500 hectares de terras comunitárias, que são cultiváveis, e apenas 1.000 hectares estão a ser utilizados, os restantes 1.500 hectares poderiam ter sido distribuídos pelos refugiados, passando a ser propriedade sua para o resto da vida, dando como contrapartida não venderem essas terras. Se tivessem dado a cada família um hectare, a comunidade de Pejë teria 1500 famílias sérvias... Para dizer a verdade, algo foi feito. Eu mesmo visitei duas zonas de refugiados... e um colono disse-me: "Deram-nos casas, e estamos gratos por isso. Mas não temos nenhuma terra nem trabalho, nem dinheiro. ... Temos dez armas, e fazemos raides nocturnos... Muitos de nós vamos para Montenegro a contrabandear tabaco. Não temos mais nenhum trabalho."*³⁰

Na realidade, a perseguição aos albaneses que durou mais de um século, não teve nenhum sucesso. Antes do seu início, em 1840, o famoso geógrafo francês Ami Boué estimou que o número de albaneses presentes no território seria de 1,6 milhões e os residentes sérvios num número inferior a um milhão. Em 1998, as proporções eram opostas.³¹

disse, o Exército Soviético poderia fornecer "ajuda fraternal". No que diz respeito aos albaneses, pelo menos, o seu conselho não foi seguido, na altura, apesar de ele ser ministro no novo governo. Desde 1989, o envio de um grande número de sérvios e montenegrinos, para o Kosovo foi propaganda oficial, apesar de o Kosovo se encontrar superpovoado, enquanto na Sérvia, as aldeias estavam a desaparecer. Por exemplo, o presidente da junta governativa da então chamada de "Região Autónoma do Kosovo", Jovanovic, propôs o envio de 300,000 sérvios para o Kosovo. Em 1990, o parlamento sérvio aprovou o "Programa para Estabelecer a liberdade, a igualdade, a democracia e a prosperidade na Região Autónoma do Kosovo", de 30 de Março de 1990, Sl.gl.RS 1990/15, que serviu de base à política de Serbizarização que foi implementada durante os anos seguintes.

³⁰ Duga, (1998)

³¹ Já em 1910, a 11ª edição da Enciclopédia Britânica, estimava que a Albânia (incluindo as aldeias do império otomano) tinha uma população de 1,5-1,6 milhões de pessoas, entre as quais 1,1-1,2 milhões eram albaneses, enquanto a Sérvia possuía uma população de 2,75 milhões de pessoas, das quais, 2,2 milhões eram sérvios. Em 1990, havia 8,1 milhões sérvios na Jugoslávia, não contando com os Montenegrinos 580,000 e na Jugoslávia na Albânia, havia um total de 5,6 milhões de albaneses.



III.2. Avaliação legal

III.2.1. Direitos Históricos

Os direitos históricos são um argumento muito discutível, mesmo aceitando as distorções históricas sérvias. Uma vez que os acontecimentos de há 300 ou 600 anos atrás não podem servir como uma base de direitos para se alegarem no presente. Tendo um raciocínio semelhante e admitindo-se que a Alemanha hoje em dia poderia exigir como parte do seu território Roma, o Luxemburgo e Praga, uma vez que imperadores alemães residiram nessas cidades na idade média. Quando alguém argumenta direitos históricos para aclamar o Kosovo como seu território, por que razão não invoca os acontecimentos históricos, por exemplo do século VII, quando, sem dúvida alguma a língua primitiva albanesa era falada neste território e não há registos que se falasse a língua primitiva sérvia, e exigir que os Sérvios voltassem para onde era falada a sua língua materna.

III.2.2. Direito de autodeterminação

Após a primeira guerra mundial, o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson introduziu o direito da autodeterminação dos povos no direito internacional. Hoje em dia, este é um direito indiscutível do Direito Internacional, e está consagrado na Carta das Nações Unidas, nos Pactos Internacionais de 16 de Dezembro de 1966 (Assuntos Económicos, Sociais e Culturais, e sobre os Direitos Civis e Políticos), e na Declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os Princípios do Direito Internacional, no que diz respeito às relações amigas e de cooperação de 24 de Outubro de 1970. De acordo com esta Declaração, qualquer tipo de força usada que prive os povos desse direito, viola o direito internacional.

Podiam os kosovares beneficiar desse direito, eles eram um "povo" ou uma "nação" com direito à autodeterminação? Anteriormente, muitos estudiosos só reconheciam esse direito ao conjunto de povos e não a partes de nações ou a grupos nacionais, esta era a opinião particular de Estaline e foi seguida por todos os estudiosos socialistas mesmo após a sua morte.³²

Apoiados na opinião de Estaline, os juristas jugoslavos afirmavam que o povo albanês tinha esgotado o seu direito à autodeterminação após a criação da República da

³² DECKER, (1955), Pág. 159 e seguintes. Estaline dá a definição de "nação", ou seja, um povo com um direito à auto-determinação, onde também engloba os kosovares: "Uma nação é uma comunidade estável, que foi formada no curso da história, com base numa linguagem comum, território, a vida económica e psíquicas características aparentes em uma cultura comum".



Albânia, devido a isso os albaneses jugoslavos, não tinham esse direito, nem o direito a separar a república da Federação Jugoslava.³³ Mas, o primeiro caso de autodeterminação, em que este princípio foi aplicado, foi no caso das Ilhas Aland³⁴, em que famosos especialistas desta matéria na maioria advogados da Liga das Nações reconheceram o direito à autodeterminação de uma parte da população destas ilhas nomeadamente dos suecos, no entanto não se discutiu uma possível limitação à autodeterminação de nações inteiras.³⁵

O facto de não se discutir uma possível limitação da autodeterminação de nações inteiras não é um facto surpreendente, uma vez que as principais nações dos Estados nacionais ou pelo menos parte de nações que ocupam um território contínuo dentro de um Estado, faria com que este princípio fosse apelado com muita frequência. Uma vez que o principal objectivo deste direito é ser invocado e aplicado por grupos nacionais. Deste modo, a maioria dos estudiosos afirma que só um grupo que se considere um povo tem o direito à autodeterminação, mas há que lembrar que este direito também engloba grupos que se consideram apenas como uma parte de um povo, que foi o que aconteceu com os habitantes suecos das ilhas Aland, os arménios de Nagorno Karabach (a causa dos arménios foi apoiada pela União Soviética), e os irlandeses da Irlanda do Norte.³⁶

É certo de que os kosovares albaneses fazem parte da população albanesa, mas eles queriam que fosse reconhecido o seu direito de autodeterminação como uma nação separada. No início viam-se apenas como albaneses, e não como um grupo separado, mas com a Liga de Prizren (1878), o movimento de unidade nacional albanesa, que tinha começado no Kosovo, e até à conferencia de Buján em 1943 / 4 e mesmo depois da segunda guerra mundial, os kosovares apenas exigiam ser reunificados com a Albânia. Essas pretensões mudaram uma vez, que os albaneses não partilharam essa experiência com a República da Albânia, mas viveram sob a repressão sérvia desde 1913, o que os fez mudar os seus ideais. Passaram a ver-se não só como albaneses, mas sim com albaneses kosovares. Uma vez que o espaço que ocupavam, e onde eles estavam em grande maioria, estava evidentemente limitado, e os albaneses distinguiam-se sem duvida alguma das pequenas minorias existentes naquela região, bem como dos seus vizinhos.

³³ MARKOVIC, (1989), Pág. 1017 e seguintes. Apesar de ter sido a terceira em tamanho entre as diferentes nacionalidades da Jugoslávia de Tito e sendo muito mais numerosos do outros grupos que tinham as suas próprias repúblicas.

³⁴ Constituem um arquipélago da Finlândia.

³⁵ SOCIÉTÉ DES NATIONS, (1920).

³⁶ LUCHTERHAND, (1993) Pág. 35 e seguintes.



Com dois milhões de pessoas no interior do Kosovo e pelo menos um milhão no estrangeiro, os albaneses possuíam a dimensão necessária para constituir um grupo separado.

Devido a estes factos os albaneses kosovares possuíam o direito de reclamar a autodeterminação como uma parte do povo albanês e como um povo.

III.2.3. Violação por parte da Sérvia do Direito de autodeterminação e consequências legais

A Sérvia e Montenegro ocuparam o norte da Albânia durante a 1ª guerra dos Balcãs e, como resultado, o protocolo de Florença datado de Dezembro de 1913 deu-lhes um território que corresponde ao actual Kosovo. As suas acções “assassinas” contra a população civil que violavam os princípios do “jus belli” reconhecidos na época.³⁷ Esta guerra também violou o Direito Internacional, porque as hostilidades iniciaram-se sem uma declaração de guerra contra o verdadeiro adversário, a recém independente Albânia. Mas, embora o protocolo de Florença não tenha tido em conta a vontade dos kosovares, este não violou o princípio da autodeterminação dos povos, porque nessa altura esse princípio não tinha sido reconhecido como um princípio de Direito Internacional.

No entanto, tudo o que foi estabelecido na Albânia e no Kosovo em 1913 foi totalmente destruído durante a primeira guerra mundial. A administração internacional da Albânia, e todos os vestígios de um Estado na Albânia desapareceram. As potências europeias que estiveram em guerra, decidiram dividir aquele território pelos seus vizinhos. Sérvios e Montenegrinos que tiveram autoridade estatal, foram expulsos do Kosovo e da Albânia, sendo substituídos por uma primeira administração local albanesa que estava sob o controlo das autoridades militares austro-húngaras (excepto o norte do Kosovo, que foi ocupado pelas forças búlgaras).

³⁷ OPPENHEIM, L; LAUTERPACHT, H. (1952) Pág. 346. “No século 18, tornou-se como um costume reconhecido universalmente pela regra das Leis das Nações em que os indivíduos inimigos privados não devem ser mortos ou atacados”. Esta regra, em 1907, foi comprovada pela Convenção com respeito às leis e costumes da guerra em terra, aprovada pela 2ª Conferência de Paz de Haia em 18 de Outubro de 1907, onde a maioria dos estados existentes naquela época, incluindo a Sérvia, o Montenegro e o Império Otomano, que também foram signatários (embora, como a maioria dos outros signatários, estes três estados, não o ratificaram). O art.º. 46 refere que: “família honra e direitos, as vidas individuais e a propriedade privada, bem como as convicções religiosas e a liberdade, devem ser respeitadas”. O Art.25 proíbe ataques a vilas, aldeias e edifícios, que não estão a ser defendidos. O art.º. 56 proíbe destruir ou danificar bens religiosos, de beneficência e de instituições educativas bem como monumentos históricos. A Convenção relativa à abertura das hostilidades também assinada nessa conferência exige uma declaração de guerra para iniciar as hostilidades. Esta também foi na altura considerada como um princípio de Direito Internacional estabelecido pela Convenção.



Em suma, o Estado albanês de 1913, bem como as autoridades sérvias e montenegrinas que controlavam partes da Albânia, incluindo o Kosovo, em 1913, não se faziam sentir em 1918. O que se deduz que os acontecimentos de 1913 não revelam importância. Os acontecimentos mais marcantes desenvolvem-se a partir de 1918.

A Jugoslávia, e a Albânia foram criados como Estados em 1918. Sob a pressão de Wilson³⁸, a Albânia foi autorizada a fazer parte da Liga das Nações, devido ao direito à autodeterminação por parte do povo albanês. Como afirmou um especialista sobre o caso das ilhas Aland, este princípio é de especial importância numa situação de mudança geral, quando tudo está em evolução e tem de ser reorganizado de modo a garantir uma paz duradoura. Isto significa que tem de ser tomado em consideração especial, particularmente numa área onde novos Estados estão a ser formados, e onde novas fronteiras têm que ser estabelecidas. Portanto, isto deveria ter sido aplicado para a determinação das novas fronteiras albanó-jugoslavas, coisa que não foi feita. A nova fronteira viola o direito dos kosovares à autodeterminação, apesar dos seus protestos e mesmo da utilização da resistência armada. O princípio da autodeterminação foi desconsiderado, mesmo sendo este caso mais urgente para uma aplicação deste princípio do que a situação das ilhas Aland.

No caso das ilhas Aland, o princípio da autodeterminação foi utilizado para que não houvesse mudanças a longo prazo, ao contrário do que se tinha estabelecido historicamente no Kosovo, que foi utilizado para defender uma situação historicamente estabelecida (o Kosovo foi parte da Albânia há séculos atrás) contra mudanças determinadas pela força bruta.

Mas qual o significado de "autodeterminação"? Ela certamente não é sempre, ou não significa que um grupo use esse direito (neste caso, os kosovares) para poderem criar o seu próprio Estado, ou aderir a outro Estado. Em tempo de paz, os tratados assinados após o término da primeira guerra mundial, incluíam muitos exemplos de fronteiras traçadas contra os desejos de grupos que alegavam a autodeterminação. Pelo contrário, como já foi descrito no caso das ilhas Aland, tem que ser tida em conta a situação, económica, geográfica e nacional de toda a área englobada num processo de autodeterminação e, nesta base; tem que ser determinado em que medida um grupo tem direito à autodeterminação, a reivindicar a sua autonomia ou independência, ou mesmo a união com outro país.

No caso das ilhas Aland, a Finlândia não ocupou estas ilhas pela força, ao contrário do que aconteceu na ocupação do Kosovo pela Jugoslávia. Como os finlandeses nunca massacraram, roubaram e expulsaram os suecos, ao contrário do tratamento que foi dado

³⁸ Presidente dos Estados Unidos da América entre 1912 e 1921.



aos albaneses por parte dos sérvios. Fazendo com que os suecos não precisassem de ser protegidos do Estado finlandês, eles apenas precisavam de garantias para a preservação da sua identidade cultural, garantias essas que foram dadas através da autonomia.

Mas o parecer dado no caso das ilhas Aland também afirmou que, o direito à autodeterminação, é um direito de secessão de resultados " *É como um último recurso, em que quando o Estado não tem a vontade ou o poder de dar e assegurar justa e eficazmente garantias*" para com os direitos do grupo que tem direito à autodeterminação.

O parecer discute aqui pela primeira vez, o conflito entre o direito à autodeterminação, por um lado e o princípio de que as fronteiras não devem ser alteradas pela força.

Por outro lado, desenvolve os princípios para a solução desse conflito. A Declaração das relações amistosas de 24 de Outubro de 1970 reafirma estes mesmos princípios: “ *[Relativos ao direito à autodeterminação] não devem ser interpretados como autorização ou estímulo para qualquer acção que desmembre ou prejudique...a integridade territorial ou a unidade política dos Estados soberanos e independentes*” deve realizar-se em conformidade com o princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, como descrito acima e, portanto, titulares de um governo que representam todo um povo pertencente ao território, sem distinção de raça, crença ou cor.³⁹ Por outras palavras, o direito à autodeterminação de um grupo, só significa um direito de autonomia suficiente para proteger a sua igualdade com os outros grupos, seja no domínio cultural, ou em qualquer outro. Só existe direito de secessão (estabelecer o seu próprio Estado ou juntar-se a outro Estado) apenas quando o Estado decidir não seguir o princípio da igualdade e da autodeterminação desse grupo, e devido a isso o grupo deixa de ter as suas garantias justamente obtidas.

Ao assinar o tratado sobre a protecção dos direitos das minorias a 10 de Setembro de 1919, a Jugoslávia tentou iludir a comunidade internacional que estava disposta a dar aos albaneses as garantias dos seus direitos, mas depois não aplicou o tratado ao povo albanês, alegando que o tratado apenas era aplicado às áreas conquistadas aos austro-

³⁹ Os redactores da Declaração quando a redigiram tinham em mente principalmente as situações das colónias ultramarinas. Devido a isso redigiram, o parágrafo onde se mencionam apenas distinções "quanto à raça, crença ou cor", que foram consideradas insuficientes. Por conseguinte, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos realizada em Viena, em Junho de 1993 e com a participação de representantes dos 171 estados, definiu-se através da Declaração de Viena dos Direitos Humanos de 25 de Junho de 1993, no artigo 2, 2º.que, enfatiza os direitos dos povos ", sobe domínio colonial ou outras formas de domínio estrangeiro ou ocupação estrangeiro" e, no art.º 1, 6º, em que refere explicitamente a declaração das relações amigáveis, reafirmou as regras citadas neste texto com uma pequena alteração: em vez de "distinções de raça, crença ou cor", o texto exige agora que os governos representam a totalidade pessoas do seu território ".



húngaros, mesmo havendo referência no tratado "as áreas retomadas pela Sérvia e Montenegro desde 1 de Janeiro de 1913".

Desde o início, que os albaneses da Jugoslávia foram tratados da mesma forma desumana, pela qual a Sérvia e o Montenegro o tinham feito, essa consequência deveu-se ao facto da Jugoslávia ter sido controlada pela Sérvia. Durante o domínio sérvio e jugoslavo, os sérvios tentaram “livrar-se” dos kosovares albaneses, com base na ideologia racista de Cvijic e Cubrilovic. Devido a estes factos, e baseando-se nas condições expressas no parecer sob as ilhas Aland, existe o direito de secessão por parte dos kosovares, que já existia em 1919, bem como em 1921, quando a comissão da Liga das Nações determinou as fronteiras jugoslavo-albanesas e, em parte, reconheceu a ocupação do Kosovo pela Jugoslávia.

Deste modo, o domínio jugoslavo no Kosovo violou o Direito Internacional desde o seu início. A Albânia posteriormente reconheceu a fronteira jugoslava, mas deveria tê-lo feito para si enquanto Estado, e não em nome dos kosovares, uma vez que não possuía qualquer procuração destes para os representar, porque os kosovares nunca quiseram pertencer à Jugoslávia e sempre que estes tinham a possibilidade de expressar as suas opiniões, exigiam a secessão da Sérvia e da Jugoslávia no Kosovo.

O Estado sérvio e jugoslavo, nunca alteraram a sua atitude em relação aos albaneses do Kosovo, e deste modo mantiveram o direito de secessão kosovar, a única excepção deparou-se nos últimos 14 anos do governo de Tito, em especial nos últimos 6 anos da sua vida (1974-1980). Durante esse período, Tito conseguiu em grande parte a autonomia do Kosovo em relação ao controlo Sérvio. Mas apenas este governante o conseguiu estabelecer, devido à sua autoridade, mas mesmo assim com grandes dificuldades, os jugoslavos vieram futuramente a apelidar as acções de Tito como uma traição. Após a morte de Tito, reiniciou-se a perseguição sérvia aos albaneses mesmo tendo o Kosovo uma autonomia estatutária (formalmente abolida apenas 9 anos mais tarde).

Desde que a Jugoslávia passou a ser totalmente dominada pela Sérvia, que a perseguição aumentou, e tendo em consideração as acções da polícia sérvia desde finais de Fevereiro de 1998, que não se poderiam esperar acções por parte da Jugoslávia. As regras sobre a protecção das minorias na Constituição jugoslava não impediam a perseguição, nem sequer dificultava que aprovassem legislação discriminatória contra os albaneses.



Devido a estes acontecimentos o Kosovo possui-a e possui o direito à secessão.⁴⁰

III.2.4. Desaparecimento do Direito de autodeterminação durante os últimos anos do poder de Tito

Durante o período em que os kosovares possuíram alguma autonomia (1974-1980), estes resignaram as funções que lhe foram dadas ao abrigo da constituição jugoslava e kosovar. Mas poderia este facto resultar na “extinção” do seu direito à autodeterminação?

Mesmo durante este período, os kosovares não tiveram oportunidade de determinar o seu próprio destino, uma vez que eles não participaram em eleições livres, nem de qualquer outra forma em que se pudessem expressar. Deste modo, eles não podiam usar o seu direito à autodeterminação, e muito menos “extingui-lo”. Pode-se concluir que se adaptaram a um meio-termo, mas não significa tenham aceite aquela decisão uma vez que estes não se puderam expressar. O que demonstra que eles não tinham aceite esta decisão foi o facto de os kosovares frequentemente exigirem os seus direitos de autonomia, o que revela que eles queriam mais do que aquilo que já tinham alcançado.

Além disso, a situação que se vivia naquela época era diferente da situação, antes e após o tempo sob o domínio sérvio. Os kosovares ao aceitarem o estatuto que a Jugoslávia deu ao seu território entre 1974 e 1980 não significava que estes tinham concordado em estar sob o domínio sérvio. Por conseguinte, o direito dos kosovares à autodeterminação não foi “extinto”

III.3. Alteração das Fronteiras no pós 2ª Guerra Mundial

III.3.1. Descolonização

O princípio da autodeterminação tem encontrado uma expressão particularmente contundente na procura da descolonização, que é enfatizada por muitas resoluções da Assembleia Geral da ONU desde a década de 1970. Essas resoluções reconhecem que os povos coloniais têm todo o direito de se libertar do Estado que detem o domínio colonial, incluindo o direito à resistência armada (resoluções 3070, 3103, 3246.).

Historicamente, a descolonização ocorreu primeiro nas colónias dos Estados europeus, do Japão e dos EUA. A URSS e os seus satélites sempre quiseram restringir esta

⁴⁰ HOWSE, R; KNOP, K. Pág.269, 289 e seguintes. A partir do caso de Quebec, e das recém independentes nações da Europa Oriental postula três condições sob as quais o direito à auto-determinação se pode transformar num direito a sucessão: (1) A aquisição da área pela força e contra a vontade dos habitantes, (2) tratamento repressivo dos habitantes do Estado e com a ajuda da nação decisão desse estado, e (3) uma declaração clara e pública da vontade de retirar-se. No Kosovo, todas as três condições estão presentes.



regra para estes países, a fim de evitar a descolonização do império soviético.⁴¹ No entanto, o facto de “um criminoso”, embora aceitando a validade do direito penal em geral, não o aceita-se para os seus próprios actos não era uma razão para uma restrição correspondente da validade do direito penal. A descolonização deve ser exigida para todas as áreas tratadas como colónias por todo o mundo. Uma área que não é oficialmente chamada de colónia, como a Argélia ou o Kosovo⁴², não livra os seus governantes do dever de descolonização.⁴³

Durante o governo sérvio e jugoslavo, o país quase ininterruptamente foi tratado como uma colónia. Os ricos recursos minerais foram explorados quase sem benefício para o Kosovo. A maioria da população foi discriminada, maltratada e conduzida para o exílio, e a sua perseguição certas vezes tomou proporções genocidas. Foram submetidas a um regime de “apartheid” não para o benefício da pequena minoria sérvia, nem dos administradores sérvios mas sim do governo sérvio e jugoslavo. Devido a estes factos, o país deve ser descolonizado, e apoiada a sua libertação e independência, através do reconhecimento internacional.

⁴¹ SCHULZ, J; MANN, K. (1990), Pág. 18. Na introdução, eles escrevem que o princípio da auto-determinação refere-se à dissolução dos Estados coloniais e estrangeiros na Ásia, África e América Latina, em 1990, “pode-se afirmar que a luta dos povos para a independência está concluída, uma vez que foram criados mais de cem estados a partir dos antigos impérios coloniais”, embora “ainda haja resquícios de colonialismo, como na Namíbia”.

⁴² Enquanto a Jugoslávia e a Sérvia não apelidam o Kosovo de colónia, os sérvios estabelecidos lá intitulam-se oficialmente de colonos.

⁴³ JENNINGS, R.; WATTS, A. (1992), Pág. 290 e seguintes. (Sobre a discussão quanto à área a que o princípio da descolonização está a ser aplicado, em particular a nota 32, relativa ao caso da Lituânia, com inúmeras outras referências.) O princípio da autodeterminação, desde a sua introdução no direito internacional público, quebrou com a velha regra de que (com excepção para o Papa), apenas os Estados poderiam ser sujeitos de direitos. Uma vez que a autodeterminação está limitada às colónias, onde há pelo menos um território claramente definido o que poderia facilmente tornar-se um Estado, desta forma via-se a autodeterminação para um próto estado como tolerável.

SHAW, (1991), Pág.176-178. O reconhecimento de um grande número de novos Estados europeus após a primeira guerra mundial, sempre com base no princípio da autodeterminação, é passada em silêncio, à excepção de uma breve referência aos Tratados que a União Soviética “concluía com” os Estados bálticos, que “onde se nota” este princípio. Na verdade, estes foram os tratados, através da qual a URSS reconheceu a independência dos Estados Bálticos, com base neste princípio). No parecer parecer sobre as ilhas Aland, as alegações de Shaw no que respeita, a autodeterminação não foram tratadas como “uma norma jurídica de direito internacional”, mas como “puramente um conceito político”, uma opinião de difícil aceitação por parte de qualquer leitor. Como norma jurídica, ele vê o princípio activo somente após a segunda guerra mundial, na descolonização dos antigos impérios coloniais europeus fora da Europa. Por outras palavras, um princípio de direito internacional público, que foi introduzido por Wilson para solucionar o que na altura era exclusivamente europeu, problemas esses que de repente e sem nenhuma razão muito clara foram limitados a casos não-europeus. Ao tratar princípios da lei e em particular dos princípios do direito internacional público, a história não deve ser esquecida.



III.3.2. Condições tradicionais para a independência de um Estado

Um Estado para ser independente, tradicionalmente, tem que possuir no mínimo as seguintes condições: Um território definido; Uma população permanente; Um governo eficaz; Ser capaz de entrar em relações com outros Estados.

Todos estes elementos estavam presentes no caso do Kosovo: Tinha um espaço bem definido e uma população permanente. Era capaz de entrar em relações com outros Estados, e possuía também um governo efectivo, ainda que esta condição foi parcialmente impedida pelas acções sérvio-jugoslavas.

Em algumas partes do país, a autoridade estatal kosovar era a única autoridade estatal existente. A situação era semelhante há da na Guiné-Bissau em 1973, quando este Estado foi reconhecido pela E.U.A. e por muitos outros países, embora não possuísse o controlo das grandes cidades e de uma parte importante da população do país. O governo dos E.U.A. considerou que *"quando um novo governo efectivamente controla o país, e isso parece provável que continue, o reconhecimento não deve ser suspenso"*.⁴⁴ No Kosovo, poderá ter havido uma intenção da Jugoslávia ao permitir a perda de controlo de algumas áreas, tendo deste modo uma razão para poder atacar essas áreas. Mas mesmo o que inicialmente poderá ter sido uma intenção no final do conflito, as autoridades jugoslavas tiveram dificuldades em recuperar essas áreas a posteriori.

Além disso, mesmo tendo a Jugoslávia reconhecido a República do Kosovo, deixando esta tomar as decisões nos seus órgãos, e ao não entrar nas eleições kosovares através de um acordo celebrado entre o presidente jugoslavo, Milosevic e o presidente do Kosovo, Ibrahim Rugova, em 1997 (acordaram também o regresso das instituições educacionais kosovares. De notar que inicialmente Milosevic apenas cumpriu este acordo sob a pressão internacional e passado mais de um ano apenas existiam um pequeno número de escolas kosovares na região).

O factor decisivo na concorrência destes dois governos para o Kosovo foi, a história e a natureza do governo sérvio e jugoslavo no Kosovo. Como descrito anteriormente o governo jugoslavo e o governo sérvio no Kosovo, foram criados ilegalmente, e mantiveram-se ilegais. Além disso, a forma utilizada para exercer a governação não era a que um governo deveria utilizar para governar os seus cidadãos. Na maior parte do país, o governo jugoslavo actuava pilhando, destruindo e matando as populações através das incursões realizadas pela "polícia especial" por voluntários armados. Mesmo nas grandes cidades,

⁴⁴ SHAW, (1991), Pág. 249.



grupos de sérvios armados controlavam as estradas. Estes acontecimentos revelam a ineficiência do governo. No Kosovo, o governo jugoslavo era um Estado fracassado.⁴⁵

Portanto, ao afirmar que se a República de Kosovo possuía um governo, o governo jugoslavo e sérvio não poderia ser levado em conta. A única questão que se podia colocar era se a própria República do Kosovo exercia qualquer tipo de autoridade ou era apenas uma mera organização “sombra”. Como a República do Kosovo cobrava os seus impostos e os empregava em benefício do Estado, esta era considerada a única autoridade legal naquela área, pela grande maioria dos seus cidadãos. Não era uma organização “sombra”, uma vez que possuía autoridade governamental. Esta situação faz recordar o caso das repúblicas bálticas em 1990/1991 e do Sahara Ocidental (já reconhecido por muitos países⁴⁶ como um Estado independente).

Como a República do Kosovo possuía o seu próprio território, população e governo, e a sua Constituição dava-lhe poderes para entrar em relações com outros Estados, esta tem todas as condições para ser um Estado independente.

III.3.3. Guerra um Direito dentro do Direito Internacional

Caso os argumentos a favor da independência do Kosovo apresentados no subcapítulo anterior, não tivessem sido seguidos, significava que os kosovares para obterem a sua independência teriam que “ir para a guerra” para poderem cimentar os poderes como Estado e, assim, provavam o seu direito à independência. Essa guerra, seria uma guerra de libertação nacional, o que significa que num conflito deste tipo, e de acordo com muitas das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Kosovo teria de ser apoiado pela comunidade internacional.

Por outras palavras, caso os argumentos para a independência kosovar discutido anteriormente, não tivessem sido ouvidos, estava-se a exigir que os kosovares, para porem fim às atrocidades que estavam a sofrer, deveriam realizar uma guerra que provavelmente

⁴⁵ THÜRER, (1996), Pág.9 e 12. Um “Estado fracassado”, como o da Jugoslávia / Sérvia existente no Kosovo, não vê os seus actos validados pelo Direito Internacional. A doutrina de um Estado fracassado, só foi discutida em casos como a Somália, onde existia apenas um estado que se poderia considerar “falhado”, enquanto no Kosovo, coexistiam dois estados, dos quais apenas um tem falhado. Isto não deve, contudo, dificultar a utilização dos princípios desenvolvidos pela prática relativa ao fracasso dos Estados para o reconhecimento de novas autoridades naquela área. Como HERDEGEN, PÁG. 49 e seguintes, e Pág. 55), considera, que a vontade de um povo é a mais importante fonte de legitimidade internacional. Qualquer nova autoridade estatal, só pode ser legitimada por um processo democrático.

⁴⁶ A existência de países Africanos, que não desejavam a continuação de um sistema colonial em África, possui referências. Alguns países europeus mostravam-se, menos sensíveis a causa colonial, devido a este tema por em causa o continente Europeu, como é o que acontece com o caso do Kosovo.



iria custar muitas vidas, e ter consequências imprevisíveis para toda a região. Por outro lado, o reconhecimento da República de Kosovo iria clarificar a sua situação jurídica.

Quando o Kosovo é reconhecido como um Estado independente, também demonstra a ilegalidade da ocupação jugoslava para com esse território. Desse modo, pode ser exercida pressão internacional sobre a Jugoslávia para abandonar o Estado independente. O reconhecimento, pode assim fornecer uma base clara para as sanções e medidas ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas contra a Jugoslávia. O reconhecimento político foi; e é o modo mais simples de ultrapassar o impasse que se viveu no Kosovo. A partir do momento em que alguns Estados deram importância à questão do Kosovo, deu-se o seguimento e o despertar de muitos outros Estados bem como da ONU, a esta questão de descolonização e de autodeterminação dos Estados.

O reconhecimento do Kosovo deu-se principalmente para evitar a violência, como é exigido pela Carta das Nações Unidas. O reconhecimento da independência do Kosovo é uma expressão válida apenas para os factos do problema do Kosovo, em termos jurídicos, e fornece uma base jurídica clara para a solução desse problema.

III.3.4. Da secessão duvidosa ao aparecimento dos direitos jugoslavos

O Estado que se intitulava Jugoslávia em 1998 não era idêntico com o da "velha" Jugoslávia existente antes de 1989. Os ataques sofridos por outras partes da antiga federação jugoslava, começaram ao mesmo tempo dos acontecimentos do Kosovo aquando a abolição da autonomia do Kosovo em 1989 enquanto a Eslovénia e a Croácia continuaram com a autonomia. Pode-se dizer que a Sérvia destruiu a federação jugoslava, devido aos acontecimentos ocorridos, durante os anos de 1990 e 1991, e que levaram a que quatro dos membros desta federação (Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina e Macedónia) declarassem a sua independência, ficando para mais tarde a vez de o Kosovo a declarar. Pode-se dizer que depois desses acontecimentos a antiga federação jugoslava, desapareceu. Por isso em 1998 a Jugoslávia, no auge dos conflitos com o Kosovo, não podia pretender ser a sucessora da Jugoslávia anterior a 1989, e defender os mesmos direitos que a federação jugoslava tinha sobre o Kosovo. Também por este motivo, a ocupação do Kosovo pela “nova Jugoslávia” foi um ataque a um território a quem esta não tinha o direito do mesmo devido ao facto de a Federação Jugoslava ter deixado de existir, portanto, violava o direito internacional.



III.3.5. Carta de Paris (reconhecimento de novos Estados)

No dia 19 de Novembro de 1990, a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) reuniu-se em Paris, onde foi criada a “Carta de Paris” em que são dadas, as directrizes europeias sobre o reconhecimento de novos Estados na Europa, e consta que os Estados europeus devem estar sob um estado de direito democrático, devem respeitar os direitos humanos e garantir os direitos das minorias.

De referir que a Jugoslávia não preenchia nenhuma destas condições. Mas pelo contrário, violava gravemente os direitos dos albaneses. Para eles, mas também para outros grupos, a Jugoslávia não agia como um Estado mas como um grupo criminoso, pois eram realizadas pilhagens e torturas na área sob o seu controlo, realçando também que a liderança jugoslava, cooperava também com os líderes do crime organizado. Com estes factos, a Jugoslávia deixava de ter o direito de defesa, mesmo sendo um Estado. Como a Jugoslávia violava os princípios fundamentais da OSCE, já tinha sido suspensa como membro desta organização. Esta suspensão deveu-se ao facto de a OSCE não permitir que membros da sua organização cooperassem com organizações criminosas.

Deste modo a OSCE não pode proteger os interesses jugoslavos, ou seja não pode conferir a sua protecção, como confere a dos seus países membros, realçando que as fronteiras jugoslavas no território do Kosovo foram determinados e conservados em violação do direito internacional. O que a OSCE fez para estabelecer as condições europeias nesta parte da Europa, foi ir ao encontro dos interesses dos Estados europeus e dos grupos atacados por pelas acções jugoslavas, destacando a República do Kosovo e os kosovares. A situação do Kosovo é semelhante à do caso do Sahara Ocidental, uma vez que muitos Estados africanos reconheceram a independência do Sahara Ocidental, o reconhecimento deu-se devidos a estes não quererem um regime colonial em solo africano. Deste modo os Estados europeus devem reconhecer a independência do Kosovo, uma vez que este território foi vítima de uma ditadura, e pelo facto de as acções jugoslavas violarem a Carta de Paris.

III.4. Direito de Defesa

III.4.1. Justificação de Defesa contra o Genocídio e as violações das convenções de Genebra

As acções realizadas pela Jugoslávia no Kosovo tinham como objectivo "destruir... como um todo ou em parte um grupo nacional".



Neste caso, os albaneses kosovares. Isto significa que, tal como as acções jugoslavas na Bósnia, as acções cometidas no Kosovo podem-se considerar como um genocídio, tal como a sua definição na Convenção de 1948. Mas neste caso, os prevaricadores tomaram mais precauções, e deixaram de falar tão abertamente como falavam no caso da Bósnia em que os jugoslavos abertamente e sem nenhum ressentimento falavam no aniquilamento dos "turcos" (muçulmanos bósnios). Mas as declarações de Cvijic, quando ele se referia à "multiplicação genocida dos Shiptars" e que eles deveriam ser "enviados de volta" são mais que suficientes para poder indiciar a Jugoslávia, podendo mesmo ser comparadas com o facto de que para os europeus neo-nazis, o número 88 significar uma saudação a Hitler⁴⁷.

Além disso, as acções jugoslavas resultaram numa guerra, na qual as Convenções de Genebra são aplicáveis (1977 protocolos no âmbito no caso de esta ser considerada uma guerra civil). As Forças jugoslavas violaram as convenções, ao atacarem civis desarmados, incluindo mulheres e crianças, ao aniquilar aldeias inteiras, ao destruir as colheitas dos campos, bem como outros actos descritos anteriormente.

O genocídio e a violação das Convenções de Genebra são violações do Direito Internacional, por isso, quando o Kosovo tenta defender-se contra estes crimes jugoslavos, considera-se que estamos perante uma defesa justificada nos termos do Direito Internacional, e como parte da base jurídica de uma defesa contra a Jugoslávia, devido a estes factos a independência do Kosovo tem que ser reconhecida internacionalmente.

III.4.2. Dever de Apoio a uma Defesa Justificada

Como referido, o princípio da autodeterminação ainda causa algum desconforto no panorama internacional, e isso levou a uma curiosa insegurança em relação às consequências do direito à autodeterminação, por um lado admite-se que "a utilização da força, a fim de suprimir a autodeterminação passou a ser agora claramente inaceitável ", mas por outro lado, afirma-se que a assistência a membros que têm direito à autodeterminação através " da ajuda armada também não parece ser muito legal ".⁴⁸ Usando um modo de comparação pode-se dizer que, o cão não tem o direito de morder o gato, e por outro lado para que o gato possa ter o direito de se defender, ninguém o pode ajudar. O direito de ajudar alguém no caso da sua defesa justificada é uma consequência lógica do direito de defesa justificada, que está referido no art. 51º da Carta das Nações

⁴⁷ "Heil Hitler", H é a oitava letra do alfabeto.

⁴⁸ SHAW, (1991), Pág. 701 e seguintes.



Unidas para as defesas "colectivas".⁴⁹ Além disso, as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a descolonização não o determinam só como direito, mas também como o dever de ajudar.⁵⁰ Esse direito também é derivado dos princípios da OSCE. Mas estes factos não justificam, todo e qualquer uso da força no apoio dos membros que têm direito à autodeterminação. A assistência à defesa justificada, não é permitida por si só, ela só é permitida em casos extremos, como uma defesa necessária.⁵¹ O caso do Kosovo, no entanto, era um caso extremo. E como foi demonstrado pelas acções na Bósnia, as sanções por si só não conseguiam fazer parar o genocídio cometido pelas forças jugoslavas, e certas vezes essas sanções reforçavam o regime. Apenas a ameaça e, o uso da força poderia ajudar os kosovares. Além disso, os Estados europeus tinham o dever de parar um segundo genocídio que estava a decorrer debaixo da liderança jugoslava, uma vez que já tinha ocorrido um genocídio com a população muçulmana da Bósnia. Esta obrigação resulta do art. 1 da Convenção de Genocídio de 1948.

Deste modo, o reconhecimento da independência do Kosovo iria servir como base jurídica sólida, para usar a força, uma vez que a República do Kosovo, sendo reconhecida como um Estado soberano, poderia mais facilmente ser assistida em sua defesa contra a Jugoslávia e o genocídio. Por isso, o dever de parar, por todos os meios disponíveis, um outro genocídio sob a liderança jugoslava, é também uma outra razão pela qual a independência do Kosovo deve ser reconhecida.

⁴⁹ VERDROSS, (1976), Pág. 648, Anexo b.

⁵⁰ Também foi um dos factos apontados por SHAW (texto da nota 97). em especial as Resoluções 2649, 2189, 2326 e 2548.

⁵¹ VERDROSS, (1976), Pág. 239. - O conflito de princípios frequentemente encontradas, em tais casos, e aparentemente também no Kosovo.

BRUHA, T; KRAJEWSKI, M. (Abril de 1998), Pág. 3. Numa uma guerra civil, segundo estes autores, ajudar um governo rejeitado pelas pessoas, viola o direito dos povos à autodeterminação fornecidas pelo art.º 1. 2º da Carta das Nações Unidas. Por outro lado, o apoio aos rebeldes viola o princípio da não interferência determinada no art. 2. 7. da Carta. No entanto, em casos excepcionais, a assistência a um lado ainda estaria em conformidade com o direito internacional público, nomeadamente nos casos em que o outro lado tenha violado gravemente essa lei, por exemplo, agindo como um regime colonialista ou racista. - No Kosovo, temos um caso desses.



Capítulo IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Kosovo foi anexado pela Jugoslávia, contra a resistência deste em, 1918, e em 1923, esta anexação foi reconhecida pela Comissão encarregada pela Liga das Nações em determinar a fronteira albano-Jugosláva. Tanto a anexação como o seu reconhecimento violaram o direito dos kosovares à autodeterminação ou seja, houve uma violação do direito internacional público. Desde então, a Jugoslávia fez tudo o que tinha ao seu alcance para “serbiarizar” o Kosovo, começando por exercer pressão sobre os albaneses kosovares para que estes abandonassem o Kosovo. Esta quase ininterrupta perseguição aos albaneses apenas abrandou durante os últimos anos em que Tito governou. Após a morte de Tito, em 1980 e até 1998, os kosovares viram a sua perseguição ser aumentada. Em 1998 essas perseguições e acções dos jugoslavos foram consideradas como genocidas.

Quando um Estado exerce discriminação contra um grupo nacional, através das suas leis, o direito de autodeterminação desse grupo inclui o direito de secessão para com esse Estado.⁵² O direito dos kosovares à autodeterminação não é, portanto, restrito a um direito à autonomia interna dentro da Jugoslávia, mas sim um direito dos kosovares para que estes deixem de estar sob o domínio da Jugoslávia, ou seja um direito à independência. Visto isto a declaração de independência, de 1991 foi, portanto, legítima. Desde aquela altura, o seu Estado, a República do Kosovo, atingiu um grau de controlo governamental, ao exercer as suas funções como Estado, tentando defender-se contra o colonialismo jugoslavo.

O governo jugoslavo em exercício no Kosovo não só violou o princípio da autodeterminação, em particular a descolonização, mas também não exerceu a sua autoridade como Estado sobre os seus cidadãos, actuando com violência. Por isso de acordo com o Direito Internacional Público, não pode ser considerado como governo. O único governo legítimo e eficaz no Kosovo era o da República do Kosovo, uma vez que esta República possuía uma população permanente, um território definido e um controlo governamental, e de acordo com a sua Constituição, era capaz de estabelecer relações com outros Estados. O reconhecimento desta situação, forneceu uma base jurídica clara para a acção internacional contra as agressões jugoslavas, e contra o genocídio.

⁵² DOEHRING, (1974), Pág.30 e seguintes.



IV.1. Dever de Assistência para uma Defesa Justificada.

Como a República do Kosovo esteve sob o ataque da Jugoslávia, segundo o art.39 e seguintes da Carta das Nações Unidas, há uma obrigatoriedade da ONU para intervir. Esta intervenção para acontecer tinha que ser iniciada por uma decisão do Conselho de Segurança da ONU.

De acordo com o art.51 da Carta das Nações Unidas, o Kosovo tem o "direito natural" de se defender, mesmo antes de qualquer acordo do Conselho de Segurança. (conforme art.51 directamente aplicável apenas para os membros da ONU.) Como já foi discutido anteriormente, o direito à auto-defesa inclui o direito de receber assistência, logo corresponde ao direito e dever de outros prestarem assistência. Essa assistência, sob a forma de defesa colectiva, ou seja, a assistência a um membro de um grupo, por outros membros do grupo, é expressamente mencionada no art.51 da Carta.

Portanto, a República do Kosovo não podia confiar apenas nas suas próprias forças para se defender. Se o principal objectivo da Carta da ONU, é o estabelecimento de uma paz duradoura, assim como o objectivo, postulada na CSCE e da OSCE, é o estabelecimento de uma Europa democrática sob Estados de direito, devido a isso, os membros da OSCE, quer colectivamente, quer individualmente deviam auxiliar o Kosovo, mesmo antes de qualquer decisão do Conselho de Segurança (foi o que aconteceu no ataque á Jugoslávia).

O facto de as acções criminosas jugoslavas se esconderem atrás do Estado Jugoslavo para cobrir as suas actividades, não era uma razão válida para que continuassem o genocídio e o terror na Europa central. Os membros da OSCE tinham a obrigação de actuar, uma vez que estes também foram signatários da Convenção do Genocídio, e desse modo eram obrigados a fazer tudo o que estava ao seu alcance para pararem o genocídio.

IV.2. Proibição do impedimento das Guerras de Libertação

De acordo com as resoluções da Assembleia Geral sobre descolonização, todos os membros da ONU não tem só que ajudar os povos a lutar pela sua libertação como colónias, como também não devem impedir a luta que esses povos realizam para se libertarem. Deste modo, todas as medidas que foram tomadas para impedir a luta pela libertação do Kosovo sob o colonialismo sérvio, violaram o Direito Internacional Público. Exemplos dessas medidas foram o congelamento das contas bancárias pertencentes aos kosovares que estavam no governo e até mesmo aos que faziam parte do UCK.



IV.3: Medidas Futuras.

Há que destacar que o caso do Kosovo não pode servir de exemplo nem de comparação para que outros aclamem a sua autodeterminação e constituam um novo Estado, uma vez que em Direito cada caso é um caso e deste modo as decisões para o Kosovo apenas dizem respeito a este e que tem as suas próprias características e segundo Azeredo Lopes a autodeterminação do Kosovo deve apenas tornar-se como: “ *exemplo académico, para evitar que o tempo transforme a análise em algo de obsoleto. Suponha-se que, em virtude de transformações profundas na natureza do regime político no governo de um Estado, o poder estabelecido assume o compromisso de, doravante respeitar os direitos de minorias que até aí tinham sido negados, mais se comprometendo a, através de revisão constitucional, restabelecer um sistema de autonomia alargada na região onde aquela maioria está implantada. São vários os casos em que o exemplo encaixaria, bastando lembrar o estatuto dos pais basco espanhol, durante o período franquista e posteriormente, depois da adopção da Constituição espanhola, de 1978, e estabelecimento definitivo de um regime democrático no país.*”⁵³

No futuro todos os casos de autodeterminação devem ser tratados de uma forma diferente de todos os outros tratados até aqui, visto que, “ *a guerra do Kosovo trouxe à superfície questões que, na verdade, eram até aí discutidas em tom mais ao menos académico. É também, desde a Segunda Guerra Mundial, a primeira vez que se assiste a uma tentativa de mudança das regras internacionais, relativas à ameaça e uso da força de uma forma tão profunda e com efeitos potenciais de tão vasto alcance*”,⁵⁴ logo as medidas a tomar não devem ser baseadas em casos anteriores.

Com este trabalho tentou demonstrar-se, que as regras, e os tratados até aqui aplicados necessitam de adaptação quanto aos novos tipos de conflito (deixou de existir o estado de beligerância), que não correspondem aos ocorridos aquando da elaboração das normas e tratados internacionais e com isto está inerente que o Direito não pode estagnar no tempo, mas tem que adaptar-se ao que se passa na comunidade internacional.

⁵³ LOPES, (2003), Pág. 1023.

⁵⁴ LOPES, (2003), Pág. 956



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGDANOVIC, Dimitrije (1985), **Knjiga o Kosovu** [O livro sobre o Kosovo], SANU, Belgrado.
- BRUHA, T; KRAJEWSKI, M. (Abril de 1998), Artigo **Bürgerkrieg** [guerra civil] em: *Ergänzbares Lexikon des Rechts* [folhas soltas enciclopédia de direito], Neuwied.
- CHABANON, Caroline (1994), **La ratification du Protocole additionnel I de 1977**. [A ratificação do Protocolo Adicional I de 1977] De la Faculté de Droit de Clermont Ferrand, Vol. 30.
- CICR, (1973), **Les armes de nature à causer des maux superflus ou à frapper sans discrimination**. [As armas que causam danos supérfluos ou que atingem sem discriminação], Rapport, Genève.
- CICR, (2007), **El derecho internacional humanitario consuetudinario**; Volumen 1: Normas
- CLAUSEWITZ, Von, “**Da Guerra**”. Edições Livros de Bolso da Coleção Europa-América nº 330.
- COATES, A. J. (1997), **The Ethics of War**, Manchester, Manchester University Press.
- COROVIC, S. (1989), **Istorija Jugoslavije** [História da Jugoslávia], Belgrado.
- DECKER, Günter (1955), **Das Nações Selbstbestimmungsrecht der** [O direito dos povos à autodeterminação], Göttingen.
- DETTER, Ingrid, **The Law of War**. Second Edition Cambridge University Press,
- DOEHRING, K. (1974), **Das Selbstbestimmungsrecht als der Völker Grundsatz des Völkerrechts** [O direito à autodeterminação dos povos como um princípio de direito internacional público]. *Berichte der DGVR* 14.
- DUGA, (Belgrado), 28 de Março de 1998: **Akademsko Kosovo**, Belgrado
- EJÉRCITO DE TIERRA ESPANHÖL MANDO DE ADIESTRAMIENTO Y DOCTRINA OR7-OOR; **El Derecho de los Conflictos Armados** Tomo 1, 2ª Edicion.
- Enciklopedija Jugoslavije (1990), Artigo **JUGOSLAVIJA**, 2ª edição 1990.
- HEDGES, Chris, (1997), **Albanian Resistance Turns Violent in Kosovo**. New York Times, Fev. 17.
- HERDEGEN, M; **Der Wegfall effektiver Staatsgewalt**. [The Failed State].



- HOWSE, R; KNOP, K, **Federalism, Secession and the Limits Ethnic Accomodation: A Canadian Perspective** ,*New European Law Review*, Volume I, and N ° 2.
- JENNINGS, R; WATTS, A. (1992), **Oppenheim's International Law**, 9ª Edição, London.
- KOZIRNIK, René (1997), **Les Protocoles de 1977: une étape cruciale dans le développement du Droit international humanitaire**, [Os Protocolos de 1977: uma etapa crucial no desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário], R.I.C.R.
- LOPES, José Alberto de Azeredo (2003), **Entre Solidão e intervencionismo – Direito de Autodeterminação dos Povos e Reações de Estados Terceiros**, Porto, Coimbra Editora.
- LUCHTERHAND, O.(1993), **Das Recht Berg-Karabaghs auf Staatliche Unabhängigkeit Sicht aus völkerrechtlicher**, *Archiv des Völkerrechts* 31.
- LUKIC, R.(1989), **Znacenje Kosovske borbe** [O Significado da Batalha do Kosovo], *Právní život*, nº.6-7.
- MARKOVIC, R.(1989), **Zašto Kosovo ne moze postati republika** [Porque o Kosovo não se pode tornar uma república], *Právní život*, no.6 / 7, Belgrado.
- MORE, Thomas (1995), **Utopia**. Europa-América, 3ª edição.
- OPPENHEIM, L; LAUTERPACHT, H. (1952), **Direito Internacional. A Treatise**. Volume II, 7ª Edição.
- PICTET, Jean (1973), **Le Droit humanitaire et la protection des victimes de la guerre**. [O Direito Humanitário e a protecção das vítimas da guerra], Leiden.
- S. COROVIC, S. (1989), **Istorija Jugoslavije** [História da Jugoslávia], Belgrado.
- SCHULZ, J; MANN, K. (1990), **Resolutionen zum Selbstbestimmungsrecht der Völker** [Resoluções sobre o direito à autodeterminação dos povos], Berlim.
- SHAW, M.N. (1991), **International Law**, Cambridge.
- SOCIETE DES NATIONS, *Journal Officiel*, suppl. spécial no.3 (Outubro, 1920): **A question d'Îles d' Aland, Rapport de la Commission des juristes**.
- THÜRER, D.(1996), **Berichte der Deutschen Gesellschaft für Völkerrecht**, [O Estado Falhado]
- UROŠEVIĆ, Atanasije,(1965), **Kosovo**, SANU, Belgrado.
- VERDROSS, Simma (1976), **Universelles Völkerrecht** [Direito Internacional Publico Universal], Berlim.



DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

- http://www.beyondintractability.org/m/jus_ad_bellum.jsp
- <http://www.ess.uwe.ac.uk/Kosovo/chap2.htm>
- <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/KV.html>
- McMAHAN, Jeff, **A Ética e o uso da violência na guerra.**
<http://www.filedu.com/jmcmahanguerraepaz.html>.
- MOSELEY, Alex, **Just War Theory.**
<http://www.utm.edu/research/iep/j/justwar.htm>
- www.alb-net.com/old-alb-net/more.htm
- www.kosova.com/expuls/chap4.htm
- [www.kosova-state.org/English/exploitation and selling of the .html](http://www.kosova-state.org/English/exploitation_and_selling_of_the_.html)
- [www.kosova-state.org/Inglês/kosova under the burden of the s.html](http://www.kosova-state.org/Inglês/kosova_under_the_burden_of_the_s.html)
- www.yugoslavia.com/Society_and_Law/KOSOVO/GLAVA4.HTM

DIAPOSITIVOS

- (2008). O Kosovo, Batalhão de Infantaria, RI13, Fevereiro, 35 diapositivos;

CONFERÊNCIAS

- Conferência Internacional realizada no dia 20 de Maio de 2009 subordinada ao tema “*Direito Internacional Humanitário – Direito dos Conflitos Armados*” organizada pelo Comando de Pessoal do Exército em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Anexos

Anexo A

Antecedentes Históricos



Desde 1908, o Governo do Império Otomano foi liderado por um grupo apelidado de “*Jeunes Turcs*”⁵⁵, que tentaram salvar o seu Império com uma política nacionalista turca, em que ordenaram o encerramento de todas as escolas que usassem línguas que não fosse o turco⁵⁶. Em resposta a estas políticas Hassan Prishtina⁵⁷, organizou uma manifestação que mobilizou os albaneses. Os líderes da manifestação apresentaram 14 pontos que queriam ver resolvidos, pontos esses que se voltavam sobretudo para a educação em albanês, e exigiam também alguma autonomia local. Os seus pedidos foram aceites pelo Império Otomano em 1912. Entretanto os seus vizinhos (montenegrinos, sérvios, búlgaros e gregos) não concordavam com a autonomia da Albânia, mas em repartir o território albanês entre eles, pelo qual declararam guerra ao Império Otomano dando-se assim início à primeira Guerra dos Balcãs.

Inicialmente esta Guerra era contra o Império Otomano, uma vez que o rei sérvio declarou que o objectivo da Sérvia era a libertação de todos os povos dos Balcãs, incluindo os albaneses do domínio Otomano. Entretanto, os líderes da manifestação e alguns notáveis albaneses formaram um governo que declarou a Albânia totalmente Independente, e procurou junto dos seus vizinhos a cooperação para a paz. Os seus vizinhos contudo não ouviram o seu pedido e direccionaram as suas acções contra as tropas Otomanas que estavam na Albânia e depois de as derrotarem, voltaram-se contra os albaneses. O exército sérvio com o conhecimento do seu rei e muitas vezes cumprindo as suas próprias ordens “pacificaram” a zona ocupando-a com tão grande crueldade que jamais tinha sido vista na Europa há séculos⁵⁸. Sérvios e montenegrinos mataram no mínimo 1/10 da população, destruíram, roubaram e pilharam vilas inteiras, e sob tortura muitos muçulmanos e albaneses católicos foram forçados a aceitar o baptismo ortodoxo. Estes horrores cedo foram reportados na imprensa europeia da época, chocando a opinião pública europeia⁵⁹.

Os poderes europeus prontamente exerceram pressão perante os 4 países dos Balcãs para finalizarem esta guerra, o que aconteceu com a conclusão do Tratado de Paz de Londres⁶⁰ que foi assinado em 30 de Maio de 1913 pelos 4 países e pelo Império

⁵⁵ Turcos Novos

⁵⁶ Esta decisão incidiu-se principalmente sobre as escolas Albanesas

⁵⁷ Deputado eleito por Pristina para o Parlamento Otomano

⁵⁸ Mais de 35 000 albaneses foram mortos, 300 000 expulsos e os poucos que restaram foram expropriados pela reforma agrária.

⁵⁹ Reportagens da época colecionadas por Leo Freundlich disponíveis em www.albanet.com/juka1.htm

⁶⁰ Neste Tratado O Império Otomano cedeu para os 4 países dos Balcãs os seus territórios europeus a oeste de uma linha que hoje corresponde à fronteira da Turquia com a Europa, há excepção da Albânia.



Otomano. A independência da Albânia foi deixada para ser tomada pelas 6 potências europeias da época⁶¹. A conferência de embaixadores destes 6 países ocorrida em Londres a 29 de Julho de 1913, decidiu que a Albânia deveria ter um “estatuto orgânico” em que este país seria regido por um Príncipe estrangeiro, sendo este suportado por uma força de polícia internacional que estaria sobre a supervisão de uma comissão de controlo internacional pelas potências.

As 6 potências chegaram a acordo na escolha do Príncipe, mas o mesmo não aconteceu para a definição dos limites e áreas do território, uma vez que os Austro-húngaros e a Itália defendiam que o território devia ser constituído por uma área ininterrupta na qual estava presente a população albanesa, a Rússia pretendia que essa área fosse apenas um pequeno território albanês e que o resto do território fosse dado à Sérvia e a Montenegro. No Protocolo de Florença em 17 de Dezembro de 1913, as potências chegaram a acordo através de uma situação intermédia sobre a área do futuro país, que corresponde é agora a República da Albânia⁶². O governo albanês estabelecido em 1912, aceitou essas decisões e transferiu os seus poderes para o Príncipe, tendo este restringido o seu poder à área delimitada pelo Protocolo de Florença. Os kosovares protestaram contra esta decisão e mantiveram resistência armada contra a Sérvia e o Montenegro.

No início da 1ª Guerra Mundial o Príncipe deixou a Albânia, a sua administração, à comissão internacional de controlo e tudo o que representava o estado albanês deixou de existir, todo o território foi ocupado pelas forças em conflito, primeiro o norte da Albânia pelas tropas Sérvias e Montenegrinas, que foram expulsas pelas tropas Austro-húngaras em 1916, que juntamente com a Bulgária ocuparam o Kosovo. Nos territórios albaneses, incluindo o Kosovo, os Austro-húngaros formaram uma administração civil albanesa, reabrindo as escolas albanesas anteriormente fechadas pelos sérvios.

Em Londres, a 26 de Abril de 1915, Reino Unido, França e Rússia estabeleceram um tratado secreto com a Itália, em que esta iria entrar na guerra por parte dos aliados. Este tratado foi possível uma vez que foi dada como contra-partida que o território albanês seria dividido entre a Itália, a Sérvia e a Grécia, tendo como excepção um pequeno território no centro da Albânia de maioria muçulmana que era representado pela Itália⁶³. Quando as

⁶¹ Austria-Hungria, Reino unido, França, Alemanha, Itália e Rússia.

⁶² Este protocolo veio a deixar fora da Albânia metade da população albanesa, ficando de fora o Kosovo que viu o seu território ser dividido pelo Montenegro e pela Sérvia (decisão que serve de base à Jugoslávia para aclamar o Kosovo)

⁶³ Artigos V, VI e VII



forças Austro-húngaras retiraram da área ocupada em 1918, parte do território a volta de Pejë foi tomado por um grupo armado albanês os “Kaç aks”.

Em Durrë, foi formado um governo albanês que tinha como intenção fazer parte da Liga das Nações, bem como delimitar as suas fronteiras de acordo com os desejos da sua população. Este governo propôs que os Estados Unidos da América deveriam ocupar por um período de um ou dois anos o seu território conforme previsto no protocolo de Florença de 1913, e subsequentemente deveria ser realizado um referendo que iria decidir o seu futuro território.

Reino Unido, França, Itália e Jugoslávia opuseram-se à entrada da Albânia para a Liga das Nações, pois estes pretendiam repartir o território albanês conforme tinham acordado no tratado de Londres de 1915. Os Estados Unidos da América de acordo com o princípio da autodeterminação que foi invocado pelo presidente Wilson apoiaram a independência da Albânia e a entrada desta para a Liga das Nações. Na 2ª assembleia da Liga das Nações em 2 de Outubro de 1921 foi decidido que as fronteiras albanesas seriam determinadas por uma comissão internacional formada pelos principais aliados. A comissão internacional realizou uma conferência de embaixadores em 9 de Novembro de 1921 onde foi determinado que as fronteiras albanesas iriam corresponder às determinadas em 1913 no protocolo de Florença.

Após terem determinado as fronteiras da Albânia, os aliados esperavam que a Jugoslávia honrasse as suas obrigações através de um tratado para o tratamento das minorias que foi realizado pelos principais aliados em Setembro de 1919. Neste tratado a Jugoslávia prometeu tratar as minorias com dignidade⁶⁴.

Este tratado providenciava⁶⁵ que este deveria ser aplicado em todos os territórios cedidos à Sérvia e Montenegro a partir de 1 de Janeiro de 1913, mas a Jugoslávia não permitiu que isso acontecesse em todos os territórios, uma vez que no seu ponto de vista o tratado só se aplicava às áreas pertencentes aos Austro-húngaros⁶⁶. Devido a estes factos continuou a “pré guerra” com a “Sérbiarização” do Kosovo, em que toda a resistência foi eliminada onde foram aniquiladas vilas kosovares por completo. Em Julho de 1919 o côsul francês em “Skopje” relatou 9 massacres com 30 a 40 vítimas e disse ainda que as escolas primárias albanesas tinham dado lugar a escolas sérvias. Em 16 de Setembro de 1924 o

⁶⁴ Prover educação no idioma das minorias, bem como permitir o uso do seu idiomas nas relações com a administração.

⁶⁵ Artigo 9º

⁶⁶ Estes territórios nunca estiveram debaixo do poder Sérvio ou Montenegrino antes da fundação da Jugoslávia em 1918.



“comité unido dos albaneses não libertados” enviou um protesto assinado entre os quais por Hasan Prishtina para a Liga das Nações em que dizia que “ debaixo do nome das nações organizadas o Estado Sérvio-Croata-Esloveno organizou gangues armados que estavam a aterrorizar áreas albanesas, que matavam agricultores e roubavam e queimavam as suas casas. As forças Sérvias debaixo do pretexto de suprimir os rebeldes destruíram vilas inteiras nos arredores de Pristina, Vuçitern, Mitrovicë e Pejë matando centenas dos seus habitantes ... e que o Albanês não era admitido como língua que nas escolas quer nos locais da administração”.

Até à Segunda Guerra Mundial, não existiam escolas albanesas na Jugoslávia e mais de 90 % da população kosovar era analfabeta. Com as actividades anteriormente descritas, foi exercida pressão constante sobre os albaneses para que estes partissem do Kosovo. A fim de facilitar que os kosovares deixassem as suas terras em 11 de Julho de 1938, a Jugoslávia e a Turquia realizaram um Tratado em que era facilitada a passagem dos emigrantes turcos na Jugoslávia para a Turquia⁶⁷. Mas o fundo Jugoslavo para o transporte e envio destes “turcos” não foi assegurado como foi previsto no Tratado com a Turquia, não só devido à falta de fundos, mas também devido ao ataque Alemão à Jugoslávia na Segunda Guerra Mundial Este tratado com a Turquia nunca foi ratificado, mas depois da Segunda Guerra Mundial, a Turquia voltou a aceitar e a facilitar a passagem aos Imigrantes vindos da Jugoslávia, que no início são Turcos, mas depois são na maioria albaneses que abandonam a Jugoslávia devido à pressão exercida sobre estes durante a década de 50, como veremos mais adiante. Depois de “obrigar” os albaneses a partir, a Jugoslávia, rapidamente providenciou que fossem os Sérvios a ocupar os seus terrenos, e entre 1919 e 1941, cerca de 53.884 pessoas foram enviadas para o Kosovo e para o Oeste da Macedónia, tendo-lhes sido dados 134.082 hectares de terra⁶⁸.

Desde que a Jugoslávia ocupou o Kosovo em 1919, até à data da sua libertação, o Kosovo foi livre ou relativamente livre do domínio Sérvio e por consequência, a perseguição Sérvia sobre os albaneses apenas ocorreu em dois pequenos períodos: por 3 anos durante a segunda guerra mundial, quando a maior parte do território foi incluído na Albânia e durante os últimos 6 anos que Tito esteve no Poder (1974-1980).

No decorrer da 2ª Guerra Mundial, no ano de 1944 foi realizada uma conferencia em Buján onde os partidários de Tito pretendiam obter a ajuda dos kosovares, os partidários

⁶⁷ <http://www.ess.uwe.ac.uk/Kosovo/chap2.htm>

⁶⁸ OBRADOVIC, M. (1981), Pág. 222, “ Agrarna reforma i kolnizacija na Kosovu, Prishtina”. Entre 1919 e 1940 cerca de 276.000 albaneses foram forçados a abandonar o Kosovo e a Macedónia e, obrigados a partir para a Turquia



deste, representados por Miladin Popovic, prometeram aos kosovares que, quando a guerra termina-se, o Kosovo seria livre e iria poder decidir qual o país a que iria pertencer. Essas promessas não foram cumpridas, pois quando a guerra terminou, o Kosovo foi colocado sobe administração jugoslava, administração essa, que durante o primeiro semestre de 1945, matou cerca de 50,000 kosovares. O regime jugoslavo terminou com os seus massacres no Outono de 1945, mas continuaram por outros meios (ações policiais, interrogatórios sob tortura, dirigidos fundamentalmente contra os "nacionalistas", "separatistas").

Durante a década de 50, o regime jugoslavo voltou a pressionar os kosovares a emigrarem para a Turquia. Como resultado dessas pressões, 1,5 a 2 milhões de kosovares abandonaram o seu território tendo como destino em primeiro lugar a Turquia e a Alemanha onde se estima que viveram cerca de 200,000 albaneses provenientes da Jugoslávia, que foram para esses países como "trabalhadores convidados", ou por já lá terem membros das suas famílias.

Em 1966 depois de Tito ter expulso Rankovic⁶⁹ da Liga Comunista Jugoslava, houve melhorias para os albaneses do Kosovo, uma vez que Rankovic era o principal opressor dos albaneses. Com o passar do tempo Tito gradualmente colocou o território do Kosovo fora do controlo sérvio, concedendo-lhe ainda autonomia na nova Constituição Jugoslava de 1974. Ou seja com esta decisão, o Kosovo obteve autonomia dentro da Sérvia, tornando-se um elemento constitutivo da República Federal da Jugoslávia. Esta decisão, foi considerada pelos sérvios como “ A traição de Tito”.⁷⁰ Mas os kosovares não pretendiam apenas esta alteração uma vez que com ela, o Kosovo passou a ser mais uma República da Federação Jugoslava. Embora ela tenha trazido alterações, uma vez que a maioria dos funcionários da administração passaram a ser kosovares albaneses, faltavam apenas as eleições livres para que estes pudessem decidir o destino do seu território, uma vez que ao abrigo da Constituição da República Jugoslava as "Repúblicas" constituintes da federação tinham o direito de abandonar a federação, mas Tito não estava disposto a conceder ao Kosovo o estatuto de República.

No entanto, em 1966 durante as manifestações para que o Kosovo fosse um estado republicano, um manifestante perdeu vida. Não obstante, Rankovic ser o principal responsável na luta contra os albaneses à que salientar que sob as suas ordens, nunca uma

⁶⁹ Rankovic, foi Ministro do Interior e chefe da polícia secreta, foi expulso uma vez que colocou escutas na habitação de Tito.

⁷⁰S. Stojanovic, conselheiro do antigo presidente jugoslavo Cosic, em:” Zas para si nam dogodilo Kosovo?” Nedeljni telegraf, 18 de Março de 1998



manifestação terminou com derramamento de sangue. Desde que este foi expulso a perseguição política e étnica diminuíram consideravelmente, mas todos os que ousassem enfrentar e manifestar-se a favor da liberdade do Kosovo e para que este saísse da federação era punido severamente.

Tito morreu no ano de 1980. Na Primavera de 1981, os Sérvios começaram as suas manifestações (com uma manifestação pacífica de estudantes, onde empunhavam fotografias de Tito e em que estes pretendiam uma melhor alimentação nos refeitórios das universidades).

O poder central enviou forças especiais de polícia que actuaram violentamente sobre estes tendo como resultado mais de 200 pessoas mortas pela polícia,⁷¹ e houve uma “limpeza” de todos os kosovares que estavam na administração e em todas as instituições, uma vez que estes foram acusados de “diversificação ideológica”, isto é, de “albaneses separatistas”. O poder central começou também uma campanha na mídia contra os albaneses jugoslavos que teve um enorme êxito uma vez que alegava que os albaneses cometiam violações em massa sob as mulheres sérvias, incluindo freiras. (O número de violações no Kosovo foi muito inferior ao das cometidas na Jugoslávia e na Sérvia em média, apenas 9,6% das vítimas eram sérvias, e nenhum dos casos envolveu freiras.)⁷²

Os albaneses possuíam uma elevada taxa de natalidade. O que os jugoslavos descreviam como sendo um ataque sobre a República Federal da Jugoslávia, e que teria de ser combatida através da redução da taxa de natalidade a zero⁷³, sendo aprovada legislação especial para controlar a natalidade e foram criadas desvantagens para as famílias que

⁷¹ A manifestação tinha sido precedida, no Outono e inverno de 1980/81 por uma onda de detenções. Durante manifestações estudantis contra as deploráveis condições de vida dos alunos, em 11 Março, 1981, a polícia prendeu vários estudantes. O chefe kosovar chefe da liga comunista, BAKALLI, prometeu a sua libertação, e quando estas não foram liberadas, deu-se uma nova manifestação estudantil em 26 Março, os estudantes empunhavam retratos de Tito; alguns cantavam slogans como “república do Kosovo” e “o Kosovo para os Kosovares”. De repente, apareceram “polícias especiais” sérvios e os manifestantes foram dispersados, e perseguidos até aos dormitórios. Isto levou a que se realizassem manifestações por todo o país, não sendo estas realizadas apenas por estudantes mas também por trabalhadores «Com as manifestações de 2 de Abril, a Sérvia proclamou o estado de emergência, o país foi “selado” e a polícia atacou os manifestantes com elevada brutalidade.

⁷² Os média foram utilizados nesta campanha e não eram imparciais, uma vez que, os Albaneses são geralmente descritos como criminosos, e essas afirmações servem como propaganda sérvia e tiveram seus efeitos, mesmo no estrangeiro, por exemplo, culpam-se os albaneses residentes na Alemanha por possuírem uma taxa elevada de criminalidade.

⁷³ Como afirmado por um funcionário “Grupo de Trabalho Científico”, em Pristina, em 1. De Abril de 1995, www.yugoslavia.com/Society_and_Law/KOSOVO/GLAVA4.HTM



possuíam muitos filhos, esta legislação foi aplicada exclusivamente a albaneses mas sem estes serem mencionados especificamente nos textos dos estatutos.⁷⁴

Em 23 de Março de 1989, a autonomia do Kosovo, até então existente na constituição jugoslava, foi formalmente abolida por uma decisão do Parlamento kosovar, antes da votação desta decisão, os deputados albaneses receberam ameaças, e durante a votação, as entradas no parlamento foram bloqueadas pelas forças armadas, tendo deste modo participado na votação quem não era deputado, não se sabendo o número exacto de votos.⁷⁵ Sapunxhiu, o representante kosovar na presidência jugoslava, que se debatia pelo projecto de uma nova Constituição Jugoslava, tentou em vão, reintroduzir nesse projecto de Constituição, a autonomia do Kosovo.⁷⁶

A supressão violenta da autonomia do Kosovo foi o primeiro passo da Sérvia para a dissolução da Jugoslávia de Tito e para a criação de uma nova Jugoslávia dominada pela Sérvia. Na época, o chefe do governo federal jugoslavo, o croata Markovic, e os representantes das outras repúblicas jugoslavas observavam com desconfiança e medo os acontecimentos no Kosovo, mas esperavam que as aspirações da Sérvia fossem apenas estas.

Markovic disse: "O Kosovo é um campo minado que não ousamos pisar" e concentrou-se nas reformas do mercado na esperança de salvar a economia da Jugoslávia. Sem ajuda por parte das outras repúblicas, os deputados albaneses com assento no parlamento kosovar (quatro quintos do total) reuniram-se a 2 de Julho de 1989 e declararam

⁷⁴ SI.I.FRJ (jornal oficial jugoslavo) 1988 p.40, 51 (nº.82-85) sobre a Lei da Assistência Social para Crianças 21 de Julho de 1992, SI.gl. RS (o jornal oficial da República Sérvia) 1992/49 p.1657, também o acórdão de 16 de Outubro de 1992, SI.gl.RS 1992/75. Estes estatutos são discutidos em detalhe por N. Kelmendi em, www.alb-net.com/old-alb-net/more.htm e www.kosova-state.org/Inglês/kosova_under_the_burden_of_the_s.html

⁷⁵ Devido a estes e outros defeitos, a decisão foi interposto perante o Tribunal Constitucional da Região Autónoma kosovar. O tribunal decidiu, em 27. De Junho de 1990 de dar início ao processo e suspendeu as mudanças nas Constituições do Kosovo, que tinha sido a consequência da decisão e na constituição da Sérvia, que havia sido determinado posteriormente pelo Parlamento sérvio em função da decisão kosovar. No entanto, a decisão do tribunal, não foi assinada pelos juízes, porque o parlamento sérvio, com a lei de 5 de Junho de 1990, dissolveu o parlamento e o governo kosovar e transferiu as suas competências para as autoridades sérvias. Como resultado, o tribunal constitucional do Kosovo, viu-se impossibilitado de continuar o seu trabalho, apesar de que poderia ter sido argumentado de que as leis sérvias não lhe dizem respeito directamente.

⁷⁶ Para isso, ele foi atacado pelo diário oficial "Política", de 16 de Maio de 1990: ao exigir direitos para o povo albanês na Jugoslávia, dizia no jornal, que o homem se tinha excedido nos seus direitos como "convidado estrangeiro". Esta descrição dos albaneses - depois de sérvios e croatas, o terceiro maior grupo étnico da Jugoslávia - como "convidados estrangeiros" na Jugoslávia que " se comportam mal" foi frequentemente utilizada, e reforçada pela alegação de que uma grande parte dos albaneses do Kosovo (entre 30,000, 70,000, 400,000 – informação do "Grupo de Trabalho Científico") tinha chegado ao Kosovo durante e após a Segunda Guerra Mundial. Não há nenhuma evidência para esta alegação. O chefe do último governo da "velha" Jugoslávia Markovic disse em 1990 que um inquérito jugoslavo apenas tinha encontrado um total de 732 imigrantes da Albânia. Outros dados oficiais jugoslavos dizem que um total de 1543 pessoas se tinham mudado da Albânia para o Kosovo, dos quais 704 ainda hoje vivem no Kosovo (em 1981)



o Kosovo como uma república separada da Federação Jugoslava. Em 1990, promulgaram uma nova Constituição kosovar. Finalmente, em 22 de Setembro de 1991, o Kosovo foi declarado independente. Estas decisões foram sustentadas por um referendo que ocorreu entre 26 e 30 de Setembro de 1991, em que 87% dos eleitores registados no Kosovo (independente da sua nacionalidade) concordaram com todas as alterações.⁷⁷ Em 1998, o país possuía um parlamento, um presidente e conselhos em todas as comunidades e existia um governo que estava no exílio e tinha sido nomeado pelo presidente. A maioria da população kosovar, rejeitava as autoridades sérvias e jugoslavas, uma vez que por sua iniciativa não participavam nas eleições jugoslavas e sérvias, somente participavam nas eleições kosovares. Por outro lado, a Jugoslávia e a Sérvia, não reconheciam as autoridades kosovares⁷⁸, o que levou a um aumento da perseguição aos albaneses.

Como seria de esperar no domínio económico, no Kosovo, tal como no resto da Jugoslávia na época de Tito, todas as grandes empresas eram uma espécie de cooperativas, apelidadas de "organizações de trabalho unidas" e eram propriedade dos trabalhadores da empresa, que elegiam o director da mesma e que também decidiam sobre o despedimento dos trabalhadores. Esta era a política da auto-administração de empresas.

As empresas antes de 1989, preferiam empregar trabalhadores sérvios, ou seja os 8% sérvios no Kosovo, ocupavam 59,000 empregos nessas empresas, enquanto os 90% de albaneses do Kosovo apenas ocupavam 164,000 empregos. Após a abolição da autonomia do Kosovo, o parlamento sérvio aprovou, a 26 de Julho de 1990, uma lei sobre as "relações de trabalho em circunstâncias especiais", que apenas foi aplicada no Kosovo, veio permitir aos directores das empresas, demitir empregados sem consultar os outros trabalhadores. Além disso, entre 1990 e 1992, o parlamento sérvio aprovou uma resolução com 371 "medidas temporárias de protecção social dos direitos da auto-administração" que incidiam principalmente sobre empresas kosovares.

Estas resoluções indeferiam, o estatuto anterior das empresas em causa e colocou sérvios como administradores no lugar dos kosovares. Estes administradores tinham direitos especiais de gestão, em particular, o direito de decidir sobre os estatutos e as relações laborais bem como sobre os salários dos trabalhadores. Estes direitos foram usados fundamentalmente para demitir cerca de 145,000 trabalhadores de origem albanesa. Estes trabalhadores além de perderem o emprego, também perderam as suas casas, que foram dadas aos sérvios. Segundo as estatísticas do ministro sérvio da indústria, 253 dessas

⁷⁷ Ou seja, 914.802 dos 1.051.357 eleitores inscritos no Kosovo. www.kosova-state.org;

⁷⁸ A lei sérvia de 5 de Julho de 1990 aboliu o parlamento e o governo do Kosovo e substituiu-o por funcionários sérvios. A legislação sérvia aboliu uma série de outras instituições kosovares.



"empresas socialmente protegidas", ou seja, "90% da economia kosovar foram privatizadas. Esta privatização, tinha como regra, que um terço das acções da empresa deveriam ser vendidas aos trabalhadores, que passaram a ser exclusivamente sérvios. O resto das empresas foram também vendidas a sérvios, as únicas excepções eram as grandes empresas, que muitas vezes foram vendidas a investidores estrangeiros. (A Telecom Sérvia comprou a Telecom Kosovar, que depois foi vendida a uma firma Grega e Italiana, a empresa mineira Trepç é foi vendida à firma grega Mytilneos.)⁷⁹

Deste modo, a maioria das empresas kosovares, foram vendidas para benefício dos sérvios. As pequenas lojas privadas albanesas que restaram desta "nacionalização" são forçadas a fechar devido à actuação da polícia fiscal sérvia e de outras autoridades.

Além destas medidas, foram disponibilizados fundos financeiros e terrenos, que foram colocados à disposição das autoridades sérvias para promover a imigração sérvia para o Kosovo (as medidas visavam estabelecer empresas sérvias no Kosovo para que estas empregassem os "colonos sérvios", e dar terras aos agricultores sérvios onde estes pudessem cultivar as suas culturas e construir as suas casas). No entanto, estas medidas tiveram pouco sucesso, pois só conseguiram fixar cerca de 14,000 "colonizadores sérvios" no Kosovo, e cerca de dois terços destes, abandonaram os territórios devido às condições que encontraram.⁸⁰

Os fundos destinados aos "colonizadores sérvios", foram usados pelos sérvios que já habitavam este território que criaram novas empresas, mas que na realidade não empregaram ninguém de nacionalidade sérvia. Estes compraram máquinas novas com a ajuda do governo, e mais tarde vendiam essas máquinas na Sérvia.⁸¹ A venda dos terrenos reservados para "colonos sérvios", que eram do interesse apenas dos albaneses, foi interrompida por uma lei sérvia datada de 18 de Abril de 1991⁸², na qual esta proibia a venda de imóveis que "poderiam mudar a estrutura nacional da população".

Funcionários Sérvios, em particular polícias, obtiveram benefícios consideráveis através do suborno à administração Kosovar, em que esta era obrigada a pagar-lhes para os kosovares terem escolas, hospitais e outras instituições, além dos subornos, os funcionários sérvios roubavam alguns montantes aos kosovares, especialmente sobre os

⁷⁹N. Kelmendi ; www.kosova-state.org/English/exploitation_and_selling_of_the_.html

⁸⁰ Duga (Belgrado), 14 de Março de 1998. Este relatório não é muito claro: o número indicado no texto, talvez se refere apenas aos refugiados sérvios da Bósnia e da Croácia reinstaladas no Kosovo. Também em: www.kosova.com/expuls/chap4.htm

⁸¹ Existem numerosos relatos na imprensa sobre este sérvio; por exemplo, Nedeljni telegraf (Belgrado), de 25 de Março de 1998: Da li je država digla ruke od Srba nd Kosovu i Metohiji?

⁸² Sl.gl.RS 1991/22; . N. Kelmendi .



depósitos que os kosovares imigrantes realizavam no estrangeiro para as suas famílias que estavam no Kosovo.

Críticos da linha não-violenta do governo kosovar alegam que as quantias extorquidas pela polícia sérvia serviam para a financiar na totalidade.⁸³

A Sérvia despediu quase todos os albaneses que trabalhavam nos tribunais, na polícia, nas escolas, nas universidades e nos hospitais. Nos termos do direito sérvio, a língua sérvia, passou a ser a única língua oficial.⁸⁴ A universidade de Pristina, antigamente a única universidade jugoslava onde eram dados cursos em albanês, foi ocupada pelas autoridades sérvias e passou a ministrar cursos apenas em sérvio. A biblioteca da universidade foi desmantelada, e a sua grande e insubstituível colecção de livros em albanês foram vendidos como resíduos de papel.⁸⁵ Muitas bibliotecas da cidade tiveram o mesmo destino. As escolas albanesas foram fechadas. Apenas algumas escolas primárias, escaparam, mas tiveram de dar uma grande parte do seu espaço para albergar crianças sérvias.

Para colmatar essas lacunas, o governo kosovar criou hospitais improvisados, estações de saúde e escolas, incluindo também as escolas a nível universitário, mantendo turmas em casas particulares, por vezes, caves e garagens. O governo pagou também um subsídio a várias centenas de milhares de pessoas que não tinham rendimentos e de outra forma passariam fome. Foi criado um centro de informações e um comité para a defesa dos direitos humanos. Este Comité colocou uma densa rede de observadores por todo o país, para investigar e relatar as violações dos direitos humanos cometidas pelas autoridades sérvias, de notar que tudo isto foi financiado por um imposto de renda fixa de 3%, que todos os kosovares supostamente pagavam voluntariamente para o fundo da República. De notar que a grande parte dos fundos provinham dos kosovares que estavam no exterior, uma vez que eram a principal fonte de rendimentos do Estado Kosovar.

Os tribunais controlados pelos sérvios não eram mais do que um mero recurso para os kosovares. Em que os litígios passaram a ser resolvidos por notáveis locais, como por exemplo sacerdotes, presidentes eleitos ou os representantes locais da Comissão para a Defesa dos Direitos do Homem.⁸⁶ Muitos dos antigos conflitos que poderiam levar a crimes de sangue são trazidos a estes notáveis, antes de irem a uma "reunião de reconciliação",

⁸³ E.g. Muhamet Kelmendi: [Realidade e perspectivas da questão nacional], 1966, p.121

⁸⁴ N. Kelmendi

⁸⁵ De acordo com Shpend Halili: [A execução do livro albanês], Stuttgart, 14 de Junho de 1996, p.40, 8.142 periódicos, jornais e 6 camiões com cerca de 100.000 volumes foram destruídos. A biblioteca foi então usada para abrigar refugiados sérvios da Croácia.

⁸⁶ v.Kohl, Libal .pp.137



que é chefiada por intelectuais de renome que falam sobre o caso com as partes, até que estas sejam persuadidas a chegarem a acordo e “apertar as mãos” em grandes reuniões públicas. Os casos menores são tratados por comunidades ou conselhos para evitar fenómenos negativos.⁸⁷

No entanto, a Jugoslávia manteve o poder representado pela polícia sérvia, pelos tribunais sérvios e pelo exército jugoslavo. Entre 1990 e 1997, em média um a três albaneses foram mortos pela polícia em cada mês. As buscas em casas, as detenções, as torturas e as pilhagens por parte da polícia tornaram-se diárias.⁸⁸ A perseguição sérvia aos albaneses não se limitava ao Kosovo. Quando os sérvios tomaram conta das cidades bósnias na guerra da Bósnia, quase todas as lojas foram bombardeadas, sendo que as primeiras eram as lojas albanesas. Quase nenhum albanês sérvio sobreviveu aos campos de concentração na Bósnia.

⁸⁷ Cf.. M. Piraku: [Oito anos do Movimento para a Reconciliação Nacional], Rilindja Set.7, 1998; dentro de 6 anos, o Gjilan "Conselho Comunitário para evitar fenómenos negativos" liquidou 541 dos 778 litígios que lhe foi submetido, QIK (www.kosova.com)

⁸⁸ Alguns detalhes dos relatórios da Comissão dos Direitos Humanos kosovares para os últimos anos: 1995: 3.487 detenções pela polícia, sem uma ordem judicial. Acima de 11,000 pessoas detidas pela polícia (por exemplo, todas as pessoas detidas foram espancadas). 3.296 pessoas foram torturadas, entre elas 61 gravemente feridos, 6 mortos. 10 pessoas foram fuzilados pela polícia ou o exército. Os autores não foram perseguidos. Em 2324 casos, casas e apartamentos foram procurados por armas (há provavelmente eram muitos mais casos que passou não declarada, as vítimas de ter medo de repercussões, caso eles se reportam as pesquisas), na ocasião destas pesquisas, muitas vezes o mobiliário foi danificado ou destruído e algumas coisas de valor foram roubados pela polícia. Apenas dois jornais diários e uma revista foram autorizados a ser publicados em albanês. Entre 1994 e 1998 havia 270,000 crianças na escola primária, 60,000 no ensino médio e 20.000 estudantes universitários que ficaram sem escolas albanesas. Em 130 casos, as aulas eram interrompidas pela polícia. Houve 507 casos de professores ou estudantes maltratados pela polícia.

1996: 14 albaneses foram mortos por violência sérvia ou sob condições suspeitas (2 torturados até a morte pela polícia, 2 morreram na prisão por motivos desconhecidos, 3 morreram devido a ataques por colonos sérvios, entre os quais um com a ajuda da polícia, 2 mortos por outros sérvios, um morto por soldados e 5 foram encontrados mortos). Os autores não foram perseguidos. 1712 albaneses foram detidos sem ordem judicial, geralmente durante as buscas de armas, na maioria dos casos, não foram encontradas armas ou as pessoas que as possuíam tinham uma licença. Houve 809 buscas de armas, que foram muitas vezes utilizadas como um pretexto para destruir o mobiliário, para roubar. Um total de 5.197 casos de maus tratos e de tortura foram relatados; entre as vítimas havia 240 crianças, 269 mulheres, 464 políticos e membros de organizações de direitos humanos, 15 jornalistas, 211 professores que foram atacados por causa de sua actividade como docentes. foram relatados 54 ataques da polícia nas escolas. As condições relativas à imprensa e à educação mantiveram-se inalteradas.

1997: Dos 1740 casos de vítimas de tortura policial, havia 79 crianças, 258 mulheres, 56 idosos, 413 membros de grupos políticos e dos direitos humanos, 40 jornalistas albaneses, 295 professores agredidos por causa da sua actividade como docente. 587 das vítimas foram gravemente feridas, 5 mortas (entre os quais um tinha os seu olhos de fora). 12 pessoas foram mortas pela polícia, havia 18 pessoas mortas em circunstâncias pouco claras. Em 57 casos, a polícia entrou nas escolas e universidades com o uso da violência, tirou documentos a professores e alunos. 596 albaneses foram presos sem uma ordem judicial, principalmente durante 427 buscas por armas, realizadas da mesma forma que anteriormente. Não houve alterações em relação à educação e à imprensa. (Fonte: Relatórios anuais em <http://albanian.com/kmdlnj/>)



As críticas internacionais à perseguição dos albaneses pela parte dos sérvios foram regularmente respondidas pelo governo jugoslavo com referências às cláusulas sobre a protecção das minorias, presentes na constituição jugoslava.

Para lutar contra a perseguição jugoslava, o governo kosovar, e todos os partidos albaneses presentes no Kosovo, em particular, o LDK, juntaram os seus esforços e criaram uma resistência não-violenta, contra a perseguição.

Desde 1997, que havia indícios da preparação de uma grande acção no Kosovo por parte da Jugoslávia. Até então, os média sérvios informavam que no Kosovo estava tudo controlado. Em Dezembro de 1997, as autoridades (sérvias e jugoslavas) limitaram o controlo às grandes cidades e aos entroncamentos rodoviários mais movimentados. O resto do país, era controlado por um exército albanês, o UCK (Exército de Libertação do Kosovo), embora esta informação tenha sido negada por Rugova (o presidente kosovar), e pelo governo kosovar, que colaboravam com o UCK, continuavam a recrutar jovens kosovares à força.⁸⁹

Em meados de 1996, apareceu pela primeira vez o UCK, quando se ouviram pela primeira vez as notícias de ataques a polícias sérvios. A 21 de Janeiro de 1998, o presidente macedónio, Gligorov, declarou que esperava para breve uma guerra no Kosovo, e disponibilizou um "corredor", que os albaneses do Kosovo poderiam utilizar

Desde 1908, o Governo do Império Otomano foi liderado por um grupo apelidado de “*Jeunes Turcs*”⁹⁰, que tentaram salvar o seu Império com uma política nacionalista turca, em que ordenaram o encerramento de todas as escolas que usassem línguas que não fosse o turco⁹¹. Em resposta a estas políticas Hassan Prishtina⁹², organizou uma manifestação que mobilizou os albaneses. Os líderes da manifestação apresentaram 14 pontos que queriam ver resolvidos, pontos esses que se voltavam sobretudo para a educação em albanês, e exigiam também alguma autonomia local. Os seus pedidos foram aceites pelo Império Otomano em 1912. Entretanto os seus vizinhos (montenegrinos, sérvios, búlgaros e gregos) não concordavam com a autonomia da Albânia, mas em repartir o território albanês entre eles, pelo qual declararam guerra ao Império Otomano dando-se assim inicio à primeira Guerra dos Balcãs.

⁸⁹ Exemplo de tais relatórios: Brigadas Vermelhas do Kosovo, NIN (Belgrado) Dez.18, 1997. Este relatório é uma entrevista com B. Spasic, um ex-agente de segurança do estado anteriormente responsável por ataques a "inimigos" do regime no exterior. Em outras entrevistas, B. Spasic impulsionou sobre acções dirigiu na Alemanha e na Suíça, para o qual ele alegou ter usado "excelentes especialistas" do submundo Belgrado.

⁹⁰ Turcos Novos

⁹¹ Esta decisão incidiu-se principalmente sobre as escolas Albanesas

⁹² Deputado eleito por Pristina para o Parlamento Otomano



Inicialmente esta Guerra era contra o Império Otomano, uma vez que o rei sérvio declarou que o objectivo da Sérvia era a libertação de todos os povos dos Balcãs, incluindo os albaneses do domínio Otomano. Entretanto, os líderes da manifestação e alguns notáveis albaneses formaram um governo que declarou a Albânia totalmente Independente, e procurou junto dos seus vizinhos a cooperação para a paz. Os seus vizinhos contudo não ouviram o seu pedido e direccionaram as suas acções contra as tropas Otomanas que estavam na Albânia e depois de as derrotarem, voltaram-se contra os albaneses. O exército sérvio com o conhecimento do seu rei e muitas vezes cumprindo as suas próprias ordens “pacificaram” a zona ocupando-a com tão grande crueldade que jamais tinha sido vista na Europa há séculos⁹³. Sérvios e montenegrinos mataram no mínimo 1/10 da população, destruíram, roubaram e pilharam vilas inteiras, e sob tortura muitos muçulmanos e albaneses católicos foram forçados a aceitar o baptismo ortodoxo. Estes horrores cedo foram reportados na imprensa europeia da época, chocando a opinião pública europeia⁹⁴.

Os poderes europeus prontamente exerceram pressão perante os 4 países dos Balcãs para finalizarem esta guerra, o que aconteceu com a conclusão do Tratado de Paz de Londres⁹⁵ que foi assinado em 30 de Maio de 1913 pelos 4 países e pelo Império Otomano. A independência da Albânia foi deixada para ser tomada pelas 6 potências europeias da época⁹⁶. A conferência de embaixadores destes 6 países ocorrida em Londres a 29 de Julho de 1913, decidiu que a Albânia deveria ter um “estatuto orgânico” em que este país seria regido por um Príncipe estrangeiro, sendo este suportado por uma força de polícia internacional que estaria sobre a supervisão de uma comissão de controlo internacional pelas potências.

As 6 potências chegaram a acordo na escolha do Príncipe, mas o mesmo não aconteceu para a definição dos limites e áreas do território, uma vez que os Austro-húngaros e a Itália defendiam que o território devia ser constituído por uma área ininterrupta na qual estava presente a população albanesa, a Rússia pretendia que essa área fosse apenas um pequeno território albanês e que o resto do território fosse dado à Sérvia e a Montenegro. No Protocolo de Florença em 17 de Dezembro de 1913, as potências chegaram a acordo através de uma situação intermédia sobre a área do futuro país, que

⁹³ Mais de 35 000 albaneses foram mortos, 300 000 expulsos e os poucos que restaram foram expropriados pela reforma agrária.

⁹⁴ Reportagens da época colecionadas por Leo Freundlich disponíveis em www.albanet.com/juka1.htm

⁹⁵ Neste Tratado O Império Otomano cedeu para os 4 países dos Balcãs os seus territórios europeus a oeste de uma linha que hoje corresponde à fronteira da Turquia com a Europa, há excepção da Albânia.

⁹⁶ Austria-Hungria, Reino unido, França, Alemanha, Itália e Rússia.



corresponde é agora a República da Albânia⁹⁷. O governo albanês estabelecido em 1912, aceitou essas decisões e transferiu os seus poderes para o Príncipe, tendo este restringido o seu poder à área delimitada pelo Protocolo de Florença. Os kosovares protestaram contra esta decisão e mantiveram resistência armada contra a Sérvia e o Montenegro.

No início da 1ª Guerra Mundial o Príncipe deixou a Albânia, a sua administração, à comissão internacional de controlo e tudo o que representava o estado albanês deixou de existir, todo o território foi ocupado pelas forças em conflito, primeiro o norte da Albânia pelas tropas Sérvias e Montenegrinas, que foram expulsas pelas tropas Austro-húngaras em 1916, que juntamente com a Bulgária ocuparam o Kosovo. Nos territórios albaneses, incluindo o Kosovo, os Austro-húngaros formaram uma administração civil albanesa, reabrindo as escolas albanesas anteriormente fechadas pelos sérvios.

Em Londres, a 26 de Abril de 1915, Reino Unido, França e Rússia estabeleceram um tratado secreto com a Itália, em que esta iria entrar na guerra por parte dos aliados. Este tratado foi possível uma vez que foi dada como contra-partida que o território albanês seria dividido entre a Itália, a Sérvia e a Grécia, tendo como excepção um pequeno território no centro da Albânia de maioria muçulmana que era representado pela Itália⁹⁸. Quando as forças Austro-húngaras retiraram da área ocupada em 1918, parte do território a volta de Pejë foi tomado por um grupo armado albanês os “Kaç aks”.

Em Durrë, foi formado um governo albanês que tinha como intenção fazer parte da Liga das Nações, bem como delimitar as suas fronteiras de acordo com os desejos da sua população. Este governo propôs que os Estados Unidos da América deveriam ocupar por um período de um ou dois anos o seu território conforme previsto no protocolo de Florença de 1913, e subsequentemente deveria ser realizado um referendo que iria decidir o seu futuro território.

Reino Unido, França, Itália e Jugoslávia opuseram-se à entrada da Albânia para a Liga das Nações, pois estes pretendiam repartir o território albanês conforme tinham acordado no tratado de Londres de 1915. Os Estados Unidos da América de acordo com o princípio da autodeterminação que foi invocado pelo presidente Wilson apoiaram a independência da Albânia e a entrada desta para a Liga das Nações. Na 2ª assembleia da Liga das Nações em 2 de Outubro de 1921 foi decidido que as fronteiras albanesas seriam determinadas por uma comissão internacional formada pelos principais aliados. A comissão

⁹⁷ Este protocolo veio a deixar fora da Albânia metade da população albanesa, ficando de fora o Kosovo que viu o seu território ser dividido pelo Montenegro e pela Sérvia (decisão que serve de base à Jugoslávia para aclamar o Kosovo)

⁹⁸ Artigos V, VI e VII



internacional realizou uma conferência de embaixadores em 9 de Novembro de 1921 onde foi determinado que as fronteiras albanesas iriam corresponder às determinadas em 1913 no protocolo de Florença.

Após terem determinado as fronteiras da Albânia, os aliados esperavam que a Jugoslávia honrasse as suas obrigações através de um tratado para o tratamento das minorias que foi realizado pelos principais aliados em Setembro de 1919. Neste tratado a Jugoslávia prometeu tratar as minorias com dignidade⁹⁹.

Este tratado providenciava¹⁰⁰ que este deveria ser aplicado em todos os territórios cedidos à Sérvia e Montenegro a partir de 1 de Janeiro de 1913, mas a Jugoslávia não permitiu que isso acontecesse em todos os territórios, uma vez que no seu ponto de vista o tratado só se aplicava às áreas pertencentes aos Austro-húngaros¹⁰¹. Devido a estes factos continuou a “pré guerra” com a “Sérbizarização” do Kosovo, em que toda a resistência foi eliminada onde foram aniquiladas vilas kosovares por completo. Em Julho de 1919 o cônsul francês em “Skopje” relatou 9 massacres com 30 a 40 vítimas e disse ainda que as escolas primárias albanesas tinham dado lugar a escolas sérvias¹⁰². Em 16 de Setembro de 1924 o “comité unido dos albaneses não libertados” enviou um protesto assinado entre os quais por Hasan Prishtina para a Liga das Nações em que dizia que “debaixo do nome das nações organizadas o Estado Sérvio-Croata-Esloveno organizou gangues armados que estavam a aterrorizar áreas albanesas, que matavam agricultores e roubavam e queimavam as suas casas. As forças Sérvias debaixo do pretexto de suprimir os rebeldes destruíram vilas inteiras nos arredores de Pristina, Vuçitern, Mitrovicë e Pejë matando centenas dos seus habitantes ... e que o Albanês não era admitido como língua que nas escolas quer nos locais da administração”.

Até à Segunda Guerra Mundial, não existiam escolas albanesas na Jugoslávia e mais de 90 % da população kosovar era analfabeta. Com as actividades anteriormente descritas, foi exercida pressão constante sobre os albaneses para que estes partissem do Kosovo. A fim de facilitar que os kosovares deixassem as suas terras em 11 de Julho de 1938, a Jugoslávia e a Turquia realizaram um Tratado em que era facilitada a passagem dos emigrantes turcos na Jugoslávia para a Turquia¹⁰³. Mas o fundo Jugoslavo para o transporte

⁹⁹ Prover educação no idioma das minorias, bem como permitir o uso do seu idiomas nas relações com a administração.

¹⁰⁰ Artigo 9º

¹⁰¹ Estes territórios nunca estiveram debaixo do poder Sérvio ou Montenegrino antes da fundação da Jugoslávia em 1918.

¹⁰² Braha, Pág. 335, nota 1

¹⁰³ <http://www.ess.uwe.ac.uk/Kosovo/chap2.htm>



e envio destes “turcos” não foi assegurado como foi previsto no Tratado com a Turquia, não só devido à falta de fundos, mas também devido ao ataque Alemão à Jugoslávia na Segunda Guerra Mundial. Este tratado com a Turquia nunca foi ratificado, mas depois da Segunda Guerra Mundial, a Turquia voltou a aceitar e a facilitar a passagem aos Imigrantes vindos da Jugoslávia, que no início são Turcos, mas depois são na maioria albaneses que abandonam a Jugoslávia devido à pressão exercida sobre estes durante a década de 50, como veremos mais adiante. Depois de “obrigar” os albaneses a partir, a Jugoslávia, rapidamente providenciou que fossem os Sérvios a ocupar os seus terrenos, e entre 1919 e 1941, cerca de 53.884 pessoas foram enviadas para o Kosovo e para o Oeste da Macedónia, tendo-lhes sido dados 134.082 hectares de terra¹⁰⁴.

Desde que a Jugoslávia ocupou o Kosovo em 1919, até à data da sua libertação, o Kosovo foi livre ou relativamente livre do domínio Sérvio e por consequência, a perseguição Sérvia sobre os albaneses apenas ocorreu em dois pequenos períodos: por 3 anos durante a segunda guerra mundial, quando a maior parte do território foi incluído na Albânia e durante os últimos 6 anos que Tito esteve no Poder (1974-1980).

No decorrer da 2ª Guerra Mundial, no ano de 1944 foi realizada uma conferência em Buján onde os partidários de Tito pretendiam obter a ajuda dos kosovares, os partidários deste, representados por Miladin Popovic, prometeram aos kosovares que, quando a guerra termina-se, o Kosovo seria livre e iria poder decidir qual o país a que iria pertencer. Essas promessas não foram cumpridas, pois quando a guerra terminou, o Kosovo foi colocado sob administração jugoslava, administração essa, que durante o primeiro semestre de 1945, matou cerca de 50,000 kosovares. O regime jugoslavo terminou com os seus massacres no Outono de 1945, mas continuaram por outros meios (acções policiais, interrogatórios sob tortura, dirigidos fundamentalmente contra os “nacionalistas”, “separatistas”).

Durante a década de 50, o regime jugoslavo voltou a pressionar os kosovares a emigrarem para a Turquia. Como resultado dessas pressões, 1,5 a 2 milhões de kosovares abandonaram o seu território tendo como destino em primeiro lugar a Turquia e a Alemanha onde se estima que viveram cerca de 200,000 albaneses provenientes da Jugoslávia, que foram para esses países como “trabalhadores convidados”, ou por já lá terem membros das suas famílias.

¹⁰⁴ M. Obradovic: “Agrarna reforma i kolnizacija na Kosovu, Prishtina 1981, Pág. 222.” Entre 1919 e 1940 cerca de 276.000 albaneses foram forçados a abandonar o Kosovo e a Macedónia e, obrigados a partir para a Turquia



Em 1966 depois de Tito ter expulso Rankovic¹⁰⁵ da Liga Comunista Jugoslava, houve melhorias para os albaneses do Kosovo, uma vez que Rankovic era o principal opressor dos albaneses. Com o passar do tempo Tito gradualmente colocou o território do Kosovo fora do controlo sérvio, concedendo-lhe ainda autonomia na nova Constituição Jugoslava de 1974. Ou seja com esta decisão, o Kosovo obteve autonomia dentro da Sérvia, tornando-se um elemento constitutivo da República Federal da Jugoslávia. Esta decisão, foi considerada pelos sérvios como “ A traição de Tito”.¹⁰⁶ Mas os kosovares não pretendiam apenas esta alteração uma vez que com ela, o Kosovo passou a ser mais uma República da Federação Jugoslava. Embora ela tenha trazido alterações, uma vez que a maioria dos funcionários da administração passaram a ser kosovares albaneses, faltavam apenas as eleições livres para que estes pudessem decidir o destino do seu território, uma vez que ao abrigo da Constituição da República Jugoslava as "Repúblicas" constituintes da federação tinham o direito de abandonar a federação, mas Tito não estava disposto a conceder ao Kosovo o estatuto de República.

No entanto, em 1966 durante as manifestações para que o Kosovo fosse um estado republicano, um manifestante perdeu vida. Não obstante, Rankovic ser o principal responsável na luta contra os albaneses à que salientar que sob as suas ordens, nunca uma manifestação terminou com derramamento de sangue. Desde que este foi expulso a perseguição política e étnica diminuíram consideravelmente, mas todos os que ousassem enfrentar e manifestar-se a favor da liberdade do Kosovo e para que este saísse da federação era punido severamente.

Tito morreu no ano de 1980. Na Primavera de 1981, os Sérvios começaram as suas manifestações (com uma manifestação pacífica de estudantes, onde empunhavam fotografias de Tito e em que estes pretendiam uma melhor alimentação nos refeitórios das universidades).

O poder central enviou forças especiais de polícia que actuaram violentamente sobre estes tendo como resultado mais de 200 pessoas mortas pela polícia,¹⁰⁷ e houve uma

¹⁰⁵ Rankovic, foi Ministro do Interior e chefe da polícia secreta, foi expulso uma vez que colocou escutas na habitação de Tito.

¹⁰⁶ S. Stojanovic, conselheiro do antigo presidente jugoslavo Cosic, em: “ Zas para si nam dogodilo Kosovo?” Nedeljni telegraf, 18 de Março de 1998

¹⁰⁷ A manifestação tinha sido precedida, no Outono e inverno de 1980/81 por uma onda de detenções (Rexha p.167 e seg.) Durante manifestações estudantis contra as deploráveis condições de vida dos alunos, em 11 Março, 1981, a polícia prendeu vários estudantes. Os kosovar chefe da liga comunista, BAKALLI, prometeu a sua libertação, e quando estas não foram liberadas, deu-se uma nova manifestação estudantil em 26 Março, os estudantes empunhavam retratos de Tito; alguns cantavam slogans como "república do Kosovo" e "o Kosovo para os Kosovares ". De repente, apareceram “polícias especiais” sérvios e os manifestantes foram dispersados,



"limpeza" de todos os kosovares que estavam na administração e em todas as instituições, uma vez que estes foram acusados de "diversificação ideológica", isto é, de "albaneses separatistas". O poder central começou também uma campanha nos média contra os albaneses jugoslavos que teve um enorme êxito uma vez que alegava que os albaneses cometiam violações em massa sob as mulheres sérvias, incluindo freiras. (O número de violações no Kosovo foi muito inferior ao das cometidas na Jugoslávia e na Sérvia em média, apenas 9,6% das vítimas eram sérvias, e nenhum dos casos envolveu freiras.)¹⁰⁸

Os albaneses possuíam uma elevada taxa de natalidade. O que os jugoslavos descreviam como sendo um ataque sobre a República Federal da Jugoslávia, e que teria de ser combatida através da redução da taxa de natalidade a zero¹⁰⁹, sendo aprovada legislação especial para controlar a natalidade e foram criadas desvantagens para as famílias que possuíam muitos filhos, esta legislação foi aplicada exclusivamente a albaneses mas sem estes serem mencionados especificamente nos textos dos estatutos.¹¹⁰

Em 23 de Março de 1989, a autonomia do Kosovo, até então existente na constituição jugoslava, foi formalmente abolida por uma decisão do Parlamento kosovar, antes da votação desta decisão, os deputados albaneses receberam ameaças, e durante a votação, as entradas no parlamento foram bloqueadas pelas forças armadas, tendo deste modo participado na votação quem não era deputado, não se sabendo o número exacto de votos.¹¹¹ Sapunxhiu, o representante kosovar na presidência jugoslava, que se debatia pelo

e perseguidos até aos dormitórios. Isto levou a que se realizassem manifestações por todo o país, não sendo estas realizadas apenas por estudantes mas também por trabalhadores «Com as manifestações de 2 de Abril, a Sérvia proclamou o estado de emergência, o país foi "selado" e a polícia atacou os manifestantes com elevada brutalidade.

¹⁰⁸ Os média foram utilizados nesta campanha e não eram imparciais, uma vez que, os Albaneses são geralmente descritos como criminosos, e essas afirmações servem como propaganda sérvia e tiveram seus efeitos, mesmo no estrangeiro, por exemplo, culpam-se os albaneses residentes na Alemanha por possuírem uma taxa elevada de criminalidade.

¹⁰⁹ Como afirmado por um funcionário "Grupo de Trabalho Científico", em Pristina, em 1. De Abril de 1995, cf. www.yugoslavia.com/Society_and_Law/KOSOVO/GLAVA4.HTM

¹¹⁰ SI.I.FRJ (jornal oficial jugoslavo) 1988 p.40, 51 (nº.82-85) sobre a Lei da Assistência Social para Crianças 21 de Julho de 1992, SI.gl. RS (o jornal oficial da República Sérvia) 1992/49 p.1657, também o acórdão de 16 de Outubro de 1992, SI.gl.RS 1992/75. Estes estatutos são discutidos em detalhe por N. Kelmendi em, www.alb-net.com/old-alb-net/more.htm#4 = www.kosova-state.org/ Inglês / [kosova_under_the_burden_of_the_s.html](http://www.kosova-state.org/kosova_under_the_burden_of_the_s.html)

¹¹¹ Devido a estes e outros defeitos, a decisão foi interposto perante o Tribunal Constitucional da Região Autónoma kosovar. O tribunal decidiu, em 27. De Junho de 1990 de dar início ao processo e suspendeu as mudanças nas Constituições do Kosovo, que tinha sido a consequência da decisão e na constituição da Sérvia, que havia sido determinado posteriormente pelo Parlamento sérvio em função da decisão kosovar. No entanto, a decisão do tribunal, não foi assinada pelos juízes, porque o parlamento sérvio, com a lei de 5 de Junho de 1990, dissolveu o parlamento e o governo kosovar e transferiu as suas competências para as autoridades sérvias. Como resultado, o tribunal constitucional do Kosovo, viu-se impossibilitado de continuar o seu trabalho, apesar de que poderia ter sido argumentado de que as leis sérvias não lhe dizem respeito directamente. N. Kelmendi.



projecto de uma nova Constituição Jugoslava, tentou em vão, reintroduzir nesse projecto de Constituição, a autonomia do Kosovo.¹¹²

A supressão violenta da autonomia do Kosovo foi o primeiro passo da Sérvia para a dissolução da Jugoslávia de Tito e para a criação de uma nova Jugoslávia dominada pela Sérvia. Na época, o chefe do governo federal jugoslavo, o croata Markovic, e os representantes das outras repúblicas jugoslavas observavam com desconfiança e medo os acontecimentos no Kosovo, mas esperavam que as aspirações da Sérvia fossem apenas estas.

Markovic disse: "O Kosovo é um campo minado que não ousamos pisar" e concentrou-se nas reformas do mercado na esperança de salvar a economia da Jugoslávia. Sem ajuda por parte das outras repúblicas, os deputados albaneses com assento no parlamento kosovar (quatro quintos do total) reuniram-se a 2 de Julho de 1989 e declararam o Kosovo como uma república separada da Federação Jugoslava. Em 1990, promulgaram uma nova Constituição kosovar. Finalmente, em 22 de Setembro de 1991, o Kosovo foi declarado independente. Estas decisões foram sustentadas por um referendo que ocorreu entre 26 e 30 de Setembro de 1991, em que 87% dos eleitores registados no Kosovo (independente da sua nacionalidade) concordaram com todas as alterações.¹¹³ Em 1998, o país possuía um parlamento, um presidente e conselhos em todas as comunidades e existia um governo que estava no exílio e tinha sido nomeado pelo presidente. A maioria da população kosovar, rejeitava as autoridades sérvias e jugoslavas, uma vez que por sua iniciativa não participavam nas eleições jugoslavas e sérvias, somente participavam nas eleições kosovares. Por outro lado, a Jugoslávia e a Sérvia, não reconheciam as autoridades kosovares¹¹⁴, o que levou a um aumento da perseguição aos albaneses.

Como seria de esperar no domínio económico, no Kosovo, tal como no resto da Jugoslávia na época de Tito, todas as grandes empresas eram uma espécie de

¹¹² Para isso, ele foi atacado pelo diário oficial "Política", de 16 de Maio de 1990: ao exigir direitos para o povo albanês na Jugoslávia, dizia no jornal, que o homem se tinha excedido nos seus direitos como "convidado estrangeiro". Esta descrição dos albaneses - depois de sérvios e croatas, o terceiro maior grupo étnico da Jugoslávia - como "convidados estrangeiros" na Jugoslávia que "se comportam mal" foi frequentemente utilizada, e reforçada pela alegação de que uma grande parte dos albaneses do Kosovo (entre 30,000, 70,000, 400,000 – informação do "Grupo de Trabalho Científico") tinha chegado ao Kosovo durante e após a Segunda Guerra Mundial. Não há nenhuma evidência para esta alegação. O chefe do último governo da "velha" Jugoslávia Markovic disse em 1990 que um inquérito jugoslavo apenas tinha encontrado um total de 732 imigrantes da Albânia. Outros dados oficiais jugoslavos dizem que um total de 1543 pessoas se tinham mudado da Albânia para o Kosovo, dos quais 704 ainda hoje vivem no Kosovo (em 1981)

¹¹³ Ou seja, 914.802 dos 1.051.357 eleitores inscritos no Kosovo. www.kosova-state.org.

¹¹⁴ A lei sérvia de 5 de Julho de 1990 aboliu o parlamento e o governo do Kosovo e substituiu-o por funcionários sérvios. A legislação sérvia aboliu uma série de outras instituições kosovares. Para mais detalhes N. Kelmendi



cooperativas, apelidadas de "organizações de trabalho unidas" e eram propriedade dos trabalhadores da empresa, que elegiam o director da mesma e que também decidiam sobre o despedimento dos trabalhadores. Esta era a política da auto-administração de empresas.

As empresas antes de 1989, preferiam empregar trabalhadores sérvios, ou seja os 8% sérvios no Kosovo, ocupavam 59,000 empregos nessas empresas, enquanto os 90% de albaneses do Kosovo apenas ocupavam 164,000 empregos. Após a abolição da autonomia do Kosovo, o parlamento sérvio aprovou, a 26 de Julho de 1990, uma lei sobre as "relações de trabalho em circunstâncias especiais", que apenas foi aplicada no Kosovo, veio permitir aos directores das empresas, demitir empregados sem consultar os outros trabalhadores. Além disso, entre 1990 e 1992, o parlamento sérvio aprovou uma resolução com 371 "medidas temporárias de protecção social dos direitos da auto-administração" que incidiam principalmente sobre empresas kosovares.

Estas resoluções indeferiam, o estatuto anterior das empresas em causa e colocou sérvios como administradores no lugar dos kosovares. Estes administradores tinham direitos especiais de gestão, em particular, o direito de decidir sobre os estatutos e as relações laborais bem como sobre os salários dos trabalhadores. Estes direitos foram usados fundamentalmente para demitir cerca de 145,000 trabalhadores de origem albanesa. Estes trabalhadores além de perderem o emprego, também perderam as suas casas, que foram dadas aos sérvios. Segundo as estatísticas do ministro sérvio da indústria, 253 dessas "empresas socialmente protegidas", ou seja, "90% da economia kosovar foram privatizadas. Esta privatização, tinha como regra, que um terço das acções da empresa deveriam ser vendidas aos trabalhadores, que passaram a ser exclusivamente sérvios. O resto das empresas foram também vendidas a sérvios, as únicas excepções eram as grandes empresas, que muitas vezes foram vendidas a investidores estrangeiros. (A Telecom Sérvia comprou a Telecom Kosovar, que depois foi vendida a uma firma Grega e Italiana, a empresa mineira Trepç e foi vendida à firma grega Mytilneos.)¹¹⁵

Deste modo, a maioria das empresas kosovares, foram vendidas para benefício dos sérvios. As pequenas lojas privadas albanesas que restaram desta "nacionalização" são forçadas a fechar devido à actuação da polícia fiscal sérvia e de outras autoridades.¹¹⁶

¹¹⁵N. Kelmendi ; Independent Kosova Labour Unions (Sindicatos Independentes no Kosovo : Exploração e Comercialização de recursos do Kosovo), em www.kosova-state.org/English/exploitation_and_selling_of_the_.html; Felicitas Rohder: Kosovo: Krieg, Vertreibung, Massaker. Ein Bericht der Gesellschaft für bedrohte Völker [Kosovo: Guerra, expulsão, massacres. Um relatório da Sociedade para Ameaçado Povos]. Göttingen, Agosto 1998, p.7; Ost-Dienst Março de 1994, p.45 ss.

¹¹⁶v.Kohl, Libal, p.136



Além destas medidas, foram disponibilizados fundos financeiros e terrenos, que foram colocados à disposição das autoridades sérvias para promover a imigração sérvia para o Kosovo (as medidas visavam estabelecer empresas sérvias no Kosovo para que estas empregassem os "colonos sérvios", e dar terras aos agricultores sérvios onde estes pudessem cultivar as suas culturas e construir as suas casas). No entanto, estas medidas tiveram pouco sucesso, pois só conseguiram fixar cerca de 14,000 "colonizadores sérvios" no Kosovo, e cerca de dois terços destes, abandonaram os territórios devido às condições que encontraram.¹¹⁷

Os fundos destinados aos “colonizadores sérvios”, foram usados pelos sérvios que já habitavam este território que criaram novas empresas, mas que na realidade não empregaram ninguém de nacionalidade sérvia. Estes compraram máquinas novas com a ajuda do governo, e mais tarde vendiam essas máquinas na Sérvia.¹¹⁸ A venda dos terrenos reservados para “colonos sérvios”, que eram do interesse apenas dos albaneses, foi interrompida por uma lei sérvia datada de 18 de Abril de 1991¹¹⁹, na qual esta proibia a venda de imóveis que "poderiam mudar a estrutura nacional da população".

Funcionários Sérvios, em particular polícias, obtiveram benefícios consideráveis através do suborno à administração Kosovar, em que esta era obrigada a pagar-lhes para os kosovares terem escolas, hospitais e outras instituições, além dos subornos, os funcionários sérvios roubavam alguns montantes aos kosovares, especialmente sobre os depósitos que os kosovares imigrantes realizavam no estrangeiro para as suas famílias que estavam no Kosovo.

Críticos da linha não-violenta do governo kosovar alegam que as quantias extorquidas pela polícia sérvia serviam para a financiar na totalidade.¹²⁰

A Sérvia despediu quase todos os albaneses que trabalhavam nos tribunais, na polícia, nas escolas, nas universidades e nos hospitais. Nos termos do direito sérvio, a língua sérvia, passou a ser a única língua oficial.¹²¹ A universidade de Pristina, antigamente a única universidade jugoslava onde eram dados cursos em albanês, foi ocupada pelas autoridades sérvias e passou a ministrar cursos apenas em sérvio. A biblioteca da universidade foi desmantelada, e a sua grande e insubstituível colecção de livros em

¹¹⁷ Duga (Belgrado), 14 de Março de 1998. Este relatório não é muito claro: o número indicado no texto, talvez se refere apenas aos refugiados sérvios da Bósnia e da Croácia reinstaladas no Kosovo. Também em: www.kosova.com/expuls/chap4.htm # N6

¹¹⁸ Existem numerosos relatos na imprensa sobre este sérvio; por exemplo, Nedeljni telegraf (Belgrado), de 25 de Março de 1998: Da li je država digla ruke od Srba nd Kosovu i Metohiji?

¹¹⁹ Sl.gl.RS 1991/22; . N. Kelmendi .

¹²⁰ E.g. Muhamet Kelmendi: [Realidade e perspectivas da questão nacional], 1966, p.121

¹²¹ N. Kelmendi



albanês foram vendidos como resíduos de papel.¹²² Muitas bibliotecas da cidade tiveram o mesmo destino. As escolas albanesas foram fechadas. Apenas algumas escolas primárias, escaparam, mas tiveram de dar uma grande parte do seu espaço para albergar crianças sérvias.

Para colmatar essas lacunas, o governo kosovar criou hospitais improvisados, estações de saúde e escolas, incluindo também as escolas a nível universitário, mantendo turmas em casas particulares, por vezes, caves e garagens. O governo pagou também um subsídio a várias centenas de milhares de pessoas que não tinham rendimentos e de outra forma passariam fome. Foi criado um centro de informações e um comité para a defesa dos direitos humanos. Este Comité colocou uma densa rede de observadores por todo o país, para investigar e relatar as violações dos direitos humanos cometidas pelas autoridades sérvias, de notar que tudo isto foi financiado por um imposto de renda fixa de 3%, que todos os kosovares supostamente pagavam voluntariamente para o fundo da República. De notar que a grande parte dos fundos provinham dos kosovares que estavam no exterior, uma vez que eram a principal fonte de rendimentos do Estado Kosovar.

Os tribunais controlados pelos sérvios não eram mais do que um mero recurso para os kosovares. Em que os litígios passaram a ser resolvidos por notáveis locais, como por exemplo sacerdotes, presidentes eleitos ou os representantes locais da Comissão para a Defesa dos Direitos do Homem. Muitos dos antigos conflitos que poderiam levar a crimes de sangue são trazidos a estes notáveis, antes de irem a uma "reunião de reconciliação", que é chefiada por intelectuais de renome que falam sobre o caso com as partes, até que estas sejam persuadidas a chegarem a acordo e “apertar as mãos” em grandes reuniões públicas. Os casos menores são tratados por comunidades ou conselhos para evitar fenómenos negativos.¹²³

No entanto, a Jugoslávia manteve o poder representado pela polícia sérvia, pelos tribunais sérvios e pelo exército jugoslavo. Entre 1990 e 1997, em média um a três albaneses foram mortos pela polícia em cada mês. As buscas em casas, as detenções, as torturas e as pilhagens por parte da polícia tornaram-se diárias.¹²⁴ A perseguição sérvia aos

¹²² De acordo com Shpend Halili: [A execução do livro albanês], Stuttgart, 14 de Junho de 1996, p.40, 8.142 periódicos, jornais e 6 camiões com cerca de 100.000 volumes foram destruídos. A biblioteca foi então usada para abrigar refugiados sérvios da Croácia.

¹²³ Cf.. M. Pirraku: [Oito anos do Movimento para a Reconciliação Nacional], Rilindja Set.7, 1998; dentro de 6 anos, o Gjilan "Conselho Comunitário para evitar fenómenos negativos" liquidou 541 dos 778 litígios que lhe foi submetido, QIK (www.kosova.com)

¹²⁴ Alguns detalhes dos relatórios da Comissão dos Direitos Humanos kosovares para os últimos anos: 1995: 3.487 detenções pela polícia, sem uma ordem judicial. Acima de 11,000 pessoas manhandled pela polícia (por exemplo, todas as pessoas detidas foram espancados). 3.296 pessoas foram torturadas, entre elas 61



albaneses não se limitava ao Kosovo. Quando os sérvios tomaram conta das cidades bósnias na guerra da Bósnia, quase todas as lojas foram bombardeadas, sendo que as primeiras eram as lojas albanesas. Quase nenhum albanês sérvio sobreviveu aos campos de concentração na Bósnia.

As críticas internacionais à perseguição dos albaneses pela parte dos sérvios foram regularmente respondidas pelo governo jugoslavo com referências às cláusulas sobre a protecção das minorias, presentes na constituição jugoslava.

Para lutar contra a perseguição jugoslava, o governo kosovar, e todos os partidos albaneses presentes no Kosovo, em particular, o LDK, juntaram os seus esforços e criaram uma resistência não-violenta, contra a perseguição.

Desde 1997, que havia indícios da preparação de uma grande acção no Kosovo por parte da Jugoslávia. Até então, os média sérvios informavam que no Kosovo estava tudo controlado. Em Dezembro de 1997, as autoridades (sérvias e jugoslavas) limitaram o controlo às grandes cidades e aos entroncamentos rodoviários mais movimentados. O resto do país, era controlado por um exército albanês, o UCK (Exército de Libertação do Kosovo), embora esta informação tenha sido negada por Rugova (o presidente kosovar), e pelo

gravemente feridos, 6 mortos. 10 pessoas foram fuzilados pela polícia ou o exército. Os autores não foram perseguidos. Em 2324 casos, casas e apartamentos foram procurados por armas (há provavelmente eram muitos mais casos que passou não declarada, as vítimas de ter medo de repercussões, caso eles se reportam as pesquisas), na ocasião destas pesquisas, muitas vezes o mobiliário foi danificado ou destruído e algumas coisas de valor foram roubados pela polícia. Apenas dois jornais diários e uma revista foram autorizados a ser publicados em albanês. Entre 1994 e 1998 havia 270,000 crianças na escola primária, 60,000 no ensino médio e 20.000 estudantes universitários que ficaram sem escolas albanesas. Em 130 casos, as aulas eram interrompidas pela polícia. Houve 507 casos de professores ou estudantes maltratados pela polícia.

1996: 14 albaneses foram mortos por violência sérvia ou sob condições suspeitas (2 torturados até a morte pela polícia, 2 morreram na prisão por motivos desconhecidos, 3 morreram devido a ataques por colonos sérvios, entre os quais um com a ajuda da polícia, 2 mortos por outros sérvios, um morto por soldados e 5 foram encontrados mortos). Os autores não foram perseguidos. 1712 albaneses foram detidos sem ordem judicial, geralmente durante as buscas de armas, na maioria dos casos, não foram encontradas armas ou as pessoas que as possuíam tinham uma licença. Houve 809 buscas de armas, que foram muitas vezes utilizadas como um pretexto para destruir o mobiliário, para roubar. Um total de 5.197 casos de maus tratos e de tortura foram relatados; entre as vítimas havia 240 crianças, 269 mulheres, 464 políticos e membros de organizações de direitos humanos, 15 jornalistas, 211 professores que foram atacados por causa de sua actividade como docentes. foram relatados 54 ataques da polícia nas escolas. As condições relativas à imprensa e à educação mantiveram-se inalteradas.

1997: Dos 1740 casos de vítimas de tortura policial, havia 79 crianças, 258 mulheres, 56 idosos, 413 membros de grupos políticos e dos direitos humanos, 40 jornalistas albaneses, 295 professores agredidos por causa da sua actividade como docente. 587 das vítimas foram gravemente feridas, 5 mortas (entre os quais um tinha os seu olhos de fora). 12 pessoas foram mortas pela polícia, havia 18 pessoas mortas em circunstâncias pouco claras. Em 57 casos, a polícia entrou nas escolas e universidades com o uso da violência, tirou documentos a professores e alunos. 596 albaneses foram presos sem uma ordem judicial, principalmente durante 427 buscas por armas, realizadas da mesma forma que anteriormente. Não houve alterações em relação à educação e à imprensa. (Fonte: Relatórios anuais em <http://albanian.com/kmdlnj/>)



governo kosovar, que colaboravam com o UCK, continuavam a recrutar jovens kosovares à força.¹²⁵

Em meados de 1996, apareceu pela primeira vez o UCK, quando se ouviram pela primeira vez as notícias de ataques a polícias sérvios. A 21 de Janeiro de 1998, o presidente macedónio, Gligorov, declarou que esperava para breve uma guerra no Kosovo, e disponibilizou um "corredor", que os albaneses do Kosovo poderiam utilizar.


¹²⁵ Exemplo de tais relatórios: Brigadas Vermelhas do Kosovo, NIN (Belgrado) Dez.18, 1997. Este relatório é uma entrevista com B. Spasic, um ex-agente de segurança do estado anteriormente responsável por ataques a "inimigos" do regime no exterior. Em outras entrevistas, B. Spasic impulsionou sobre acções dirigiu na Alemanha e na Suíça, para o qual ele alegou ter usado "excelentes especialistas" do submundo Belgrado.

Anexo B

Tratados e Convenções.



Lista de Tratados e Protocolos assinados pelos vários Países antes de 21-Jul-2009

State Parties to the Following International Humanitarian Law and Other Related Treaties as of 21-Jul-2009	
 ICRC	
Protection of Victims of Armed Conflicts	
GC IV 1949	Convention (I) for the Amelioration of the Condition of the Wounded and Sick in Armed Forces in the Field, Geneva, 12 August 1949. Convention (II) for the Amelioration of the Condition of Wounded, Sick and Shipwrecked Members of Armed Forces at Sea, Geneva, 12 August 1949. Convention (III) relative to the Treatment of Prisoners of War, Geneva, 12 August 1949. Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War, Geneva, 12 August 1949.
API 1977	Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts, Geneva, 8 June 1977.
AP I Declaration art. 90	Declaration provided for under article 90 AP I, Acceptance of the Competence of the International Fact-Finding Commission according to article 90 of AP I.
AP II 1977	Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of Non-International Armed Conflicts, Geneva, 8 June 1977.
AP III 2005	Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of an Additional Distinctive Emblem (Protocol III), 8 December 2005.
CRC 1989	Convention on the Rights of the Child, New York, 20 November 1989.
Opt Prot. CRC 2000	Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the Involvement of children in armed conflict, New York, 25 May 2000.
International Criminal Court	
ICC Statute 1998	Rome Statute of the International Criminal Court, 17 July 1998.
Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict	
Hague Conv. 1954	Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict, The Hague, 14 May 1954.
Hague Prot. 1954	First Protocol to the Hague Convention of 1954 for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict, The Hague, 14 May 1954.
Hague Prot. 1999	Second Protocol to the Hague Convention of 1954 for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict, The Hague, 26 March 1999.
Environment	
ENMOD Conv. 1976	Convention on the prohibition of military or any other hostile use of environmental modification techniques, New York, 10 December 1976.
Weapons	
Geneva Gas Prot. 1925	Protocol for the Prohibition of the Use of Asphyxiating, Poisonous or Other Gases, and Warfare, Geneva, 17 June 1925.
BWC 1972	Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on their Destruction. Opened for Signature at London, Moscow and Washington, 10 April 1972.
CCW 1980	Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons which may be deemed to be Excessively Injurious or to have Indiscriminate Effects, Geneva, 10 October 1980.
CCW Prot. I 1980	Protocol on non-detectable fragments (I).
CCW Prot. II 1980	Protocol on prohibitions or restrictions on the use of mines, booby-traps and other devices (II).
CCW Prot. III 1980	Protocol on prohibitions or restrictions on the use of incendiary weapons (III).
CCW Prot. IV 1985	Protocol on Blinding Laser Weapons (Protocol IV to the 1980 Convention), 13 October 1985.
CCW Prot. IIIa 1996	Protocol on Prohibitions or Restrictions on the Use of Mines, Booby-Traps and Other Devices as amended on 3 May 1996 (Protocol II to the 1980 Convention).
CCW Amndt 2001	Amendment to the Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons which may be deemed to be Excessively Injurious or to have Indiscriminate Effects (with Protocols I, II and III), Geneva 21 December 2001.
CCW Prot. V 2003	Protocol on Explosive Remnants of War to the Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons which may be deemed to be Excessively Injurious or to have Indiscriminate Effects (with Protocols I, II and III), Geneva, 28 November 2003.
CWC 1993	Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on their Destruction, Paris 13 January 1993.
Ottawa Treaty 1997	Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-Personnel Mines and on their Destruction, Oslo, 18 September 1997.



Country		Protection of victims of armed conflicts						International Criminal Court	Protection of Cultural Property			Environment
Country	GC-IV 1949	AP I 1977	AP I Declaration art. 90	AP II 1977	AP III 2005	CRC 1989	Opt Prot. CRC 2000	ICC statute 1998	Hague Conv. 1954	Hague Prot. 1954	Hague Prot. 1999	ENMOD Conv. 1976
Afghanistan	26.09.1956					28.03.1994	24.09.2003	10.02.2003				22.10.1985
Albania	27.05.1957	16.07.1993		16.07.1993	06.02.2008	27.02.1992	09.12.2008	31.01.2003	20.12.1960	20.12.1960		
Algeria	20.06.1960	16.08.1989	16.08.1989	16.08.1989		16.04.1993	06.05.2009					19.12.1991
Andorra	17.09.1993					02.01.1996	30.04.2001	30.04.2001				
Angola	20.09.1984	20.09.1984				05.12.1990	11.10.2007					
Antigua and Barbuda	06.10.1986	06.10.1986		06.10.1986		05.10.1993		18.06.2001				25.10.1988
Argentina	18.09.1956	26.11.1986	11.10.1986	26.11.1986		04.12.1990	10.09.2002	08.02.2001	22.03.1989	10.05.2007	07.01.2002	20.03.1987
Armenia	07.06.1993	07.06.1993		07.06.1993		23.06.1993	30.09.2005		05.09.1993	05.09.1993	18.05.2006	15.05.2002
Australia	14.10.1958	21.06.1991	23.09.1992	21.06.1991	15.07.2009	17.12.1990	26.09.2006	01.07.2002	19.09.1984			07.09.1984
Austria	27.08.1953	13.08.1982	13.08.1982	13.08.1982	03.06.2009	06.08.1992	01.02.2002	28.12.2000	25.03.1964	25.03.1964	01.03.2002	17.01.1990
Azerbaijan	01.06.1993					13.08.1992	03.07.2002		20.09.1993	20.09.1993	17.04.2001	
Bahamas	11.07.1975	10.04.1980		10.04.1980		20.02.1991						
Bahrain	30.11.1971	30.10.1986		30.10.1986		13.02.1992	21.09.2004		26.06.2008	26.06.2008	26.08.2008	
Bangladesh	04.04.1972	08.09.1980		08.09.1980		03.08.1990	06.09.2000		23.06.2006	23.06.2006		03.10.1979
Barbados	10.09.1968	19.02.1990		19.02.1990		09.10.1990		10.12.2002	09.04.2002	02.10.2008	02.10.2008	
Belarus	03.08.1954	23.10.1989	23.10.1989	23.10.1989		01.10.1990	25.01.2006		07.05.1957	07.05.1957	29.11.2005	07.06.1988
Belgium	03.09.1952	20.05.1986	27.03.1987	20.05.1986		16.12.1991	06.05.2002	28.06.2000	16.09.1960	16.09.1960		12.07.1982
Belize	29.06.1984	29.06.1984		29.06.1984	03.04.2007	02.05.1990	01.12.2003	05.04.2000				
Benin	14.12.1961	28.05.1986		28.05.1986		03.08.1990	21.01.2005	22.01.2002				30.06.1986
Bhutan	10.01.1991					01.06.1990						
Bolivia	10.12.1976	08.12.1983	10.08.1982	08.12.1983		26.06.1990	22.12.2004	27.06.2002	17.11.2004			
Bosnia-Herzegovina	31.12.1992	31.12.1992	31.12.1992	31.12.1992		09.01.1993	10.10.2003	11.04.2002	12.07.1993	12.07.1993	22.05.2009	
Botswana	29.03.1968	23.05.1979		23.05.1979		14.03.1995	04.10.2004	06.09.2000	03.01.2002			
Brazil	29.06.1957	05.05.1992	23.11.1993	05.05.1992		24.09.1990	27.01.2004	20.06.2002	12.09.1958	12.09.1958	23.09.2004	12.10.1984
Brunei Darussalam	14.10.1991	14.10.1991		14.10.1991		27.12.1995						
Bulgaria	22.07.1954	26.09.1989	09.05.1994	26.09.1989	13.09.2006	03.06.1991	12.02.2002	11.04.2002	07.08.1956	09.10.1958	14.06.2000	31.05.1978
Burkina Faso	07.11.1961	20.10.1987	24.05.2004	20.10.1987		31.08.1990	06.07.2007	16.04.2004	18.12.1969	04.02.1987		
Burundi	27.12.1971	10.06.1993		10.06.1993		19.10.1990	24.06.2008	21.09.2004				
Cambodia	08.12.1958	14.01.1998		14.01.1998		15.10.1992	16.07.2004	11.04.2002	04.04.1962	04.04.1962		
Cameroon	16.09.1963	16.03.1984		16.03.1984		11.01.1993			12.10.1961	12.10.1961		
Canada	14.05.1965	20.11.1990	20.11.1990	20.11.1990	26.11.2007	13.12.1991	07.07.2000	07.07.2000	11.12.1998	29.11.2005	29.11.2005	11.06.1981
Cape Verde	11.05.1984	16.03.1995	16.03.1995	16.03.1995		04.06.1992	10.05.2002					03.10.1979
Central African Republic	01.08.1956	17.07.1984		17.07.1984		23.04.1992		04.10.2001				
Chad	05.08.1970	17.01.1997		17.01.1997		02.10.1990	28.08.2002	01.11.2006	17.06.2008			
Chile	12.10.1950	24.04.1991	24.04.1991	24.04.1991		13.06.1990	31.07.2003	29.06.2009	11.09.2008	11.09.2008	11.09.2008	26.04.1994
China	28.12.1956	14.09.1983		14.09.1983		02.03.1992	20.02.2008		05.01.2000	05.01.2000		08.06.2005
Colombia	08.11.1961	01.09.1993	17.04.1996	14.08.1995		28.01.1991	25.05.2005	05.08.2002	18.06.1998	18.06.1998		
Comoros	21.11.1985	21.11.1985		21.11.1985		22.06.1993		16.08.2006				
Congo	04.02.1967	10.11.1983		10.11.1983		14.10.1993		03.05.2004				
Congo (Dem Rep)	24.02.1961	03.06.1982	12.12.2002	12.12.2002		27.09.1990	11.11.2001	11.04.2002	18.04.1961	18.04.1961		
Cook Islands	07.05.2002	07.05.2002	07.05.2002	07.05.2002		06.06.1997		18.07.2008				



Country	Protection of victims of armed conflicts					International Criminal Court	Protection of Cultural Property				Environment
	GC-IV 1949	AP I 1977	API Declaration art. 90	AP II 1977	AP III 2005		Hague Conv. 1954	Hague Prot. 1954	Hague Prot. 1998	ENMOD Conv. 1976	
Costa Rica	15.10.1969	15.12.1983	09.12.1999	15.12.1983	30.06.2008	21.06.1990	03.06.1998	03.06.1998	09.12.2003	07.02.1996	
Côte d'Ivoire	28.12.1961	20.09.1989		20.09.1989		04.02.1991	24.01.1980				
Croatia	11.05.1992	11.05.1992	11.05.1992	11.05.1992	13.06.2007	12.10.1992	06.07.1992	06.07.1992	08.02.2006		
Cuba	15.04.1954	25.11.1982		23.06.1999		21.08.1991	26.11.1957	26.11.1957		10.04.1978	
Cyprus	23.05.1962	01.06.1979	14.10.2002	18.03.1996	27.11.2007	07.02.1991	07.03.2002	09.09.1964	16.05.2001	12.04.1978	
Czech Republic	05.02.1993	05.02.1993	02.05.1995	05.02.1993	23.05.2007	22.02.1993	26.03.1993	26.03.1993	08.06.2007	22.02.1993	
Denmark	27.06.1951	17.06.1982	17.06.1982	17.06.1982	25.05.2007	19.07.1991	21.06.2001	26.03.2003		19.04.1978	
Djibouti	06.03.1978	08.04.1991		08.04.1991		06.12.1990	05.11.2002				
Dominica	28.09.1981	25.04.1996		25.04.1996		13.03.1991	12.02.2001				
Dominican Republic	22.01.1958	26.05.1994		26.05.1994	01.04.2009	11.06.1991	05.01.1960	21.03.2002	03.03.2009	09.11.1992	
Ecuador	11.08.1954	10.04.1979		10.04.1979		23.03.1990	05.02.2002	02.10.1956	08.02.1961		
Egypt	10.11.1952	09.10.1992		09.10.1992		06.07.1990	05.02.2002	17.08.1935	17.08.1935	03.08.2005	01.04.1982
El Salvador	17.06.1953	23.11.1978		23.11.1978	12.09.2007	10.07.1990	18.04.2002	19.07.2001	27.03.2002		
Equatorial Guinea	24.07.1986	24.07.1986		24.07.1986		15.06.1992		19.11.2003			
Eritrea	14.08.2000					03.08.1994	16.02.2005	06.08.2004			
Estonia	18.01.1993	20.02.2009	20.02.2009	18.01.1993	28.02.2008	21.10.1991		04.04.1995	17.01.2005		
Ethiopia	02.10.1969	08.04.1994		08.04.1994		14.05.1991					
Fiji	09.08.1971	30.07.2008		30.07.2008	30.07.2008	13.06.1993					
Finland	22.02.1955	07.08.1980	07.08.1980	07.08.1980	14.01.2009	20.06.1991	10.04.2002	16.09.1994	16.09.1994	09.11.2004	12.05.1978
France	28.06.1951	11.04.2001		24.02.1984		07.08.1990	05.02.2003	07.06.1957	07.06.1957		
Gabon	26.02.1965	08.04.1980		08.04.1980		09.02.1994		04.12.1961	04.12.1961	29.08.2003	
Gambia	20.10.1966	12.01.1989		12.01.1989		08.08.1990					
Georgia	14.09.1993	14.09.1993		14.09.1993	19.03.2007	02.06.1994		04.11.1992	04.11.1992		
Germany	03.09.1954	14.02.1991	14.02.1991	14.02.1991	17.06.2009	06.03.1992	13.12.2004	11.12.2000	11.12.2000		
Ghana	02.08.1958	28.02.1978		28.02.1978		05.02.1990		20.12.1999	25.07.1960	24.05.1983	
Greece	05.06.1956	31.03.1989	04.02.1998	15.02.1993		11.05.1993	22.10.2003	09.02.1981	09.02.1981	23.06.1983	
Grenada	13.04.1981	23.09.1998		23.09.1998		05.11.1990					
Guatemala	14.05.1952	19.10.1987		19.10.1987	14.03.2008	06.06.1990	09.05.2002	02.10.1985	19.05.1994	21.03.1988	
Guinea	11.07.1984	11.07.1984	20.12.1993	11.07.1984		13.07.1990		20.09.1960	11.12.1961		
Guinea-Bissau	21.02.1974	21.10.1986		21.10.1986		20.08.1990					
Guyana	22.07.1968	18.01.1988		18.01.1988		14.01.1991					
Haiti	11.04.1957	20.12.2006		20.12.2006		08.06.1995					
Holy See	22.02.1951	21.11.1985		21.11.1985		20.04.1990	24.10.2001	24.02.1938	24.02.1938		
Honduras	31.12.1965	16.02.1995		16.02.1995	08.12.2006	10.08.1990	14.08.2002	25.10.2002	25.10.2002	26.01.2003	
Hungary	03.08.1954	12.04.1989	23.09.1991	12.04.1989	15.11.2006	07.10.1991		17.06.1956	16.08.1956	19.04.1978	
Iceland	10.08.1965	10.04.1987	10.04.1987	10.04.1987	04.08.2006	28/10/1992	01.10.2001	25.05.2000			
India	09.11.1950					11.12.1992	30.11.2005	16.06.1958	16.06.1958	15.12.1978	
Indonesia	30.09.1958					05.09.1990		10.01.1967	26.07.1967		
Iran (Islamic Rep)	20.02.1957					13.07.1994		22.06.1959	22.06.1959	24.05.2005	
Iraq	14.02.1956					15.06.1994	24.06.2008	21.12.1967	21.12.1967		
Ireland	27.09.1952	19.05.1999	19.05.1999	19.05.1999		28.09.1992	18.11.2002	11.04.2002		15.12.1982	



Country	Protection of victims of armed conflicts						International Criminal Court	Protection of Cultural Property			Environment
	GC/HV 1949	AP I 1977	API Declaration art. 90	AP II 1977	AP III 2005	CRC 1989		Opt Prot. CRC 2000	Hague Conv. 1954	Hague Prot. 1954	
Israel	06.07.1951	27.02.1986	27.02.1986	27.02.1986	22.11.2007	03.10.1991	18.07.2005	03.10.1957	01.04.1958		
Italy	17.12.1951	27.02.1986	27.02.1986	27.02.1986	29.01.2009	05.09.1991	09.05.2002	09.05.1958	09.05.1958		27.11.1981
Jamaica	20.07.1964	29.07.1986	29.07.1986	29.07.1986		14.05.1991	09.05.2002				
Japan	21.04.1953	31.08.2004	31.08.2004	31.08.2004		22.04.1994	02.08.2004	10.09.2007	10.09.2007	10.09.2007	09.06.1982
Jordan	29.05.1951	01.05.1979		01.05.1979		24.05.1991	23.05.2003	02.10.1957	02.10.1957	05.05.2009	
Kazakhstan	05.05.1992	05.05.1992		05.05.1992	24.06.2009	12.08.1994	10.04.2003	14.03.1997	14.03.1997		25.04.2005
Kenya	20.09.1966	23.02.1999		23.02.1999		30.07.1990	28.01.2002	15.03.2005			
Kiribati	05.01.1989					11.12.1995					
Korea (Dem. People's Rep.)	27.08.1957	09.03.1988				21.09.1990					08.11.1984
Korea (Republic of)	16.08.1966	15.01.1982	16.04.2004	15.01.1982		20.11.1991	24.09.2004	13.11.2002			02.12.1986
Kuwait	02.09.1967	17.01.1985		17.01.1985		21.10.1991	26.08.2004		11.02.1970		02.01.1980
Kyrgyzstan	18.09.1992	18.09.1992		18.09.1992		07.10.1994	13.08.2003	03.07.1995			
Lao (People's Dem.)	29.10.1956	18.11.1980	30.01.1998	18.11.1980		08.05.1991	20.09.2006				05.10.1978
Latvia	24.12.1991	24.12.1991		24.12.1991	02.04.2007	14.04.1992	19.12.2005	19.12.2003	19.12.2003		
Lebanon	10.04.1951	23.07.1997		23.07.1997		14.05.1991		01.06.1960	01.06.1960		
Lesotho	20.05.1968	20.05.1994		20.05.1994		10.03.1992	24.09.2003	06.09.2000			
Liberia	29.03.1954	30.06.1988		30.06.1988		04.06.1993		22.09.2004			
Libyan Arab Jamahiriya	22.05.1956	07.06.1978		07.06.1978		15.04.1993	29.10.2004	19.11.1957	19.11.1957	20.07.2001	
Liechtenstein	21.09.1950	10.08.1989		10.08.1989	24.08.2006	22.12.1995	04.02.2005	28.04.1960	28.04.1960		
Lithuania	03.10.1946	13.07.2000	13.07.2000	13.07.2000	28.11.2007	31.01.1992	20.02.2003	27.07.1998	27.07.1998	13.03.2002	16.04.2002
Luxembourg	01.07.1953	29.08.1989		29.08.1989		07.03.1994	04.08.2004	29.09.1961	29.09.1961	30.06.2005	
Madagascar	18.07.1953	06.05.1992		06.05.1992		19.03.1991	22.09.2004	14.03.2008	03.11.1961		
Malawi	05.01.1968	07.10.1991		07.10.1991		02.01.1991		19.09.2002			05.10.1978
Malaysia	24.08.1962					17.02.1995		12.12.1960	12.12.1960		
Maldives	18.06.1991	03.09.1991		03.09.1991		11.02.1991	29.12.2004				
Mali	24.05.1965	08.02.1989		08.02.1989		20.09.1990	16.05.2002	18.05.1961	18.05.1961		
Malta	22.08.1968	17.04.1989		17.04.1989		30.09.1990	09.05.2002	29.11.2002			
Marshall	01.06.2004					04.10.1993		07.12.2000			
Mauritania	30.10.1962	14.03.1980		14.03.1980		16.05.1991					
Mauritius	18.08.1970	22.03.1982		22.03.1982		26.07.1990	12.02.2009	05.03.2002	22.09.2006		09.12.1992
Mexico	29.10.1952	10.03.1983			07.07.2008	21.09.1990	15.03.2002	28.10.2005	07.05.1956	07.10.2003	
Micronesia	19.09.1985	19.09.1985		19.09.1985		05.05.1993					
Moldova (Republic of)	24.05.1993	24.05.1993		24.05.1993	19.08.2008	26.01.1993	07.04.2004	09.12.1999	09.12.1999		
Monaco	05.07.1950	07.01.2000	26.10.2007	07.01.2000	12.03.2007	21.06.1993	13.11.2001	10.12.1957	10.12.1957		
Mongolia	20.12.1958	06.12.1995	06.12.1995	06.12.1995		05.07.1990	06.10.2004	11.04.2002	04.11.1964		19.05.1978
Montenegro (Republic of)	02.08.2006	02.08.2006	02.08.2006	02.08.2006		23.10.2006	02.05.2007	23.10.2006	26.04.2007	26.04.2007	
Morocco	26.07.1956					21.06.1993	22.05.2002	30.08.1968	30.08.1968		
Mozambique	14.03.1983	14.03.1983		12.11.2002		26.04.1994	19.10.2004				
Myanmar	25.08.1992					15.07.1991		10.02.1956	10.02.1956		
Namibia	22.08.1991	17.06.1994	21.07.1994	17.06.1994		30.09.1990	16.04.2002	26.06.2002			
Nauru	27.06.2006	27.06.2006		27.06.2006		27.07.1994		29.11.2004			



Country	Protection of victims of armed conflicts						International Criminal Court	Protection of Cultural Property			Environment
	GC IV 1949	AP I 1977	API Declaration art. 80	AP II 1977	AP III 2005	CRC 1989	Opt Prot. CRC 2000	Hague Conv. 1954	Hague Prot. 1954	Hague Prot. 1959	ENMOD Conv. 1976
Nepal	07.02.1964					14.09.1990	03.01.2007				
Netherlands	03.09.1954	26.06.1987	26.06.1987	26.06.1987	13.12.2006	06.02.1995		14.10.1958	14.10.1958	30.01.2007	15.04.1983
New Zealand	02.05.1959	08.02.1988	08.02.1988	08.02.1988		06.04.1993	12.11.2001	24.07.2008			07.09.1984
Nicaragua	17.12.1953	19.07.1999		19.07.1999	02.04.2009	05.10.1990	17.03.2005	25.11.1959	25.11.1959	01.06.2001	06.09.2007
Niger	21.04.1964	08.06.1979		08.06.1979		30.09.1990		06.12.1976	06.12.1976	16.06.2006	17.02.1993
Nigeria	20.06.1961	10.10.1988		10.10.1988		19.04.1991		06.06.1961	06.06.1961	21.10.2005	
Niue	(¹)					20.12.1995					
Norway	03.08.1951	14.12.1981	14.12.1981	14.12.1981	13.06.2006	08.01.1991	23.09.2003	19.09.1961	19.09.1961		15.02.1979
Oman	31.01.1974	29.03.1984		29.03.1984		09.12.1996	17.09.2004	26.10.1977			
Pakistan	12.06.1951					12.11.1990		27.03.1959	27.03.1959		27.02.1986
Palau	25.06.1996	25.06.1996		25.06.1996		04.08.1995					
Panama	10.02.1956	16.09.1995	26.10.1999	16.09.1995		12.12.1990	08.08.2001	17.07.1962	08.03.2001	08.03.2001	13.05.2003
Papua New Guinea	25.05.1976					02.03.1993					28.10.1980
Paraguay	23.10.1951	30.11.1990	30.01.1998	30.11.1990	13.10.2008	25.09.1990	27.09.2002	09.11.2004	09.11.2004	09.11.2004	
Peru	15.02.1956	14.07.1989		14.07.1989		04.09.1990	08.05.2002	21.07.1989	21.07.1989	24.05.2005	
Philippines	06.10.1952			11.12.1986	22.06.2006	21.08.1990	26.06.2003				
Poland	26.11.1954	23.10.1991	02.10.1992	23.10.1991		07.06.1991	07.04.2005	06.08.1956	06.08.1956		08.06.1978
Portugal	14.03.1961	27.05.1992	01.07.1994	27.05.1992		21.09.1990	19.06.2003	04.06.2000	18.02.2005		
Qatar	15.10.1975	05.04.1988	24.09.1991	05.01.2004		03.04.1995	25.07.2002	31.07.1973		04.09.2000	
Romania	01.06.1954	21.06.1990	31.05.1995	21.06.1990		28.09.1990	10.11.2001	21.03.1958	21.03.1958	07.06.2006	06.05.1983
Russian Federation	10.05.1954	29.09.1989	29.09.1989	29.09.1989		16.08.1990		04.01.1957	04.01.1957		30.05.1978
Rwanda	05.05.1964	19.11.1984	08.07.1993	19.11.1984		24.01.1991	23.04.2002	28.12.2000			
Saint Kitts and Nevis	14.02.1986			14.02.1986		24.07.1990					
Saint Lucia	18.09.1981	07.10.1982		07.10.1982		16.06.1993					27.05.1993
Saint Vincent & Grenadine	01.04.1981	06.04.1983		06.04.1983		26.10.1993					27.04.1999
Samoa	23.08.1984	23.08.1984		23.08.1984		29.11.1994					
San Marino	29.08.1953	05.04.1994		05.04.1994	22.06.2007	25.11.1991		09.02.1956	09.02.1956		
Sao Tome and Principe	21.05.1976	05.07.1996		05.07.1996		14.06.1991					05.10.1979
Saudi Arabia	18.05.1963	21.08.1987		28.11.2001		26.01.1996		20.01.1971	06.11.2007	06.11.2007	
Senegal	18.05.1963	07.05.1985		07.05.1985		31.07.1990	03.03.2004	17.06.1987	17.06.1987		
Senola (Republic of)	16.10.2001	16.10.2001	16.10.2001	16.10.2001		12.03.2001	31.01.2003	11.09.2001	09.11.2001	02.09.2002	
Seychelles	08.11.1984	08.11.1984	22.05.1992	08.11.1984		07.09.1990		08.10.2003			
Sierra Leone	10.06.1965	21.10.1986		21.10.1986		19.06.1990	15.05.2002				
Singapore	27.04.1973				07.07.2008	05.10.1995	11.12.2008				
Slovakia	02.04.1993	02.04.1993	13.03.1995	02.04.1993	30.06.2007	28.05.1993	07.07.2006				28.05.1993
Slovenia	26.03.1992	26.03.1992	26.03.1992	26.03.1992	10.03.2008	06.07.1992	23.09.2004	31.12.2001	31.12.2001	13.04.2004	20.04.2005
Solomon Islands	06.07.1981	19.09.1988		19.09.1988		10.04.1995					19.06.1981
Somalia	12.07.1962										
South Africa	31.03.1952	21.11.1995		21.11.1995		16.06.1995		18.12.2003			
Spain	04.08.1952	21.04.1989	21.04.1989	21.04.1989		05.12.1990	08.03.2002	07.07.1960	26.06.1992	06.07.2001	19.07.1978
Sri Lanka	28.02.1959					12.07.1991	08.09.2000	11.05.2004			25.04.1978



Country	Protection of victims of armed conflicts						International Criminal Court	Protection of Cultural Property			Environment
	GC IV 1949	AP I 1977	AP I Declaration art. 90	AP II 1977	AP III 2005	CRC 1989	Opt Prot. CRC 2000	Hague Conv. 1954	Hague Prot. 1954	Hague Prot. 1999	ENMOD Conv. 1976
Sudan	23.09.1957	07.03.2006		13.07.2006		03.08.1990	26.07.2005	23.07.1970			
Suriname	13.10.1976	16.12.1985		16.12.1985		01.03.1993					
Swaziland	28.06.1973	02.11.1995		07.09.1995		27.06.1990	20.02.2003	22.01.1985	22.01.1985		27.04.1984
Sweden	28.12.1953	31.08.1979	31.08.1979	01.06.1979		29.06.1990	20.02.2003	15.05.1962	15.05.1962	09.07.2004	05.06.1988
Switzerland	31.03.1950	17.02.1982	17.02.1982	17.02.1982	14.07.2006	24.02.1997	26.06.2002	06.03.1958	06.03.1958		
Syrian Arab Republic	02.11.1953	14.11.1983				15.07.1993	17.10.2003				
Tajikistan	13.01.1993	13.01.1993	10.09.1997	13.01.1993		26.10.1993	05.08.2002	28.08.1992	28.08.1992	21.02.2006	12.10.1999
Tanzania (United Rep. of)	12.12.1962	15.02.1983		15.02.1983		10.06.1991	11.11.2004	23.09.1971			
Thailand	29.12.1954					27.03.1992	27.02.2006	02.05.1958	02.05.1958		
The former Yugoslav Republic of Macedonia	01.09.1993	01.09.1993		01.09.1993	14.10.2008	02.12.1993	12.01.2004	30.04.1997	30.04.1997	19.04.2002	
Timor-Leste	08.05.2003	12.04.2005		12.04.2005		16.04.2003	02.04.2004				
Togo	06.01.1982	21.06.1984	21.11.1991	21.06.1984		01.08.1990	28.11.2005				
Tonga	13.04.1978	20.01.2003	20.01.2003	20.01.2003		06.11.1995					
Trinidad and Tobago	24.09.1953	20.07.2001	20.07.2001	20.07.2001		05.12.1991					
Tunisia	04.05.1957	09.08.1979		09.08.1979		30.01.1992	02.01.2003	28.01.1981	28.01.1981		11.05.1978
Turkey	10.02.1954					04.04.1995	04.05.2004	15.12.1965	15.12.1965		
Turkmenistan	10.04.1992	10.04.1992		10.04.1992		20.09.1993	29.04.2005				
Tuvalu	19.02.1981					22.09.1995					
Uganda	18.05.1984	13.03.1991		13.03.1991	21.05.2008	17.08.1990	05.05.2002				
Ukraine	03.08.1954	25.01.1990	25.01.1990	25.01.1990		28.08.1991	11.07.2005	06.02.1957	06.02.1957		13.06.1978
United Arab Emirates	10.05.1972	09.03.1983	05.03.1982	05.03.1983		03.01.1997					
United Kingdom	23.09.1957	28.01.1998	17.05.1999	28.01.1998		16.12.1991					
United States of America	02.08.1955				08.03.2007						
Uruguay	05.03.1989	13.12.1985	17.07.1990	13.12.1985		20.11.1990	09.09.2003	13.03.2009	13.03.2009		16.05.1978
Uzbekistan	08.10.1993	08.10.1993		08.10.1993		29.06.1994	23.12.2008	24.09.1999	24.09.1999	03.01.2007	17.01.1980
Vanuatu	27.10.1982	28.02.1985		28.02.1985		07.07.1993	26.09.2007	21.02.1996			16.09.1983
Venezuela	13.02.1956	23.07.1998		23.07.1998		13.09.1990	23.09.2003	09.05.2005			26.05.1993
Viet Nam	28.06.1957	19.10.1981				28.02.1990	20.12.2001				
Yemen	16.07.1970	17.04.1990		17.04.1990		01.05.1991	03.02.2007				26.08.1980
Zambia	19.10.1966	04.05.1995		04.05.1995		06.12.1991		06.02.1970	06.02.1970		20.07.1977
Zimbabwe	07.03.1983	19.10.1992		19.10.1992		11.09.1990		09.06.1998			
Total	194	168	71	164	44	193	127	123	100	54	73

Palestine. On 21 June 1989, the Swiss Federal Department of Foreign Affairs received a letter from the Permanent Observer of Palestine to the United Nations Office at Geneva informing the Swiss Federal Council "that the Executive Committee of the Palestine Liberation Organization, entrusted with the functions of the Government of the State of Palestine by decision of the Palestine National Council, decided, on 4 May 1989, to adhere to the Four Geneva Conventions of 12 August 1949 and the two Protocols additional thereto".

On 13 September 1989, the Swiss Federal Council informed the States that it was not in a position to decide whether the letter constituted an instrument of accession, "due to the uncertainty within the international community as to the existence or non-existence of a State of Palestine".

(*) Niue. As evidenced by paragraph 10(1) read together with sub-paragraph 10(3)(b) of New Zealand's 1958 Geneva Conventions Act adopted in anticipation of New Zealand's accessions (2 May 1959) to the Four Geneva Conventions of 1949, Niue's Geneva Conventions Act 1958 (published most recently in Niue Laws 2006, vol. 2, p. 877), bearing in mind the rule as expressed in Article 29 of the 1969 Vienna Convention on the Law of Treaties, and following discussions with relevant authorities, the International Committee of the Red Cross considers that the 1959 New Zealand accessions cover the territory of Niue.



Country	Weapons												
	Geneva Gas Prot. 1925	BWC 1972	CCW 1980	CCW Prot. I 1980	CCW Prot. II 1980	CCW Prot. III 1980	CCW Prot. IV 1985	CCW Prot. II a 1996	CCW Amdt 2001	CCW Prot. V 2003	CWC 1993	Ottawa Treaty 1997	Cluster Munitions 2008
Afghanistan	09.12.1986	26.03.1975		28.08.2002	28.08.2002	28.08.2002	28.08.2002	28.08.2002	28.08.2002	28.08.2002	28.08.2002	28.08.2002	28.08.2002
Albania	20.12.1989	11.08.1992									11.05.1994	29.02.2000	16.06.2009
Algeria	27.01.1992	22.07.2001									14.06.1995	09.10.2001	
Andorra											27.02.2003	29.06.1998	
Angola	08.11.1990										05.07.2002	05.07.2002	
Antigua and Barbuda	27.04.1989	29.01.2003									29.08.2005	03.05.1999	
Argentina	12.05.1989	05.12.1979	02.10.1995	02.10.1995	02.10.1995	02.10.1995	21.10.1998	21.10.1998	25.02.2004		02.10.1995	14.09.1999	
Armenia	07.06.1994										27.01.1995		
Australia	24.05.1930	05.10.1977	29.09.1983	29.09.1983	29.09.1983	29.09.1983	22.08.1997	22.08.1997	03.12.2002	04.01.2007	05.05.1994	14.01.1999	
Austria	09.05.1928	10.08.1973	14.03.1983	14.03.1983	14.03.1983	14.03.1983	27.07.1998	27.07.1998	25.09.2003	01.10.2007	17.06.1995	29.06.1998	02.04.2009
Azerbaijan		26.02.2004									29.02.2000		
Bahamas		26.11.1986									21.04.2009	31.07.1998	
Bahrain	09.12.1988	26.10.1988									28.04.1997		
Bangladesh	20.05.1989	13.03.1985	06.09.2000	06.09.2000	06.09.2000	06.09.2000	06.09.2000	06.09.2000			25.04.1997	06.09.2000	
Barbados	16.07.1976	16.02.1973									03.07.2007	26.01.1999	
Belarus	26.03.1975	23.06.1982	23.06.1982	23.06.1982	23.06.1982	23.06.1982	13.09.2000	02.03.2004	27.03.2008	29.09.2008	11.07.1995	03.09.2003	
Belgium	04.12.1928	15.03.1979	07.02.1995	07.02.1995	07.02.1995	07.02.1995	10.03.1999	10.03.1999	12.02.2004		27.01.1997	04.09.1998	
Belize		20.10.1986									01.12.2003	23.04.1998	
Benin	09.12.1986	25.04.1975	27.03.1989	27.03.1989		27.03.1989					14.05.1998	25.09.1998	
Brunei	19.02.1979	06.06.1978									18.06.2005	18.06.2005	
Bolivia	13.08.1985	30.10.1975	21.09.2001	21.09.2001	21.09.2001	21.09.2001	21.09.2001	21.09.2001			14.06.1998	09.06.1998	
Bosnia-Herzegovina		15.08.1994	01.09.1993	01.09.1993	01.09.1993	01.09.1993	11.10.2001	07.09.2000	17.03.2008	28.11.2007	25.02.1997	08.09.1998	
Botswana		05.02.1992									31.06.1998	01.03.2000	
Brazil	28.08.1970	27.02.1973	03.10.1995	03.10.1995	03.10.1995	03.10.1995	04.10.1999	04.10.1999			13.03.1995	30.04.1999	
Brunei Darussalam		31.01.1991									28.07.1997	24.04.2006	
Bulgaria	07.03.1934	02.08.1972	15.10.1982	15.10.1982	15.10.1982	15.10.1982	03.12.1998	03.12.1998	25.02.2003	08.12.2005	10.06.1994	04.09.1998	
Burkina Faso	03.03.1971	17.04.1991	26.11.2003	26.11.2003	26.11.2003	26.11.2003	26.11.2003	26.11.2003	26.11.2003		08.07.1997	16.09.1998	
Burundi											04.06.1998	22.10.2003	
Cambodia	15.03.1983	09.03.1983	25.03.1997	25.03.1997	25.03.1997	25.03.1997	25.03.1997	25.03.1997			19.07.2005	28.07.1999	
Cameroon	20.07.1989	07.12.2006	07.12.2006	07.12.2006	07.12.2006	07.12.2006	07.12.2006	07.12.2006			16.09.1996	19.09.2002	
Canada	06.05.1930	18.09.1972	24.06.1994	24.06.1994	24.06.1994	24.06.1994	05.01.1998	05.01.1998	22.07.2002	19.05.2009	26.09.1995	03.12.1997	
Cape Verde	15.10.1991	20.10.1977	16.09.1997	16.09.1997	16.09.1997	16.09.1997	16.09.1997	16.09.1997			10.10.2003	14.06.2001	
Central African Republic	31.07.1970										20.09.2006	06.11.2002	
Chad													
Chile	02.07.1935	22.04.1980	15.10.2003	15.10.2003		15.10.2003	15.10.2003	15.10.2003	27.09.2007		13.02.2004	06.05.1999	
China	13.07.1952	15.11.1984	07.04.1982	07.04.1982	07.04.1982	07.04.1982	04.11.1998	04.11.1998	11.08.2003		25.04.1997	10.09.2001	
Colombia		19.12.1983	06.03.2000	06.03.2000	06.03.2000	06.03.2000	06.03.2000	06.03.2000	20.05.2009		05.04.2000	06.09.2000	
Comoros											18.06.2006	19.09.2002	
Congo		23.10.1978									04.12.2007	04.05.2001	
Congo (Dem Rep)		16.09.1975									12.10.2005	02.05.2002	
Cook Islands		04.12.2008									15.07.1994	15.03.2006	



Country	Weapons												
	Geneva Gas Prot. 1925	BWC 1972	CCW 1980	CCW Prot. I 1980	CCW Prot. II 1980	CCW Prot. III 1980	CCW Prot. IV 1985	CCW Prot. II a 1996	CCW Amdt 2001	CCW Prot. V 2003	CWC 1993	Ottawa Treaty 1997	Cluster Munitions 2008
Costa Rica	27.07.1970	17.12.1973	17.12.1998	17.12.1998	17.12.1998	17.12.1998	17.12.1998	17.12.1998	03.06.2009	27.04.2009	31.05.1998	17.03.1999	
Côte d'Ivoire	18.12.2006	08.10.1991	02.12.1993	02.12.1993	02.12.1993	02.12.1993	25.04.2002	25.04.2002	27.05.2003	07.02.2005	18.12.1995	30.06.2000	
Croatia	24.05.1996	21.04.1976	02.03.1987	02.03.1987	02.03.1987	02.03.1987			17.10.2007		23.05.1995	20.05.1998	
Cuba	12.12.1966	06.11.1973	12.12.1988	12.12.1988	12.12.1988	12.12.1988	22.07.2003	22.07.2003			28.08.1998	17.01.2003	
Cyprus	16.08.1938	05.04.1993	22.02.1993	22.02.1993	22.02.1993	22.02.1993	10.08.1998	10.08.1998	06.06.2006	06.06.2006	06.03.1998	26.10.1999	
Czech Republic	05.05.1930	01.03.1973	07.07.1982	07.07.1982	07.07.1982	07.07.1982	30.04.1997	30.04.1997	15.09.2004	28.06.2005	13.07.1995	08.06.1998	
Denmark			29.07.1996	29.07.1996	29.07.1996	29.07.1996					25.01.2006	18.05.1998	
Djibouti											12.02.2001	26.03.1999	
Dominica	08.12.1970	23.02.1973									27.03.2009	30.06.2000	
Dominican Republic	16.09.1970	12.03.1975	04.05.1982	04.05.1982	04.05.1982	04.05.1982	16.12.2003	14.08.2000	10.03.2009	10.03.2009	06.09.1995	29.04.1999	
Ecuador	06.12.1928												
Egypt													
El Salvador	20.05.1999	31.12.1991	26.01.2000	26.01.2000	26.01.2000	26.01.2000	26.01.2000	26.01.2000	13.09.2007	23.03.2006	30.10.1995	27.01.1999	
Equatorial Guinea											25.04.1997	16.09.1998	
Eritrea	28.08.1931	21.05.1993	20.04.2000	20.04.2000		20.04.2000					14.02.2000	27.08.2001	
Estonia	07.10.1935	26.05.1975									26.05.1999	12.05.2004	
Ethiopia	21.03.1973	01.10.1973									13.05.1996	17.12.2004	
Fiji	26.05.1929	04.02.1974	08.05.1982	08.05.1982	08.05.1982	08.05.1982	11.01.1995	03.04.1998	22.06.2004	23.03.2005	07.02.1995		
Finland	10.05.1926	27.09.1984	04.03.1988	04.03.1988	04.03.1988	18.07.2002	30.06.1998	23.07.1998	10.12.2002	31.10.2006	02.03.1995	23.07.1998	
France		16.06.2007	01.10.2007	01.10.2007		01.10.2007					08.09.2000	08.09.2000	
Gabon	05.11.1966	21.11.1991									19.05.1998	23.09.2002	
Gambia													
Georgia	25.04.1929	07.04.1983	25.11.1992	25.11.1992	25.11.1992	25.11.1992	14.07.2006	08.06.2009	08.06.2009	03.05.2005	12.08.1994	23.07.1998	08.07.2009
Germany	03.05.1967	06.05.1975					27.06.1997	02.05.1997	26.01.2005	03.05.2005	09.07.1997	30.06.2000	
Ghana	30.05.1931	10.12.1975	28.01.1992	28.01.1992	28.01.1992	28.01.1992	05.08.1997	20.01.1999	26.11.2004		22.12.1994	25.09.2003	
Greece	03.01.1989	22.10.1986									03.06.2005	19.08.1998	
Grenada	03.05.1983	19.09.1973	21.07.1983	21.07.1983	21.07.1983	21.07.1983	30.08.2002	29.10.2001	13.02.2009	28.02.2006	12.02.2003	26.03.1999	
Guatemala											09.06.1997	08.10.1998	
Guinea	20.05.1989	20.08.1976	06.08.2008	06.08.2008	06.08.2008	06.08.2008	06.08.2008	06.08.2008	06.08.2008	06.08.2008	20.05.2008	22.05.2001	
Guinea-Bissau											12.09.1997	05.08.2003	
Guyana											22.02.2006	15.02.2006	
Haiti	18.10.1966	04.01.2002	22.07.1997	22.07.1997	22.07.1997	22.07.1997	22.07.1997	22.07.1997	09.12.2002	13.12.2005	12.05.1999	17.02.1998	03.12.2008
Holy See													
Honduras	14.03.1979	30.10.2003	30.10.2003	30.10.2003	30.10.2003	30.10.2003	30.10.2003	30.10.2003			29.08.2005	24.09.1998	
Hungary	11.10.1952	27.12.1972	14.06.1982	14.06.1982	14.06.1982	14.06.1982	30.01.1998	30.01.1998	27.12.2002	13.11.2006	31.10.1996	06.04.1998	
Iceland	02.11.1967	15.02.1973	22.08.2008	22.08.2008	22.08.2008	22.08.2008	22.08.2008	22.08.2008	22.08.2008	22.08.2008	28.04.1997	05.05.1999	
India	09.04.1930	15.07.1974	01.03.1984	01.03.1984	01.03.1984	01.03.1984	02.09.1999	02.09.1999	18.05.2005	18.05.2005	03.09.1996		
Indonesia	21.01.1971	19.02.1992									12.11.1998	20.02.2007	
Iran (Islamic Rep)	05.11.1929	22.08.1973									03.11.1997		
Iraq	08.09.1931	19.05.1991									13.01.2009	15.08.2007	
Ireland	29.08.1930	27.10.1972	13.03.1995	13.03.1995	13.03.1995	13.03.1995	27.03.1997	27.03.1997	08.11.2006	08.11.2006	24.06.1996	03.12.1997	03.12.2008



Country	Weapons												
	Geneva Gas Prot. 1925	BWC 1972	CCW 1980	CCW Prot. I 1980	CCW Prot. II 1980	CCW Prot. III 1980	CCW Prot. IV 1995	CCW Prot. II a 1996	CCW Amdt 2001	CCW Prot. V 2003	CWC 1993	Ottawa Treaty 1997	Cluster Munitions 2008
Israel	20.02.1959		22.03.1995	22.03.1995	22.03.1995		30.10.2000	30.10.2000					
Italy	03.04.1938	30.05.1975	20.01.1995	20.01.1995	20.01.1995	20.01.1995	13.01.1999	13.01.1999	01.08.2004		08.12.1995	23.04.1999	
Jamaica	28.07.1970	13.08.1975	25.09.2008	25.09.2008	25.09.2008	25.09.2008	25.09.2008	25.09.2008	25.09.2008	25.09.2008	08.09.2008	17.07.1998	
Japan	21.05.1970	18.06.1982	09.06.1982	09.06.1982	09.06.1982	09.06.1982	10.06.1997	10.06.1997	10.07.2003		15.09.1995	30.09.1998	14.07.2009
Jordan	20.01.1977	27.06.1975	19.10.1995	19.10.1995		19.10.1995		06.09.2000			29.10.1997	13.11.1998	
Kazakhstan		28.06.2007									23.03.2000		
Kenya	06.07.1970	07.01.1976									25.04.1997	23.01.2001	
Kiribati											07.09.2000	07.09.2000	
Korea (Dem People's Rep.)	04.01.1989	13.03.1987									28.04.1997		
Korea (Republic of)	04.01.1989	25.06.1987	09.05.2001	09.05.2001			09.05.2001	13.02.2003	23.01.2008	23.01.2008	28.05.1997	30.07.2007	
Kuwait	15.12.1971	26.07.1972									25.02.1997		16.03.2009
Kyrgyzstan		12.10.2004									23.07.1996	01.07.2005	
Lao (People's Dem.)	20.05.1989	25.04.1973	03.01.1983	03.01.1983	03.01.1983	03.01.1983	11.03.1998	22.08.2002	23.04.2003		20.11.2008		
Latvia	03.06.1931	06.02.1997	04.01.1993	04.01.1993	04.01.1993	04.01.1993					07.12.1994	02.12.1998	
Lebanon	17.04.1969	26.03.1975											
Lesotho	10.03.1972	06.09.1977	06.09.2000	06.09.2000	06.09.2000	06.09.2000	16.09.2005	16.09.2005	16.09.2005	16.09.2005	23.02.2006	23.12.1999	
Liberia	17.06.1927		16.09.2005	16.09.2005	16.09.2005	16.09.2005					06.01.2004		
Libyan Arab Jamahiriya	29.12.1971	19.01.1982											
Liechtenstein	06.09.1991	06.06.1991	16.08.1989	16.08.1989	16.08.1989	16.08.1989	19.11.1997	19.11.1997	18.06.2004	12.05.2006	24.11.1999	05.10.1999	
Lithuania	15.06.1933	10.02.1998	03.06.1998	03.06.1998	03.06.1998	03.06.1998	03.06.1998	03.06.1998	12.05.2003	29.09.2004	15.04.1998	12.05.2003	
Luxembourg	01.09.1936	23.03.1976	21.05.1996	21.05.1996	21.05.1996	21.05.1996	05.08.1999	05.08.1999	13.06.2005	13.06.2005	15.04.1997	14.06.1999	10.07.2009
Madagascar	02.08.1967	07.03.2008	14.03.2008	14.03.2008	14.03.2008	14.03.2008	14.03.2008	14.03.2008		14.03.2008	20.10.2004	16.09.1999	
Malawi	14.09.1970										11.06.1998	13.08.1998	
Malaysia	10.12.1970	06.10.1991									20.04.2000	22.04.1999	
Maldives	27.12.1966	02.08.1993	07.09.2000	07.09.2000	07.09.2000	07.09.2000	07.09.2000	07.09.2000			31.05.1994	07.09.2000	
Mali		25.11.2002	24.10.2001	24.10.2001	24.10.2001	24.10.2001	24.10.2001	24.10.2001		24.04.2009	28.04.1997	02.06.1998	
Malta	21.09.1964	07.04.1975	26.06.1995	26.06.1995	26.06.1995	26.06.1995	24.09.2004	24.09.2004	24.09.2004	22.09.2006	28.04.1997	07.05.2001	
Marshall											19.05.2004		
Mauritania											09.02.1998	21.07.2000	
Mauritius	12.03.1968	11.01.1973	06.05.1996	06.05.1996	06.05.1996	06.05.1996	24.12.2002				09.02.1993	03.12.1997	
Mexico	28.05.1932	08.04.1974	11.02.1982	11.02.1982	11.02.1982	11.02.1982	10.03.1998		22.05.2003		29.08.1994	09.06.1998	06.05.2009
Micronesia											21.06.1999		
Moldova (Republic of)		05.11.2004	08.09.2000	08.09.2000	08.09.2000	08.09.2000	08.09.2000	16.07.2001	05.01.2005	21.04.2008	08.07.1996	08.09.2000	
Monaco	06.01.1967	30.04.1999	12.08.1997	12.08.1997				04.05.1997			01.06.1995	17.11.1998	
Montenegro	06.12.1968	14.09.1972	08.06.1982	08.06.1982	08.06.1982	08.06.1982	06.04.1999				17.01.1995		
Morocco	13.10.1970	21.03.2002	19.03.2002	19.03.2002	19.03.2002	19.03.2002	23.10.2006	23.10.2006	23.10.2006		28.12.1995	23.10.2006	
Mozambique											15.08.2000	25.08.1998	
Myanmar													
Namibia											24.11.1995	21.09.1998	
Nauru			12.11.2001	12.11.2001	12.11.2001	12.11.2001	12.11.2001	12.11.2001			12.11.2001	07.08.2000	



Country	Weapons												
	Geneva Gas Prot. 1925	BWC 1972	CCW 1980	CCW Prot. I 1980	CCW Prot. II 1980	CCW Prot. III 1980	CCW Prot. IV 1995	CCW Prot. II a 1996	CCW Amdt 2001	CCW Prot. V 2003	CWC 1993	Ottawa Treaty 1997	Cluster Munitions 2008
Nepal	09.05.1959												
Netherlands	31.10.1930	22.06.1981	18.06.1987	18.06.1987	18.06.1987	18.06.1987	25.03.1999	25.03.1999	19.05.2004	18.07.2005	18.11.1997	12.04.1999	
New Zealand	24.05.1930	18.12.1972	18.10.1993	18.10.1993	18.10.1993	18.10.1993	08.01.1998	08.01.1998		02.10.2007	15.07.1996	27.01.1999	
Nicaragua	05.10.1990	07.08.1975	05.12.2000	05.12.2000	05.12.2000	05.12.2000	05.12.2000	05.12.2000	06.09.2007	15.09.2005	05.10.1999	30.11.1998	
Niger	05.04.1967	23.06.1972	10.11.1992	10.11.1992	10.11.1992	10.11.1992	18.09.2007	18.09.2007	18.09.2007		09.04.1997	23.03.1999	02.06.2009
Nigeria	15.10.1968	09.07.1973									20.05.1999	27.09.2001	
Nile											21.04.2005	15.04.1998	
Norway	27.07.1932	01.08.1973	07.06.1983	07.06.1983	07.06.1983	07.06.1983	20.04.1998	20.04.1998	18.11.2003	08.12.2005	07.04.1994	09.07.1998	03.12.2008
Oman		31.03.1992								03.02.2009	08.02.1995		
Pakistan	15.04.1960	03.10.1974	01.04.1985	01.04.1985	01.04.1985	01.04.1985	05.12.2000	09.03.1999					
Palau		03.02.2003											
Panama	04.12.1970	20.03.1974	26.03.1997	26.03.1997	26.03.1997	26.03.1997	26.03.1997	03.10.1999	16.08.2004		03.02.2003	19.11.2007	
Papua New Guinea	02.09.1980	27.10.1980									17.04.1996	28.06.2004	
Paraguay	22.10.1933	09.06.1976	22.09.2004	22.09.2004	22.09.2004	22.09.2004	03.12.2008	22.09.2004	03.12.2008	03.12.2008	01.12.1994	13.11.1998	
Peru	13.08.1985	05.06.1985	03.07.1997	03.07.1997	03.07.1997	03.07.1997	03.07.1997	03.07.1997	14.02.2005	29.05.2009	20.07.1995	17.06.1998	
Philippines	08.06.1973	21.05.1973	15.07.1996	15.07.1996	15.07.1996	15.07.1996	12.06.1997	12.06.1997			11.12.1996	15.02.2000	
Poland	04.02.1929	25.01.1973	02.06.1983	02.06.1983	02.06.1983	02.06.1983	23.09.2004	14.10.2003	15.09.2006		23.08.1995		
Portugal	01.07.1930	15.05.1975	04.04.1997	04.04.1997	04.04.1997	04.04.1997	12.11.2001	31.03.1999	22.02.2008	22.02.2008	10.09.1996	19.02.1999	
Qatar	18.10.1976	17.04.1975									03.09.1997	13.10.1998	
Romania	23.08.1929	26.07.1979	26.07.1995	26.07.1995	26.07.1995	26.07.1995	25.08.2003	25.08.2003	25.08.2003	29.01.2008	15.02.1995	30.11.2000	
Russian Federation	05.04.1928	26.03.1975	10.06.1982	10.06.1982	10.06.1982	10.06.1982		02.03.2005	24.01.2007	21.07.2008	05.11.1997		
Rwanda	11.05.1954	20.05.1975									31.03.2004	08.06.2000	
Saint Kitts and Nevis	27.04.1989	02.04.1991									21.05.2004	02.12.1998	
Saint Lucia	21.12.1988	26.11.1986									09.04.1997	13.04.1999	
Saint Vincent & Grenadine	24.03.1999	13.05.1999									18.09.2002	01.08.2001	
Samoa											27.09.2002	23.07.1998	
San Marino		11.03.1975									10.12.1999	18.03.1998	10.07.2009
Sao Tome and Principe		24.08.1979									09.09.2003	31.03.2003	
Saudi Arabia	27.01.1971	24.05.1972	07.12.2007	07.12.2007		07.12.2007	07.12.2007				09.08.1996		
Senegal	15.05.1977	26.03.1975	29.11.1999			29.11.1999		29.11.1999		06.11.2008	20.07.1998	24.09.1998	
Serbia (Republic of)	06.03.2006	13.06.2001	12.03.2001	12.03.2001	12.03.2001	12.03.2001	12.06.2003		11.11.2003		20.04.2000	18.09.2003	
Seychelles		11.10.1979	08.06.2000	08.06.2000	08.06.2000	08.06.2000	08.06.2000	08.06.2000			07.04.1993	02.06.2000	
Sierra Leone	20.03.1967	29.06.1976	30.09.2004	30.09.2004		30.09.2004	30.09.2004	30.09.2004	30.09.2004	30.09.2004	30.09.2004	25.04.2001	03.12.2008
Singapore		02.12.1975									21.05.1997		
Slovakia	16.08.1938	17.05.1993	28.05.1993	28.05.1993	28.05.1993	28.05.1993	30.11.1999	30.11.1999	11.02.2004	23.03.2006	27.10.1995	25.02.1999	
Slovenia	08.04.2008	07.04.1992	06.07.1992	06.07.1992	06.07.1992	06.07.1992	03.12.2002	03.12.2002	02.07.2008	22.02.2007	11.06.1997	27.10.1998	
Solomon Islands	01.05.1981	17.06.1981									23.09.2004	26.01.1999	
Somalia													
South Africa	24.05.1930	03.11.1975	13.09.1995	13.09.1995	13.09.1995	13.09.1995	26.06.1998	26.06.1998			13.09.1995	26.06.1998	
Spain	22.08.1929	20.06.1979	29.12.1993	29.12.1993	29.12.1993	29.12.1993	19.01.1998	27.01.1998	09.02.2004	02.09.2007	03.08.1994	19.01.1999	17.06.2009
Sri Lanka	20.01.1954	18.11.1986	24.09.2004	24.09.2004	24.09.2004	24.09.2004	24.09.2004	24.09.2004	24.09.2004		19.06.1994		



Country	Weapons												
	Geneva Gas Prot. 1925	BWC 1972	CCW 1980	CCW Prot. I 1980	CCW Prot. II 1980	CCW Prot. III 1980	CCW Prot. IV 1995	CCW Prot. II a 1996	CCW Amdt. 2001	CCW Prot. V 2003	CWC 1993	Ottawa Treaty 1997	Cluster Munitions 2008
Sudan	17.12.1980	17.10.2003									24.05.1999	13.10.2003	
Suriname	06.01.1993										28.04.1997	23.05.2002	
Swaziland	23.07.1991	16.05.1991									20.09.1995	22.12.1998	
Sweden	25.04.1930	05.02.1976	07.07.1982	07.07.1982	07.07.1982	07.07.1982	15.01.1997	16.07.1997	03.12.2002	02.06.2004	17.06.1993	30.11.1998	
Switzerland	12.07.1932	04.05.1976	20.08.1982	20.08.1982	20.08.1982	20.08.1982	24.03.1998	24.03.1998	19.01.2004	12.05.2006	10.03.1995	24.03.1998	
Syrian Arab Republic	17.12.1988												
Taiwan	08.12.2004	12.10.1999	12.10.1999	12.10.1999	12.10.1999	12.10.1999	12.10.1999	12.10.1999		18.05.2006	11.01.1995	12.10.1999	
Tanzania (United Rep. of)	22.04.1983										25.06.1998	13.11.2000	
Thailand	06.05.1931	28.05.1975									10.12.2002	27.11.1998	
The former Yugoslav Republic of Macedonia	14.03.1997	30.12.1996	30.12.1996	30.12.1996	30.12.1996	30.12.1996	19.03.2007	31.05.2005	11.07.2007	19.03.2007	20.06.1997	09.09.1998	
Timor-Leste	05.05.2002										07.05.2003	07.05.2003	
Togo	05.04.1971	10.11.1976	04.12.1995	04.12.1995	04.12.1995	04.12.1995					23.04.1997	09.03.2000	
Tonga	19.07.1971	28.09.1976									29.05.2003		
Trinidad and Tobago	31.08.1962	19.07.2007									24.06.1997	27.04.1998	
Tunisia	12.07.1967	06.06.1973	15.05.1987	15.05.1987	15.05.1987	15.05.1987	23.03.2006	23.03.2006	11.03.2009	07.03.2008	15.04.1997	09.07.1999	
Turkey	05.10.1929	04.11.1974	02.03.2005	02.03.2005	02.03.2005	02.03.2005	02.03.2005	02.03.2005	02.03.2005		12.05.1997	25.09.2003	
Turkmenistan	11.01.1996	19.03.2004	19.03.2004	19.03.2004	19.03.2004	19.03.2004		19.03.2004			29.09.1994	19.01.1998	
Tuvalu											19.01.2004		
Uganda	24.05.1965	12.05.1992	14.11.1995	14.11.1995	14.11.1995	14.11.1995					30.11.2001	25.02.1999	
Ukraine	07.08.2003	26.03.1975	23.06.1982	23.06.1982	23.06.1982	23.06.1982	28.05.2003	15.12.1999	29.06.2005	17.05.2005	16.10.1998	27.12.2005	
United Arab Emirates	19.06.2009	26.02.2009	26.02.2009	26.02.2009	26.02.2009	26.02.2009				26.02.2009	28.11.2000		
United Kingdom	09.04.1930	26.03.1975	13.02.1995	13.02.1995	13.02.1995	13.02.1995	11.02.1999	11.02.1999	25.07.2002		13.05.1995	31.07.1998	
United States of America	10.04.1975	26.03.1975	24.03.1995	24.03.1995	24.03.1995	24.03.1995	21.01.2009	24.05.1999	21.01.2009	21.01.2009	25.04.1997		
Uruguay	12.04.1977	06.04.1981	06.10.1994	06.10.1994	06.10.1994	06.10.1994	18.06.1998	18.06.1998	07.08.2007	07.08.2007	06.10.1994	07.06.2001	
Uzbekistan	11.01.1996	29.09.1997	29.09.1997	29.09.1997	29.09.1997	29.09.1997	29.09.1997				23.07.1996		
Vanuatu	12.10.1990										16.09.2005	16.09.2005	
Venezuela	08.02.1928	18.10.1978	19.04.2005	19.04.2005	19.04.2005	19.04.2005		19.04.2005			03.12.1997	14.04.1999	
Viet Nam	15.12.1980	20.06.1980									30.09.1998		
Yemen	17.03.1971	01.06.1979									02.10.2000	01.09.1998	
Zambia	15.01.2009										09.02.2001	23.02.2001	
Zimbabwe	05.11.1990										25.04.1997	18.06.1998	
Total	135	163	109	107	92	102	93	93	72	59	188	156	14

Anexo C

Entrevista a Kofi Annan.



Fuente: *The Economist*

18 de septiembre 1999

Dos conceptos de soberanía

(Esta es una traducción no oficial del artículo escrito por el Secretario General de las Naciones Unidas, Kofi Annan, elaborada por el Centro Español de Relaciones Internacionales (CERI) y contribuida por el Centro de Información de Naciones Unidas en Madrid para las páginas Web de Naciones Unidas en español.)

Por Kofi Annan, Secretario General de las Naciones Unidas

El genocidio en Ruanda nos mostró cuán terribles pueden ser las consecuencias de la inacción ante el asesinato masivo. Pero el conflicto de este año en Kosovo planteó preguntas igualmente importantes sobre las consecuencias de una acción sin consenso internacional ni clara legalidad.

Esto ha puesto de relieve el dilema de la llamada "intervención humanitaria". Por un lado ¿es legítimo para una organización regional utilizar la fuerza sin un mandato de la ONU?, por otro, ¿es posible permitir que se lleven a cabo sistemáticas violaciones de los derechos humanos, con graves consecuencias humanitarias? La incapacidad de la comunidad internacional de reconciliar estos dos intereses en el caso de Kosovo sólo ser interpretado como una tragedia.

Para evitar repetir tales tragedias en el próximo siglo, creo que es esencial que la comunidad internacional alcance consenso, no sólo en el principio de que las violaciones masivas y sistemáticas a los derechos humanos deben ser detenidas, dondequiera que ellas tengan lugar, sino también sobre la forma de decidir qué acción es necesaria, cuándo y por quién. El conflicto de Kosovo y su resultado han conducido a un debate de importancia mundial. Y a cada una de las partes integrantes en el debate puede proponérsele preguntas difíciles.

A aquéllos para quienes la mayor amenaza al futuro del orden internacional es el uso de la fuerza en ausencia de un mandato del Consejo de Seguridad, uno podría decirles: dejen Kosovo de lado por un momento y piensen en Ruanda. Imaginen por un momento que en esos oscuros días y horas que llevaron al genocidio había una coalición de Estados lista y dispuesta a actuar en defensa de la población Tutsi, pero el Consejo se había negado o se



había demorado en darle luz verde. ¿Semejante coalición debía permanecer ociosamente inmóvil mientras el horror se desplegaba?

A aquéllos para quien la acción de Kosovo anunció una nueva era en que los Estados y los grupos de Estados pueden tomar una acción militar al margen de los mecanismos establecidos en respaldo del derecho internacional, uno podría preguntarles igualmente: ¿No hay peligro de que tales intervenciones desgasten el imperfecto y frágil sistema de seguridad creado después de la segunda guerra mundial, y de que se den precedentes peligrosos para intervenciones futuras, sin un claro criterio para decidir quién podría invocar estos precedentes y en qué circunstancias? Nada en la *Carta* de la ONU impide el reconocimiento de que hay derechos más allá de las fronteras. Lo que la *Carta* dice es que "la fuerza armada no se utilizará sino en el interés común." ¿Pero cuál es ese interés común? ¿Quién lo defenderá? ¿Bajo qué autoridad? Y ¿con qué sentido de intervención? Buscando respuesta a estos grandes interrogantes, veo cuatro aspectos de la intervención que necesitan ser considerados con especial cuidado.

Primero, "intervención" no debe entenderse referida únicamente al uso de fuerza. Una ironía trágica de muchas de las crisis que pasan inadvertidas o que no son enfrentadas en el mundo actual es que ellas podrían solucionarse con actos mucho menos arriesgados de intervención que el que vimos este año en Yugoslavia. Y así el compromiso del mundo a la pacificación, a la ayuda humanitaria, a la rehabilitación y a la reconstrucción variaría considerablemente de región en región, y de crisis en crisis. Si el nuevo compromiso a la acción humanitaria significa asistir en apoyo de los pueblos del mundo, este debe ser, y debe mostrarse, universal, independiente de regiones o naciones. La humanidad, después de todo, es indivisible.

Segundo, está claro que las nociones tradicionales de soberanía no son el único obstáculo para una acción eficaz en las crisis humanitarias. No menos significativas son las formas en que los Estados definen sus intereses nacionales. El mundo ha cambiado profundamente desde el final de la guerra fría, pero tengo el temor de que nuestras concepciones del interés nacional han fallado en su adaptación. Es necesaria una nueva y más amplia definición del interés nacional en el nuevo siglo, lo que induciría.

Anexo D

Entrevista a Ibrahim Rugova.



Tirando a força da desesperação

Uma entrevista a Ibrahim Rugova por Marie-Françoise Allain

Reproduzida de The Electronic New Presence # 48

Esta entrevista ao líder da Liga Democrática de Kosovo, que foi eleito presidente da não legitimada República Kosovar em 1992, apareceu no número de Outono de 1998 de Politique Internationale.

Logo que Belgrado suspendeu a autonomia do Kosovo em 1989, os kosovares, tanto por necessidade quanto por eleição, optaram majoritariamente pela resistência não-violenta. Ibrahim Rugova, que já denunciara o terror nos seus trabalhos literários, esteve à cabeça desta resistência aberta e pacífica que tinha como alvo a independência.



Dez anos mais tarde, o banho de sangue que Rugova queria evitar estourou plenamente: ao marginalizar a questão do Kosovo nos Acordos de Dayton, o Ocidente entregou de facto o país aos carrascos sérvios. A consequência foi a formação duma resistência armada organizada, que até à altura tem servido sobretudo como uma escusa para os *pogroms* e para a explosão da violência étnica. Rugova enfrenta esta dramática realidade num momento em que parece que todas as soluções pacíficas estão esgotadas.

Sr. Presidente, a partir do final de Fevereiro e da ofensiva sérvia em Drenica, mais de 1.700 albaneses foram mortos, outros 600 estão desaparecidos e ao parecer mais de 900 foram presos. No mês de Setembro, destruíram-se 50.000 casas e 400.000 pessoas resultaram deslocadas. Tem-se falado em voz baixa da ameaça que pendura sobre o seu povo durante anos. Em que momento se virou o destino do Kosovo?

É difícil responder esta pergunta. A situação é tão instável que o destino do Kosovo pode inclinar-se em qualquer momento para melhor ou para pior. Os eventos dos últimos meses lembram alguma gente dos anos prévios e posteriores à Segunda Guerra Mundial, quando dezenas de milhares de albaneses foram deportados para Turquia. É como se a história estivesse a repetir-se, como se não fizéssemos o esforço de aprendermos as lições que nos evitariam repetirmos sempre as mesmas tragédias.



A gente leva a sofrer muitíssimo tempo. Em 1968, e também especialmente em 1981, a gente saía às ruas para reclamarem igualdade com as outras Repúblicas [sic *]. Não queriam abandonar Jugoslávia, mas simplesmente ter mais direitos sociais e económicos. Neste período a repressão era terrível: "diferenciações", "isolamento", torturas, detenções "administrativas", desaparecimentos, "suicídios"... Tito já não estava aí para fixar os limites. E já sabemos o que veio a seguir: os sérvios, para quem nós desfrutaríamos de excessivas liberdades, procuravam reduzir a nossa autonomia. As primeiras campanhas de ódio, orquestradas pelos intelectuais sérvios, foram desatadas em 1985, no congresso de escritores de Nova Said, e logo continuaram com a publicação do Memorandum da Academia de Artes e Ciências de 1986.

Era previsível a guerra?

A guerra do Kosovo realmente começou em 1989, com a chegada dos tanques que enviou o regime de Belgrado, e com o estabelecimento de leis de excepção e exclusão, que tinham como objectivo "racionalizar-nos". Éramos "demasiados" nas instituições, nas minas, no ensino, e, sobretudo, "demasiados" de nós tínhamos um número "irracional" de crianças, diziam os sérvios.

Por acaso esta grande proporção de albaneses no território do Kosovo constitui uma ameaça real para o "berço" da Sérvia?

No passado, eu costumava dizer que "os sérvios também devem mostrar respeito por este berço... mesmo com as crianças albanesas dentro!". Esses eram tempos quando ainda se podiam dizer piadas.

Acredita, como afirmou o seu Ministro de Informação Xhafer Shatri, que as bombas lançadas em Croácia e Bósnia estavam destinadas para os seus?

O objectivo foi sempre romper a identidade do Kosovo, por qualquer meio. Primeiro, submetendo-o pela força, num intuito de destruir a sua cultura e de empurrar os kosovares para o exílio por desesperação. Com 300.000 ou 400.000 deslocados entre 1989 e 1997, não é um exagero falar de "limpeza étnica paulatina". Logo vieram as ameaças à sua integridade territorial. Sem dúvida escutou falar dos vários planos de divisão cozinhados pelos sérvios, que privariam os kosovares da zona mais rica do país, consistente nas minas



de Trepca, as centrais eléctricas e certo número de mosteiros. A nossa própria existência é que está no alvo.

Como descreveria os eventos do último ano?

No Kosovo fomos testemunhas duma verdadeira limpeza étnica. Desde Março, as tropas sérvias, o exército e unidades especiais da polícia levam lançando ataques diários. Não é uma guerra entre soldados. É uma guerra dirigida contra a população civil, as vilas e as aldeias. O planalto de Dukagjin, na fronteira ocidental com Albânia, resultou purificado. A zona central, com Drenica, resultou purificada. Queimou-se e espoliou-se tudo: casas, colheitas. Perderam-se todos os habitantes. A maioria refugiou-se nas cidades do Leste, mas alguns permaneceram nas montanhas, perto de Malishevo e em Drenica. Tinham medo de reclamarem as suas casas. Os poucos que se arriscaram a voltar às suas vilas, como lhes instava a fazer a propaganda sérvia, amiúde sofreram maus tratos.

Devemos velar por os albaneses do Kosovo poderem retornar às suas casas. É preciso contrabalançar a estratégia de limpeza étnica. Eu não quero um Kosovo esvaziado e purificado. Não quero um Kosovo convertido em "parque nacional".

Está ainda o destino do Kosovo nas suas mãos?

Estou aí para salvar o povo. É a vontade do povo kosovar o que poderá encontrar nas minhas mãos.

Há outros que também querem "salvar o povo": o Exército de Libertação do Kosovo (ELK) e a resistência armada imprimem-lhe ao conflito com Sérvia uma dimensão militar. Qual foi a sua reacção perante esta irrupção de novos actores na cena do Kosovo?

É um assunto de pequenos grupos de patriotas e cidadãos comuns que queriam defender-se. Mas, diante dum exército bem organizado, equipado com aviões e helicópteros, diante da artilharia que estava a canhonear as aldeias todos os dias, a tarefa era impossível. Ainda mais quando a polícia sérvia foi utilizada para isolá-los e impedir que se comunicassem entre eles. Alguns preferiram abandonar o país.



Do nosso ponto de vista, é claro que esperamos ser capazes de controlar estes grupos e discipliná-los, para os sérvios não poderem utilizar estes estalidos como escusas para atacarem e destruírem o Kosovo.

Estes "grupos" procuram os mesmos objectivos do que você?

A meta de todos os kosovares é a independência do Kosovo. Pela primeira vez na nossa história tivemos êxito em criarmos um contexto adequado para as aspirações dos albaneses, e para organizarmos a nossa sociedade não só no nível material mas também no moral. Paradoxalmente, é durante este período, em que fomos reprimidos e sujeitos a um regime de *apartheid*, quando nos "encontrámos" a nós próprios e alcançámos a nossa liberdade interior.

Mas, afinal, a mocidade cansou-se de assistir a escolas escondidas nas garagens e adegas. Parte da população radicalizou-se e apanhou as armas. Queriam pôr fim à repressão e à violência.

Por acaso não conduziu a existência do ELK a um processo de militarização?

Se queremos salvar a população do Kosovo, o único caminho é a resistência não violenta. Apesar de toda a boa vontade com que podemos contar, é preciso lembrar que o equilíbrio de forças não nos favorece.

O ELK tem tentado obter pelo uso das armas a legitimidade que você obteve pelo sufrágio universal. Não deveria estender-lhes uma mão?

Esta questão foi suscitada, com efeito, pelos extremistas dentro do ELK. Os comentários sobre este tema circularam em Pristina e em círculos intelectuais "politizados". O resto da gente apoia o presidente, o Parlamento por ele criado, e o governo. Quanto a "estender-lhes uma mão" ao ELK, agora é o turno deles.

Pode resolver-se o problema do Kosovo num âmbito regional?

Eu não acredito na efectividade das iniciativas regionais. Nos Balcãs todas elas fracassaram, incluída a ideia de Jugoslávia. Houvo muitos projectos de alianças ou eixos dentro dos Balcãs no período de entre-guerras. Mas já não é possível criar este tipo de



relações nesta zona de Europa. Todos somos pequenos demais para isso. Todos: inclusive os sérvios, o qual não é precisamente negativo... Eu prefiro olhar para Europa.

Acha que a comunidade internacional julga desconcertante a sua adesão a métodos pacifistas?

Durante estes anos, o meu povo e eu próprio levámos adiante uma luta não violenta mas nalgum sentido muito activa enquanto estávamos sob dominação estrangeira. Em vez de refugiarmo-nos na violência, os albaneses comprometemo-nos com políticas de resistência. Fomos capazes de erguer uma verdadeira sociedade paralela e de provê-la de estruturas sólidas: escolas, hospitais, uma rede de comunicações, e uma agricultura privada. É por esta organização que pudemos continuar a viver aqui no Kosovo. Sem entrar em longas dissertações filosóficas sobre os méritos do pacifismo, eu ousaria dizer que neste alvor do século XXI evoluirá por fim a consciência internacional e todos os esforços se orientarão para a paz.

A comunidade internacional inclina-se por uma ampla autonomia. Alguns líderes kosovares mesmo baralham a ideia duma "Albânia de todos os albaneses". Onde se situa você pessoalmente?

Eu estou aqui com o meu povo, e o meu povo quer a independência, sem as fronteiras serem alteradas. Todas as forças políticas tanto do Kosovo quanto de Albânia apoiam isto. A independência calmará todo mundo, mesmo se alguns líderes de Belgrado continuarão a opor-se a ela por razões económicas. Qualquer outra solução seria prejudicial, e contrária ao desejo do povo, que se manifestou na altura da dissolução da Jugoslávia. Lembre que o Kosovo foi uma unidade federal [sic **] da antiga Jugoslávia, e, como as outras unidades, temos o direito de abandoná-la e de provar a nossa sorte.

Para evitar todo conflito, eu espero que num período de transição o Kosovo se converta num protectorado internacional durante vários anos, enquanto se desmilitariza o país e se erigem instituições democráticas operativas.

Em que sentido constituiria um factor de estabilidade um Kosovo independente?



Um Kosovo independente calmaria os ânimos, especialmente os dos albaneses de Albânia. Se a comunidade internacional insiste em não reconhecer a nossa independência, será vã qualquer esperança de que se calmem as tensões nesta região de Europa.

Considera o antagonismo entre sérvios e albaneses inaplacável?

Infelizmente, no que se refere ao Kosovo todos os líderes sérvios tomaram sempre o mesmo caminho. Querem mantê-lo pela força e pela repressão. Porém, para estes líderes é preciso compreenderem que a nossa independência também seria positiva para eles. Se repararmos em todo o que tem acontecido, a coexistência é impensável. É mágoa, porque a população sérvia é muito menos hostil do que os seus líderes.

Não é esta uma visão um tanto utópica, senhor Presidente?

Talvez o seja. Polo menos na altura. Mas é preciso olhar para diante. Para a maioria dos sérvios, o Kosovo não existe. Só querem conservar este território porque produz riqueza. A respeito disto, as antigas Repúblicas Jugoslavas podem ter a certidão de que manterão os seus interesses no Kosovo. Continuaremos a prover electricidade para toda a região. Quanto aos sérvios que vivem no Kosovo, não devem preocupar-se: oferecer-lhes-emos todas as garantias que desejarem. As organizações políticas que instaurámos nos anos anteriores anunciam a existência dum futuro Kosovo independente: uma sociedade democrática e tolerante onde haverá lugar para todos.

Marie-Françoise Allain é professora da Universidade de Paris e autora de *La question du Kosovo: entretiens avec Ibrahim Rugova* (*A questão do Kosovo: conversações com Ibrahim Rugova*).

[*] O Kosovo nunca foi nem é uma "república" dentro de Jugoslávia. O Kosovo e Metohija, ou *Kosmet* -- no seu nome oficial -- era (e, no papel, ainda é) um território autónomo da República de Sérvia, à sua vez federada com as Repúblicas de Eslovénia, Croácia, Bósnia/Herzegovina, Montenegro e Macedónia dentro da República Federal de Jugoslávia. Até 1989 as competências do território autónomo do Kosovo foram ampliadas em progressivas leis da República Sérvia. [Nota do Tradutor].

[**] O Kosovo nunca foi nem é estritamente uma "unidade federal" de Jugoslávia. Ver nota anterior [N. do T.]

Anexo E

Comunicado da Alta Comissária da ACNUR.



Ginebra, Suiza a 6 de marzo de 1999.

Es necesario proteger a los civiles en Kosovo,

dice Ogata, Alta Comisionada del ACNUR.

Urge a que se abran las fronteras.

El Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) expresó hoy su enorme preocupación acerca de la situación de los civiles en la provincia de Kosovo, tres días después de que la mayor parte de los observadores internacionales y los trabajadores humanitarios dejaran el área.

"Con solamente un puñado de observadores independientes en el terreno estamos extremadamente preocupados acerca de la condición de la población civil de Kosovo, que ha sufrido ya experiencias terribles", dijo la Alta Comisionada Sadako Ogata.

Ogata demandó que todas las partes en el conflicto de Kosovo se refrenen de atacar a los civiles y advirtió que aquellos que fueran culpables de cometer atrocidades tendrán que enfrentar su responsabilidad frente a la comunidad internacional. "La reducida presencia internacional en Kosovo no significa que haya impunidad", agregó.

El ACNUR y otras agencias de Naciones Unidas, así como la mayor parte de las organizaciones de ayuda internacional salieron de Kosovo el pasado martes después de que las Naciones Unidas en Nueva York ordenaran la evacuación total del personal de Naciones Unidas.

Ogata dijo que la decisión de dejar Kosovo había sido una decisión muy difícil de tomar y que el ACNUR regresará a la provincia tan pronto como la situación de seguridad mejore.

La Alta Comisionada también hizo un llamado urgente a los vecinos de Kosovo para que mantengan sus fronteras abiertas para aquellos que deseen huir de la atribulada



provincia. "Estoy solicitando a todos los gobiernos en la región y en otras partes de Europa que mantengan una política de puertas abiertas," explicó.

El ACNUR estima que más de 450,000 personas han sido desplazadas desde que la guerra estalló en Kosovo hace más de un año. De éstas, alrededor de 260,000 continúan desplazadas dentro de las fronteras de Kosovo.

Anexo F

**Resolução nº 1160 do Conselho de Segurança das Nações
Unidas.**



NACIONES
UNIDAS

S



Consejo de Seguridad

Distr.
GENERAL

S/RES/1160 (1998)
31 de marzo de 1998

RESOLUCIÓN 1160 (1998)

Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 3868ª sesión,
celebrada el 31 de marzo de 1998

El Consejo de Seguridad,

Tomando nota con reconocimiento de las declaraciones de los Ministros de Relaciones Exteriores de Alemania, los Estados Unidos de América, la Federación de Rusia, Francia, Italia y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte (el Grupo de Contacto) de fechas 9 y 25 de marzo de 1998 (S/1998/233 y S/1998/XXX), incluida la propuesta de imponer un embargo de armas total contra la República Federativa de Yugoslavia, incluida Kosovo,

Acojiendo con beneplácito la decisión adoptada en el período extraordinario de sesiones del Consejo Permanente de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa (OSCE) el 11 de marzo de 1998 (S/1998/246),

Condenando el uso de una fuerza excesiva por las fuerzas policiales serbias contra civiles y manifestantes pacíficos en Kosovo, así como todos los actos de terrorismo del Ejército de Liberación de Kosovo o de cualquier otro grupo o persona y todo el apoyo externo a las actividades terroristas en Kosovo, incluidas la financiación, la provisión de armas y el adiestramiento,

Tomando nota de la declaración de fecha 18 de marzo de 1998 formulada por el Presidente de la República de Serbia en relación con el proceso político en Kosovo y Metohija (S/1998/250),

Tomando nota también de la firme adhesión de los representantes superiores de la comunidad albanesa de Kosovo al principio de la no violencia,

Tomando nota de que se ha progresado en cierta medida en la aplicación de las medidas indicadas en la declaración del Grupo de Contacto de fecha 9 de marzo de 1998, pero recalcando que es necesario seguir avanzando,

Afirmando el compromiso de todos los Estados Miembros de respetar la soberanía y la integridad territorial de la República Federativa de Yugoslavia,

98-09026 (S) 310398 310398

/...



S/RES/1160

Página 2

Actuando con arreglo al Capítulo VII de la Carta de las Naciones Unidas,

1. Insta a la República Federativa de Yugoslavia a adoptar de inmediato las disposiciones adicionales necesarias para dar una solución política a la cuestión de Kosovo mediante el diálogo y para aplicar las medidas indicadas en las declaraciones del Grupo de Contacto de fechas 9 y 25 de marzo de 1998;

2. Insta asimismo a la dirigencia de la comunidad albanesa de Kosovo a condenar todas las actividades terroristas y recalca que todos los elementos de esa comunidad deben promover sus objetivos únicamente por medios pacíficos;

3. Destaca que para poner fin a la violencia y al terrorismo en Kosovo las autoridades de Belgrado deben ofrecer a la comunidad albanesa de Kosovo un proceso político auténtico;

4. Insta a las autoridades de Belgrado y a los dirigentes de la comunidad albanesa de Kosovo a que, con carácter urgente y sin imponer condiciones, entablen un diálogo fructífero respecto de las cuestiones de la condición política de Kosovo y toma nota de que el Grupo de Contacto está dispuesto a facilitar ese diálogo;

5. Concuerda, sin perjuicio de los resultados que arroje ese diálogo, con la propuesta formulada en las declaraciones del Grupo de Contacto de fechas 9 y 25 de marzo de 1998 en el sentido de que los principios relativos a una solución para el problema de Kosovo deberían basarse en la integridad territorial de la República Federativa de Yugoslavia y ajustarse a las normas de la OSCE, incluidas las establecidas en el Acta Final de Helsinki de la Conferencia sobre la Seguridad y la Cooperación en Europa de 1975 y en la Carta de las Naciones Unidas, y de que esa solución debe también tener en cuenta los derechos de los albaneses de Kosovo y de todos los que viven en Kosovo, y expresa su apoyo a un mejoramiento de la condición jurídica de Kosovo que entrañe un grado sustancialmente mayor de autonomía y de administración propia satisfactoria;

6. Acoge con beneplácito la firma, el 23 de marzo de 1998, de un acuerdo sobre medidas para aplicar el acuerdo sobre educación de 1996, insta a todas las partes a velar por que su aplicación avance sin tropiezos ni demoras según el calendario previsto y expresa su voluntad de considerar la adopción de medidas si alguna de las partes bloquea esa aplicación;

7. Expresa su apoyo a las gestiones de la OSCE encaminadas a resolver de forma pacífica la crisis en Kosovo, incluso las que realiza por conducto del Representante Personal del Presidente en ejercicio para la República Federativa de Yugoslavia, que también es el Representante Especial de la Unión Europea, y a que regresen las misiones a largo plazo de la OSCE;

8. Decide que todos los Estados, para promover la paz y la estabilidad en Kosovo, deberán prohibir la venta o el suministro a la República Federativa de Yugoslavia, incluida Kosovo, por sus nacionales o desde sus territorios o utilizando buques o aviones de su pabellón, de armamentos y material conexo de cualquier tipo, incluidas armas y municiones, vehículos y equipo militares y las piezas de repuesto correspondientes, e impedirán la provisión de armas y el adiestramiento de elementos para llevar a cabo actividades terroristas en ese territorio;

/...



9. Decide establecer, de conformidad con el artículo 28 de su reglamento provisional, un comité del Consejo de Seguridad, integrado por todos sus miembros, para que se ocupe de las tareas que se describen a continuación y presente al Consejo informes sobre su labor, junto con sus observaciones y recomendaciones:

a) recabar de todos los Estados información sobre las medidas que hayan adoptado en relación con la aplicación efectiva de las prohibiciones impuestas por la presente resolución;

b) examinar la información que señalen a su atención los Estados en relación con violaciones de las prohibiciones impuestas por la presente resolución y recomendar medidas adecuadas para responder a esas violaciones;

c) presentar informes periódicos al Consejo de Seguridad respecto de la información que se le presente en relación con las presuntas violaciones de las prohibiciones impuestas por la presente resolución;

d) promulgar las directrices necesarias para facilitar la aplicación de las prohibiciones impuestas por la presente resolución;

e) examinar los informes que se presenten en virtud del párrafo 12 infra;

10. Exhorta a todos los Estados y a todas las organizaciones internacionales y regionales a actuar en estricta conformidad con las disposiciones de la presente resolución, no obstante la existencia de derechos u obligaciones conferidos o impuestos por cualquier acuerdo internacional o cualquier contrato concertado o licencia o permiso otorgado con anterioridad a la entrada en vigor de las prohibiciones impuestas por la presente resolución y, en ese contexto, recalca la importancia de que se siga aplicando el Acuerdo sobre control subregional de armas firmado en Florencia el 14 de junio de 1996;

11. Pide al Secretario General que preste toda la asistencia necesaria al Comité establecido en virtud del párrafo 9 supra y establezca en la Secretaría los mecanismos que se requieran con ese objeto;

12. Pide a los Estados Miembros que informen al comité establecido en virtud del párrafo 9 supra, a más tardar 30 días después de la aprobación de la presente resolución, acerca de las medidas que hayan adoptado para dar efecto a las prohibiciones impuestas en ella;

13. Invita a la OSCE a mantener al Secretario General informado de la situación en Kosovo y de las medidas que adopte esa organización al respecto;

14. Pide al Secretario General que mantenga al Consejo informado periódicamente y que presente un informe sobre la situación en Kosovo y la aplicación de la presente resolución a más tardar 30 días después de su aprobación y cada 30 días a partir de esa fecha;

15. Pide asimismo que el Secretario General, en consulta con las organizaciones regionales competentes, incluya en su primer informe recomendaciones para el establecimiento de un régimen amplio de supervisión de la aplicación de las prohibiciones impuestas por la presente resolución e insta

/...



S/RBS/1160

Página 4

a todos los Estados, en particular a los Estados vecinos, a cooperar plenamente en ese ámbito;

16. Decide examinar la situación sobre la base de los informes del Secretario General, en los cuales se tendrán en cuenta las evaluaciones, entre otros, del Grupo de Contacto, la OSCE y la Unión Europea, y decide también volver a examinar las prohibiciones impuestas por la presente resolución, incluidas las medidas encaminadas a levantar esas prohibiciones, tras recibir una evaluación del Secretario General en el sentido de que el Gobierno de la República Federativa de Yugoslavia, cooperando de forma constructiva con el Grupo de Contacto:

a) ha entablado un diálogo sustantivo conforme a lo dispuesto en el párrafo 4 supra, incluida la participación de uno o varios representantes externos, a menos que el hecho de que no haya entablado ese diálogo no sea consecuencia de la posición de la República Federativa de Yugoslavia ni de las autoridades serbias;

b) ha retirado las unidades especiales de policía y ha puesto fin a las actividades de las fuerzas de seguridad en relación con la población civil;

c) ha permitido el acceso a Kosovo de organizaciones humanitarias, así como de representantes del Grupo de Contacto y otros enviados;

d) ha aceptado una misión del Representante Personal del Presidente en ejercicio de la OSCE para la República Federativa de Yugoslavia que incluiría un nuevo mandato expreso de abordar el problema de Kosovo, así como el regreso de las misiones a largo plazo de la OSCE;

e) ha facilitado una misión a Kosovo del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos;

17. Insta a la Oficina del Fiscal del Tribunal Internacional establecido de conformidad con la resolución 827 (1993) de 25 de mayo de 1993 a que inicie la compilación de información relacionada con los actos de violencia en Kosovo que puedan quedar comprendidos en su jurisdicción y toma nota de que las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia tienen la obligación de cooperar con el Tribunal y de que los países que integran el Grupo de Contacto pondrán a disposición del Tribunal la información fundamentada pertinente que tenga en su poder;

18. Afirma que el logro de adelantos concretos hacia la solución de las graves cuestiones políticas y de derechos humanos en Kosovo mejorará la posición internacional de la República Federativa de Yugoslavia y las perspectivas de la normalización de sus relaciones internacionales y su plena participación en las instituciones internacionales;

19. Recalca que si no se alcanzan adelantos constructivos hacia la solución pacífica de la situación en Kosovo se considerará la adopción de medidas adicionales;

20. Decide seguir ocupándose de la cuestión.

Anexo G

**Resolução nº 1199 do Conselho de Segurança das Nações
Unidas.**



NACIONES
UNIDAS

S



Consejo de Seguridad

Distr.
GENERAL

S/RES/1199 (1998)
23 de septiembre de 1998

RESOLUCIÓN 1199 (1998)

Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 3930ª sesión, celebrada el 23 de septiembre de 1998

El Consejo de Seguridad,

Recordando su resolución 1160 (1998) de 31 de marzo de 1998,

Habiendo examinado los informes presentados por el Secretario General de conformidad con esa resolución, y en particular su informe de 4 de septiembre de 1998 (S/1998/834 y Add.1),

Tomando nota con reconocimiento de la declaración hecha por los Ministros de Relaciones Exteriores de Alemania, los Estados Unidos de América, la Federación de Rusia, Francia, Italia y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte (el Grupo de Contacto), el 12 de junio de 1998, al término de la reunión del Grupo de Contacto con los Ministros de Relaciones Exteriores del Canadá y el Japón (S/1998/567, anexo), y de la nueva declaración hecha por el Grupo de Contacto en Bonn, el 8 de julio de 1998 (S/1998/657),

Tomando también nota con reconocimiento de la declaración conjunta de los Presidentes de la Federación de Rusia y de la República Federativa de Yugoslavia, de 16 de junio de 1998 (S/1998/526),

Tomando nota asimismo de la comunicación dirigida por el Fiscal del Tribunal Internacional para la ex Yugoslavia al Grupo del Contacto el 7 de julio de 1998, en la que expresaba la opinión de que la situación en Kosovo constituye un conflicto armado conforme a los términos del mandato del Tribunal,

Gravemente preocupado por los intensos combates recientes en Kosovo y, en particular, por el uso excesivo e indiscriminado de la fuerza por las fuerzas de seguridad serbias y por el ejército yugoslavo, lo que ha provocado numerosas bajas entre la población civil y, según la estimación del Secretario General, el desplazamiento de más de 230.000 personas de sus hogares,

98-27999 (S)

/...



S/RES/1199 (1998)
Página 2

Profundamente preocupado por la afluencia de refugiados a Albania septentrional, Bosnia y Herzegovina y otros países europeos como resultado del empleo de la fuerza en Kosovo, así como por el creciente número de personas desplazadas en el interior de Kosovo y otras partes de la República Federativa de Yugoslavia, de los cuales la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) ha estimado que hasta 50.000 carecen de alojamiento y otras necesidades básicas,

Reafirmando el derecho de todos los refugiados y personas desplazadas a regresar a sus hogares en condiciones de seguridad, y poniendo de relieve la responsabilidad de la República Federativa de Yugoslavia de crear las condiciones que les permitan hacerlo,

Condenando todos los actos de violencia por cualquiera de las partes, así como los actos de terrorismo para conseguir objetivos políticos por cualquier grupo o individuo, y todo apoyo exterior a estas actividades en Kosovo, incluido el suministro de armas y el adiestramiento para actividades terroristas en Kosovo, y manifestando su preocupación por los informes de violaciones continuas de las prohibiciones impuestas por la resolución 1160 (1998),

Profundamente preocupado por el rápido deterioro de la situación humanitaria en todo Kosovo, alarmado por la inminente catástrofe humanitaria que se describe en el informe del Secretario General y poniendo de relieve la necesidad de impedir que esto ocurra,

Profundamente preocupado también por los informes de violaciones cada vez más frecuentes de los derechos humanos y del derecho humanitario internacional, y destacando la necesidad de garantizar que se respeten los derechos de todos los habitantes de Kosovo,

Reafirmando los objetivos de la resolución 1160 (1998), en la que el Consejo expresaba su apoyo a una solución pacífica del problema de Kosovo, que incluiría un estatuto reforzado para Kosovo, un grado considerablemente mayor de autonomía y una auténtica administración propia,

Reafirmando también el compromiso de los Estados Miembros con la soberanía e integridad territorial de la República Federativa de Yugoslavia,

Afirmando que el deterioro de la situación en Kosovo (República Federativa de Yugoslavia) constituye una amenaza para la paz y la seguridad en la región,

Actuando de conformidad con el Capítulo VII de la Carta de las Naciones Unidas,

1. Pide que todas las partes, grupos e individuos cesen inmediatamente las hostilidades y mantengan una cesación del fuego en Kosovo (República Federativa de Yugoslavia), lo que aumentaría las perspectivas de un diálogo significativo entre las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia y los dirigentes albaneses de Kosovo y reduciría los riesgos de una catástrofe humanitaria;

2. Pide también que las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia y los dirigentes albaneses de Kosovo tomen medidas inmediatas para mejorar la situación humanitaria y evitar la catástrofe humanitaria inminente;

/...



S/RES/1199 (1998)
Página 3

3. Hace un llamamiento a las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia y a los dirigentes albaneses de Kosovo para que entablen inmediatamente un diálogo significativo sin condiciones previas y con participación internacional, con un calendario claro, que conduzca al fin de la crisis y a una solución política negociada de la cuestión de Kosovo, y acoge con satisfacción las gestiones en curso encaminadas a facilitar este diálogo;

4. Fide asimismo que la República Federativa de Yugoslavia, además de las medidas dispuestas en la resolución 1160 (1998), aplique inmediatamente las siguientes medidas concretas con el fin de lograr una solución política de la situación en Kosovo, conforme a los términos de la declaración del Grupo de Contacto de 12 de junio de 1998:

a) Cesar toda acción por parte de las fuerzas de seguridad que afecte a la población civil y ordenar la retirada de las unidades de seguridad utilizadas para la represión contra la población civil;

b) Permitir una supervisión internacional efectiva y continua en Kosovo por parte de la Misión de Observación de la Comunidad Europea y por las misiones diplomáticas acreditadas ante la República Federativa de Yugoslavia, incluido el acceso y la completa libertad de circulación de estos observadores, para entrar, salir y circular en Kosovo sin obstáculos por parte de las autoridades gubernamentales, y expedir rápidamente los documentos de viaje adecuados al personal internacional que contribuye a las actividades de observación;

c) Facilitar, de acuerdo con el ACNUR y el Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), el regreso a sus hogares en condiciones de seguridad de los refugiados y personas desplazadas, y permitir el acceso libre y sin trabas de las organizaciones humanitarias y los suministros a Kosovo;

d) Hacer rápidos progresos, de acuerdo con un calendario claro, en el diálogo con la comunidad albanesa de Kosovo a que se hace referencia en el párrafo 3, conforme a lo dispuesto en la resolución 1160 (1998), a fin de llegar a un acuerdo sobre las medidas de fortalecimiento de la confianza y encontrar una solución política de los problemas de Kosovo;

5. Toma nota, a ese respecto, de los compromisos asumidos por el Presidente de la República Federativa de Yugoslavia en su declaración conjunta con el Presidente de la Federación de Rusia, de 16 de junio de 1998:

a) Resolver los problemas existentes por medios políticos sobre la base de la igualdad para todos los ciudadanos y las comunidades étnicas en Kosovo;

b) No aplicar medidas represivas contra la población pacífica;

c) Proporcionar plena libertad de circulación para los representantes de Estados extranjeros e instituciones internacionales acreditados en la República Federativa de Yugoslavia que vigilan la situación en Kosovo y garantizar que no sufrirán restricciones;

d) Velar por que las organizaciones humanitarias, el CICR y el ACNUR y la entrega de suministros humanitarios, tengan un acceso pleno y sin obstáculos;

/...



S/RES/1199 (1998)
Página 4

e) Facilitar el regreso sin obstáculos de los refugiados y las personas desplazadas con arreglo a los programas acordados con el ACNUR y el CICR, proporcionando ayuda del Estado para la reconstrucción de los hogares destruidos,

y pide que se apliquen cabalmente esos compromisos;

6. Insiste en que los dirigentes albaneses de Kosovo condenen todos los actos terroristas y haga hincapié en que todos los elementos de la comunidad albanesa de Kosovo deben tratar de alcanzar sus objetivos solamente por medios pacíficos;

7. Recuerda la obligación de todos los Estados de aplicar plenamente las prohibiciones impuestas en la resolución 1160 (1998);

8. Haga suyas las medidas adoptadas para establecer una vigilancia internacional eficaz de la situación en Kosovo, y, a ese respecto, acoge con beneplácito el establecimiento de la Misión Diplomática de Observación en Kosovo;

9. Insta a los Estados y las organizaciones internacionales representados en la República Federativa de Yugoslavia a que proporcionen personal para cumplir la función de llevar a cabo una vigilancia internacional eficaz y permanente en Kosovo hasta que se alcancen los objetivos de la presente resolución y de la resolución 1160 (1998);

10. Recuerda a la República Federativa de Yugoslavia que tiene la responsabilidad primordial de velar por la seguridad de todo el personal diplomático acreditado en la República Federativa de Yugoslavia así como por la protección y seguridad de todo el personal humanitario internacional y no gubernamental presente en la República Federativa de Yugoslavia, y hace un llamamiento a las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia y a todos los interesados en la República Federativa de Yugoslavia para que adopten todas las medidas apropiadas para velar por que el personal de observación que cumpla funciones con arreglo a la presente resolución no esté sometido a la amenaza o el uso de la fuerza ni a injerencias de ningún tipo;

11. Pide a los Estados que busquen todos los medios compatibles con su legislación interna y los aspectos pertinentes del derecho internacional para impedir que fondos reunidos en sus territorios se utilicen para contravenir las disposiciones de la resolución 1160 (1998);

12. Insta a los Estados Miembros y otros interesados a que proporcionen recursos adecuados para la asistencia humanitaria en la región y respondan con prontitud y generosidad al llamamiento interinstitucional unificado de las Naciones Unidas para la asistencia humanitaria relacionada con la crisis de Kosovo;

13. Pide a las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia, los dirigentes de la comunidad albanesa de Kosovo y todos los demás interesados que cooperen plenamente con el Fiscal del Tribunal Internacional para la ex Yugoslavia en la investigación de posibles violaciones dentro de la jurisdicción del Tribunal;

/...



S/RES/1199 (1998)
Página 5

14. Subraya también la necesidad de que las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia lleven ante la justicia a los miembros de las fuerzas de seguridad que hayan participado en el maltrato de civiles y la destrucción deliberada de bienes;

15. Pida al Secretario General que presente informes periódicos al Consejo, según sea necesario, sobre su evaluación del cumplimiento de la presente resolución por las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia y todos los elementos de la comunidad albanesa de Kosovo, incluso por conducto de sus informes periódicos sobre la aplicación de la resolución 1160 (1998);

16. Decida, en caso de que no se apliquen las medidas concretas requeridas en la presente resolución y en la resolución 1160 (1998), examinar la posibilidad de adoptar medidas nuevas y adicionales para mantener o restablecer la paz y la estabilidad en la región;

17. Decida seguir ocupándose de la cuestión.

Anexo H

**Resolução nº 1203 do Conselho de Segurança das Nações
Unidas.**



NACIONES
UNIDAS

S



Consejo de Seguridad

Distr.
GENERAL

S/RES/1203 (1998)
24 de octubre de 1998

RESOLUCION 1203 (1998)

Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 3937ª sesión,
celebrada el 24 de octubre de 1998

El Consejo de Seguridad,

Recordando sus resoluciones 1160 (1998), de 31 de marzo de 1998, y 1199 (1998), de 23 de septiembre de 1998, y la importancia de llegar a una solución pacífica del problema de Kosovo (República Federativa de Yugoslavia),

Habiendo examinado los informes presentados por el Secretario General de conformidad con esas resoluciones, en particular su informe de fecha 8 de octubre de 1998 (S/1998/912),

Acogiendo con beneplácito el acuerdo firmado en Belgrado el 16 de octubre de 1998 por el Ministro de Relaciones Exteriores de la República Federativa de Yugoslavia y el Presidente en ejercicio de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa en el que se dispone que esta última establecerá una misión de verificación en Kosovo (S/1998/978), incluido el compromiso asumido por la República Federativa de Yugoslavia de dar cumplimiento a las resoluciones 1160 (1998) y 1199 (1998),

Acogiendo también con beneplácito el acuerdo firmado en Belgrado el 16 de octubre de 1998 por el Jefe de Estado Mayor de la República Federativa de Yugoslavia y el Comandante Aliado Supremo para Europa de la Organización del Tratado del Atlántico Norte, en el que se dispone el establecimiento de una misión de verificación aérea sobre Kosovo (S/1998/991, anexo), que complementa la Misión de verificación de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa,

Acogiendo asimismo con satisfacción la decisión del Consejo Permanente de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa de 16 de octubre de 1998 (S/1998/959, anexo),

Acogiendo complacido la decisión del Secretario General de enviar una misión a la República Federativa de Yugoslavia para establecer una capacidad que

98-32124 (S)

/...



S/RES/1203 (1998)
Página 2

permita evaluar directamente la evolución de la situación sobre el terreno en Kosovo,

Reafirmando que, con arreglo a la Carta de las Naciones Unidas, se encomienda al Consejo de Seguridad la responsabilidad primordial del mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales,

Recordando los objetivos de la resolución 1160 (1998), en la que el Consejo expresó apoyo a una solución pacífica del problema de Kosovo que incluiría un mejoramiento del estatuto jurídico de Kosovo, un grado sustancialmente mayor de autonomía y una verdadera autonomía administrativa,

Condenando todo acto de violencia por cualquiera de las partes, así como todo acto de terrorismo perpetrado por cualquier grupo o individuo para conseguir objetivos políticos, y todo apoyo exterior a esas actividades en Kosovo, incluido el suministro de armas y el adiestramiento para actividades terroristas en Kosovo, y expresando preocupación ante las informaciones de que se siguen violando las prohibiciones impuestas por la resolución 1160 (1998),

Profundamente preocupado ante la reciente clausura por las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia de locales de medios de información independientes en la República Federativa de Yugoslavia, y destacando la necesidad de que éstos sean autorizados a reanudar libremente sus actividades,

Profundamente alarmado y preocupado por la grave situación humanitaria que sigue existiendo en todo Kosovo y la inminente catástrofe humanitaria, y subrayando nuevamente la necesidad de impedir que esto suceda,

Destacando la importancia de mantener una coordinación apropiada de las iniciativas humanitarias emprendidas por los Estados, el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados y las organizaciones internacionales en Kosovo,

Haciendo hincapié en la necesidad de garantizar la seguridad de los miembros de la Misión de verificación en Kosovo y de la Misión de verificación aérea sobre Kosovo,

Reafirmando la determinación de todos los Estados Miembros de resguardar la soberanía y la integridad territorial de la República Federativa de Yugoslavia,

Afirmando que la situación no resuelta en Kosovo (República Federativa de Yugoslavia) constituye una amenaza constante para la paz y la seguridad en la región,

Actuando de conformidad con el Capítulo VII de la Carta de las Naciones Unidas,

1. Hace suyos y apoya los acuerdos firmados en Belgrado el 16 de octubre de 1998 entre la República Federativa de Yugoslavia y la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa, y el 15 de octubre de 1998 entre la República Federativa de Yugoslavia y la Organización del Tratado del Atlántico Norte, relativos a la verificación del cumplimiento por la República Federativa de Yugoslavia y todas las demás partes interesadas en Kosovo de los requisitos

/...



S/RES/1203 (1998)
Página 3

establecidos en su resolución 1199 (1998), y exige la plena e inmediata aplicación de esos acuerdos por la República Federativa de Yugoslavia;

2. Toma nota de que el Gobierno de Serbia ha hecho suyo el acuerdo al que llegaron el Presidente de la República Federativa de Yugoslavia y el enviado especial de los Estados Unidos de América (S/1998/953, anexo), y del compromiso asumido públicamente por la República Federativa de Yugoslavia de concluir las negociaciones sobre un marco para una solución política a más tardar el 2 de noviembre de 1998, y pide el pleno cumplimiento de estos compromisos;

3. Exige que la República Federativa de Yugoslavia cumpla plenamente y en forma inmediata las resoluciones 1160 (1998) y 1199 (1998) y coopere plenamente con la Misión de verificación de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa y la Misión de verificación aérea sobre Kosovo de la Organización del Tratado del Atlántico Norte, de conformidad con los términos de los acuerdos a que se hace referencia en el párrafo 1 supra;

4. Exige también que los dirigentes albaneses de Kosovo y todos los demás elementos de la comunidad albanesa de Kosovo cumplan plenamente y en forma inmediata las resoluciones 1160 (1998) y 1199 (1998) y cooperen plenamente con la Misión de verificación de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa en Kosovo;

5. Subraya la necesidad urgente de que las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia y los dirigentes albaneses de Kosovo entablen inmediatamente un diálogo serio sin condiciones previas y con participación internacional, y de acuerdo con un calendario preciso que conduzca al fin de la crisis y a una solución política negociada de la cuestión de Kosovo;

6. Exige que las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia, los dirigentes albaneses de Kosovo y todos los otros interesados respeten la libertad de desplazamiento de la Misión de verificación de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa y demás personal internacional;

7. Insta a los Estados y las organizaciones internacionales a que aporten los servicios de personal para la Misión de verificación de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa en Kosovo;

8. Recuerda a la República Federativa de Yugoslavia que tiene la responsabilidad primordial de velar por la seguridad de todo el personal diplomático acreditado ante la República Federativa de Yugoslavia, incluidos los miembros de la Misión de verificación de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa, así como por la protección y seguridad de todo el personal humanitario internacional y no gubernamental presente en la República Federativa de Yugoslavia y pide a las autoridades de este país y a todos los otros interesados en la República Federativa de Yugoslavia, incluidos los dirigentes albaneses de Kosovo, que tomen todas las medidas apropiadas para que el personal que cumple funciones en virtud de la presente resolución y de los acuerdos a que se hace referencia en el párrafo 1 supra no esté sometido a la amenaza o el uso de la fuerza ni a injerencias de ningún tipo;

9. Acoge favorablemente, en este contexto, el compromiso asumido por la República Federativa de Yugoslavia de garantizar la protección y la seguridad de

/...



S/RES/1203 (1998)
Página 4

las misiones de verificación, según figura en los acuerdos mencionados en el párrafo 1 supra, toma nota de que, con tal objeto, la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa está examinando los mecanismos que habrían de aplicarse en cooperación con otras organizaciones, y afirma que, en caso de emergencia, podrá ser necesario adoptar medidas para garantizar la seguridad y la libertad de desplazamiento de esas misiones, tal como se contempla en los acuerdos a que se hace referencia en el párrafo 1 supra;

10. Insista en que los dirigentes albaneses de Kosovo condenen todos los actos terroristas, exija que estos actos cesen inmediatamente, y hace hincapié en que todos los elementos de la comunidad albanesa de Kosovo deben tratar de alcanzar sus objetivos por medios pacíficos únicamente;

11. Exige que las autoridades de la República Federativa de Yugoslavia y los dirigentes albaneses de Kosovo tomen inmediatamente medidas para cooperar en las actividades internacionales encaminadas a mejorar la situación humanitaria y prevenir la inminente catástrofe humanitaria;

12. Reafirma el derecho de todos los refugiados y personas desplazadas a regresar a sus hogares con seguridad, y subraya la responsabilidad de la República Federativa de Yugoslavia de crear las condiciones que les permitan hacerlo;

13. Insta a los Estados Miembros y a otros interesados a que proporcionen recursos adecuados para la asistencia humanitaria en la región y respondan con prontitud y generosidad al llamamiento interinstitucional unificado de las Naciones Unidas para la asistencia humanitaria en relación con la crisis de Kosovo;

14. Pide una investigación rápida y completa, con participación y supervisión internacionales, de todas las atrocidades cometidas contra civiles y la plena cooperación con el Tribunal Internacional para la ex Yugoslavia, incluido el cumplimiento de sus mandamientos, peticiones de información e investigaciones;

15. Decide que las prohibiciones impuestas en el párrafo 8 de la resolución 1160 (1998) no se aplicarán al equipo pertinente destinado al uso exclusivo de las misiones de verificación de conformidad con los acuerdos a que se hace referencia en el párrafo 1 supra;

16. Pide al Secretario General que, actuando en consulta con las partes a que conciernen los acuerdos mencionados en el párrafo 1 supra, informe periódicamente al Consejo sobre la aplicación de la presente resolución;

17. Decide seguir ocupándose de esta cuestión.

Anexo I

**Resolução nº 1239 do Conselho de Segurança das Nações
Unidas.**



NACIONES
UNIDAS

S



Consejo de Seguridad

Distr.
GENERAL

S/RES/1239 (1999)
14 de mayo de 1999

RESOLUCIÓN 1239 (1999)

Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4003ª sesión,
celebrada el 14 de mayo de 1999

El Consejo de Seguridad,

Recordando sus resoluciones 1160 (1998), de 31 de marzo de 1998, 1199 (1998), de 23 de septiembre de 1998, y 1203 (1998), de 24 de octubre de 1998, y las declaraciones de su Presidente de 24 de agosto de 1998 (S/PRST/1998/25), 19 de enero de 1999 (S/PRST/1999/2) y 29 de enero de 1999 (S/PRST/1999/5),

Teniendo presentes las disposiciones de la Carta de las Naciones Unidas y basándose en la Declaración Universal de Derechos Humanos, los pactos y convenciones internacionales de derechos humanos, las Convenciones y el Protocolo sobre el Estatuto de los Refugiados, los Convenios de Ginebra de 1949 y los Protocolos Adicionales de 1977, así como en otros instrumentos del derecho internacional humanitario,

Expresando su grave preocupación por la catástrofe humanitaria que tiene lugar en Kosovo (República Federativa de Yugoslavia) y zonas adyacentes de resultas de la crisis permanente,

Profundamente preocupado por la enorme cantidad de refugiados de Kosovo que llegan a Albania, la ex República Yugoslava de Macedonia, Bosnia y Herzegovina y otros países, así como por el número cada vez mayor de personas desplazadas dentro de Kosovo, la República de Montenegro y otras partes de la República Federativa de Yugoslavia,

Destacando la importancia de que se coordinen con eficacia las actividades de socorro humanitario que desarrollan los Estados, la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) y las organizaciones internacionales con objeto de aliviar los sufrimientos y la difícil situación en que se encuentran los refugiados y las personas internamente desplazadas,

99-14378 (S) 140599 140599

/...



S/RES/1239 (1999)
Página 2

Tomando nota con interés de la intención del Secretario General de enviar una misión a Kosovo y otras partes de la República Federativa de Yugoslavia para que evalúe las necesidades de asistencia humanitaria,

Reafirmando la integridad territorial y la soberanía de todos los Estados de la región,

1. Encarga a los Estados Miembros, al Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) y otras organizaciones internacionales de socorro humanitario por los esfuerzos que han desplegado para prestar la asistencia de socorro que necesitan urgentemente los refugiados de Kosovo en Albania, la ex República Yugoslava de Macedonia y Bosnia y Herzegovina, y los insta, así como a otros que estén en situación de hacerlo, a que aporten recursos para prestar asistencia humanitaria a los refugiados y a las personas internamente desplazadas;

2. Invita al ACNUR y a otras organizaciones internacionales de socorro humanitario a que presten asistencia de socorro a las personas internamente desplazadas en Kosovo, la República de Montenegro y otras partes de la República Federativa de Yugoslavia, así como a otros civiles afectados por la actual crisis;

3. Hace un llamamiento para que se dé acceso al personal de las Naciones Unidas y todo el personal humanitario que desarrolla actividades en Kosovo y otras partes de la República Federativa de Yugoslavia;

4. Reafirma el derecho de todos los refugiados y personas desplazadas a regresar a sus hogares de manera digna y en condiciones de seguridad;

5. Subraya que la situación humanitaria seguirá empeorando si no se llega a una solución política de la crisis que sea compatible con los principios aprobados el 6 de mayo de 1999 por los Ministros de Relaciones Exteriores de Alemania, el Canadá, los Estados Unidos de América, la Federación de Rusia, Francia, Italia, el Japón y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte (S/1999/516), e insta a todas las partes interesadas a que contribuyan al logro de ese objetivo;

6. Pide seguir ocupándose activamente de la cuestión.

Anexo J

**Resolução nº 1244 do Conselho de Segurança das Nações
Unidas.**



NACIONES
UNIDAS

S



Consejo de Seguridad

Distr.
GENERAL

S/RES/1244 (1999)
10 de junio de 1999

RESOLUCIÓN 1244 (1999)

Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 4011ª sesión,
celebrada el 10 de junio de 1999

El Consejo de Seguridad,

Teniendo presentes los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas, y la responsabilidad primordial del Consejo de Seguridad respecto del mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales,

Recordando sus resoluciones 1160 (1998), de 31 de marzo de 1998, 1199 (1998), de 23 de septiembre de 1998, 1203 (1998), de 24 de octubre de 1998, y 1239 (1999), de 14 de mayo de 1999,

Lamentando que no se hayan cumplido cabalmente las disposiciones de esas resoluciones,

Resuelto a solucionar la grave situación humanitaria de Kosovo (República Federativa de Yugoslavia) y a lograr el regreso libre y en condiciones de seguridad de todos los refugiados y las personas desplazadas a sus hogares,

Condenando todos los actos de violencia contra la población de Kosovo, así como los actos terroristas de todas las partes,

Recordando la declaración formulada por el Secretario General el 9 de abril de 1999, en que expresó preocupación por la tragedia humanitaria que tenía lugar en Kosovo,

Reafirmando el derecho de todos los refugiados y personas desplazadas a regresar a sus hogares en condiciones de seguridad,

Recordando la competencia y el mandato del Tribunal Internacional para la ex Yugoslavia,

99-17292 (S)

/...



S/RES/1244 (1999)
Página 2

Acogiendo con beneplácito los principios generales relativos a una solución política para la crisis de Kosovo aprobados el 6 de mayo de 1999 (S/1999/516, anexo 1 de la presente resolución) y acogiendo con beneplácito también el hecho de que la República Federativa de Yugoslavia acepta los principios establecidos en los puntos 1 a 9 del documento presentado en Belgrado el 2 de junio de 1999 (S/1999/649, anexo 2 de la presente resolución) y está de acuerdo con ese documento,

Reafirmando la adhesión de todos los Estados Miembros al principio de la soberanía e integridad territorial de la República Federativa de Yugoslavia y los demás Estados de la región, expresada en el Acta Final de Helsinki y en el anexo 2,

Reafirmando el llamamiento formulado en resoluciones anteriores en favor de una autonomía sustancial y una verdadera administración propia para Kosovo,

Determinando que la situación en la región sigue constituyendo una amenaza para la paz y la seguridad internacionales,

Resuelto a velar por la seguridad del personal internacional y por el cumplimiento por todos los interesados de sus obligaciones con arreglo a la presente resolución, y obrando con esos propósitos en virtud del Capítulo VII de la Carta de las Naciones Unidas,

1. Decide que la solución política de la crisis de Kosovo debe basarse en los principios generales que figuran en el anexo 1 y su elaboración ulterior en los principios y demás elementos necesarios enunciados en el anexo 2;

2. Acoge con beneplácito la aceptación por la República Federativa de Yugoslavia de los principios y demás elementos necesarios a que se hace referencia en el párrafo 1 supra y exige la plena cooperación de la República Federativa de Yugoslavia en su pronta aplicación;

3. Exige en particular que la República Federativa de Yugoslavia ponga fin, de forma inmediata y verificable, a la violencia y a la represión en Kosovo y emprenda y concluya el retiro gradual verificable de Kosovo de todas las fuerzas militares, policiales y paramilitares con arreglo a un calendario rápido, con el que se sincronizará el despliegue de la presencia internacional de seguridad en Kosovo;

4. Confirma que, después del retiro, se autorizará el regreso a Kosovo de un número acordado de elementos militares y policiales para llevar a cabo las funciones señaladas en el anexo 2;

5. Decide desplegar en Kosovo, bajo los auspicios de las Naciones Unidas, presencias internacionales, una civil y otra de seguridad, con el equipo y el personal que sea necesario, y acoge con beneplácito que la República Federativa de Yugoslavia esté de acuerdo con esas presencias;

/...



S/RES/1244 (1999)
Página 3

6. Pide al Secretario General que designe, en consulta con el Consejo de Seguridad, a un Representante Especial para que controle el despliegue de la presencia internacional civil y pide además al Secretario General que dé instrucciones a su Representante Especial para que coordine estrechamente la labor de esa presencia con la de la presencia internacional de seguridad para que las actividades de las dos presencias se orienten hacia los mismos objetivos y se apoyen mutuamente;

7. Autoriza a los Estados Miembros y a las organizaciones internacionales competentes a establecer la presencia internacional de seguridad en Kosovo mencionada en el punto 4 del anexo 2 con todos los medios necesarios para que cumpla las obligaciones enunciadas en el párrafo 9 infra;

8. Afirma la necesidad del despliegue rápido y temprano de presencias internacionales civil y de seguridad efectivas en Kosovo y exige que las partes cooperen cabalmente en ese despliegue;

9. Decide que las obligaciones de la presencia internacional de seguridad que se desplegará y desarrollará actividades en Kosovo incluirán las siguientes actividades:

a) Disuadir a las partes de que reanuden las hostilidades, manteniendo y, en caso necesario, imponiendo la cesación del fuego, y asegurar el retiro y evitar el regreso a Kosovo de las fuerzas militares, policiales y paramilitares de la Federación y de la República, excepto según lo previsto en el punto 6 del anexo 2;

b) Desmilitarizar el Ejército de Liberación de Kosovo (ELK) y otros grupos armados de albaneses de Kosovo como se establece en el párrafo 15 infra;

c) Establecer un entorno seguro de modo que los refugiados y las personas desplazadas puedan regresar a sus hogares en condiciones de seguridad, la presencia internacional civil pueda desarrollar sus actividades, se pueda establecer una administración de transición y se pueda prestar ayuda humanitaria;

d) Mantener el orden y la seguridad públicos hasta que la presencia internacional civil pueda asumir esa responsabilidad;

e) Supervisar la remoción de minas hasta que la presencia internacional civil pueda, cuando proceda, asumir esa responsabilidad;

f) Prestar apoyo, según corresponda, a la labor de la presencia internacional civil y mantener una coordinación estrecha con ella;

g) Realizar las actividades de vigilancia fronteriza que sean necesarias;

h) Valar por su propia protección y libertad de circulación y por las de la presencia internacional civil y otras organizaciones internacionales;

/...



S/RES/1244 (1999)
Página 4

10. Autoriza al Secretario General a establecer, con la asistencia de las organizaciones internacionales competentes, una presencia internacional civil en Kosovo a fin de que Kosovo tenga una administración provisional bajo la cual su pueblo pueda gozar de una autonomía sustancial en la República Federativa de Yugoslavia y la cual se encargará de administrar la transición al tiempo que establecerá y supervisará el desarrollo de instituciones provisionales de gobierno democrático autónomo a fin de crear condiciones propicias para que todos los habitantes de Kosovo puedan vivir una vida pacífica y normal;

11. Decide que entre las principales responsabilidades de la presencia internacional civil estarán las siguientes:

- a) Promover el establecimiento, hasta que se llegue a una solución definitiva, de una autonomía y un autogobierno sustanciales en Kosovo, teniendo plenamente en cuenta el anexo 2 y los acuerdos de Rambouillet (S/1999/648);
- b) Cumplir funciones administrativas civiles básicas donde y mientras sea necesario;
- c) Organizar y supervisar el desarrollo de instituciones provisionales para el autogobierno democrático y autónomo hasta que se llegue a una solución política, incluida la celebración de elecciones;
- d) Transferir, a medida que se establezcan esas instituciones, sus funciones administrativas, y al mismo tiempo supervisar y apoyar la consolidación de las instituciones provisionales locales de Kosovo y otras actividades de establecimiento de la paz;
- e) Facilitar un proceso político encaminado a determinar el estatuto futuro de Kosovo, teniendo en cuenta los acuerdos de Rambouillet (S/1999/648);
- f) En una etapa final, supervisar el traspaso de autoridad de las instituciones provisionales de Kosovo a las instituciones que se establezcan conforme a una solución política;
- g) Apoyar la reconstrucción de la infraestructura básica y otras tareas de reconstrucción económica;
- h) Apoyar, en coordinación con las organizaciones humanitarias internacionales, la ayuda humanitaria y el socorro en casos de desastre;
- i) Mantener la ley y el orden público, incluso mediante el establecimiento de un cuerpo de policía local y, entre tanto, mediante el despliegue de agentes de policía internacionales en Kosovo;
- j) Proteger y promover los derechos humanos;
- k) Asegurar el regreso seguro y libre de todos los refugiados y personas desplazadas a sus hogares en Kosovo;

/...



S/RES/1244 (1999)
Página 5

12. Subraya la necesidad de coordinar las operaciones de socorro humanitario y de que la República Federativa de Yugoslavia permita el acceso libre a Kosovo de las organizaciones de ayuda humanitaria y coopere con dichas organizaciones para asegurar la prestación rápida y eficaz de la ayuda internacional;
13. Alienta a los Estados Miembros y a las organizaciones internacionales a que contribuyan a la reconstrucción económica y social lo mismo que al regreso seguro de los refugiados y las personas desplazadas, y subraya en ese sentido la importancia de convocar lo antes posible una conferencia internacional de donantes, particularmente para los fines indicados en el inciso g) del párrafo 11 supra;
14. Exige la plena cooperación de todos los interesados, incluida la presencia internacional de seguridad, con el Tribunal Internacional para la ex Yugoslavia;
15. Exige que el Ejército de Liberación de Kosovo y otros grupos armados de albaneses de Kosovo pongan fin inmediatamente a todas las acciones ofensivas y se ajusten a las disposiciones de la desmilitarización que establezca el jefe de la presencia internacional de seguridad en consulta con el Representante Especial del Secretario General;
16. Decide que las prohibiciones impuestas en virtud del párrafo 8 de la resolución 1160 (1998) no serán aplicables a las armas y el material conexo para uso de las presencias internacionales civil y de seguridad;
17. Acoge con beneplácito la labor iniciada por la Unión Europea y otras organizaciones internacionales para establecer un criterio integrado para el desarrollo económico y la estabilización de la región afectada por la crisis de Kosovo, incluida la aplicación de un pacto de estabilidad para la Europa sudoriental con amplia participación internacional a fin de fomentar la democracia, la prosperidad económica, la estabilidad y la cooperación regional;
18. Exige que todos los Estados de la región cooperen plenamente en la aplicación de todos los aspectos de la presente resolución;
19. Decide que las presencias internacionales civil y de seguridad se establezcan por un período inicial de 12 meses, y se mantengan después a menos que el Consejo de Seguridad decida otra cosa;
20. Pide al Secretario General que le presente periódicamente informes sobre la aplicación de la presente resolución, incluidos los informes de los jefes de las presencias internacionales civil y de seguridad, los primeros de los cuales se presentarán en un plazo de 30 días a partir de la aprobación de la presente resolución;
21. Decide seguir ocupándose activamente de esta cuestión.

/...



S/RES/1244 (1999)
Página 6

ANEXO 1

Declaración formulada por el Presidente al concluir
la reunión de Ministros de Relaciones Exteriores del
Grupo de los Ocho, celebrada en el Centro Petersberg
el 6 de mayo de 1999

Los Ministros de Relaciones Exteriores del Grupo de los Ocho han aprobado los siguientes principios generales para la solución política de la crisis de Kosovo:

- Cesación inmediata y verificable de la violencia y la represión en Kosovo;
- Retiro de Kosovo de las fuerzas militares, policiales y paramilitares;
- Despliegue en Kosovo de presencias internacionales eficaces, una civil y otra de seguridad, respaldadas y aprobadas por las Naciones Unidas, capaces de garantizar el logro de los objetivos comunes;
- Establecimiento de una administración provisional para Kosovo con arreglo a lo que decida el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, a fin de crear condiciones propicias para que todos los habitantes de Kosovo puedan vivir una vida pacífica y normal;
- Regreso seguro y libre de todos los refugiados y personas desplazadas y libre acceso a Kosovo de las organizaciones de ayuda humanitaria;
- Un proceso político encaminado al establecimiento de un acuerdo sobre un marco político provisional que prevea un gobierno autónomo sustancial para Kosovo, teniendo plenamente en cuenta los acuerdos de Rambouillet y los principios de soberanía e integridad territorial de la República Federativa de Yugoslavia y los demás países de la región, y la desmilitarización del Ejército de Liberación de Kosovo;
- Un criterio integrado para el desarrollo económico y la estabilización de la región en crisis.

ANEXO 2

Para lograr una solución de la crisis de Kosovo, deberá llegarse a un acuerdo sobre los principios siguientes:

1. El fin inmediato y verificable de la violencia y la represión en Kosovo.
2. El retiro verificable de Kosovo de todas las fuerzas militares, policiales y paramilitares conforme a un calendario rápido.

/...



S/RES/1244 (1999)
Página 7

3. El despliegue en Kosovo, bajo los auspicios de las Naciones Unidas, de presencias internacionales eficaces, una civil y otra de seguridad, con un mandato que se determinará conforme al Capítulo VII de la Carta, capaces de garantizar el logro de objetivos comunes.

4. La presencia internacional de seguridad con participación sustancial de la Organización del Tratado del Atlántico Norte se desplegará bajo mando y control unificado y estará autorizada para establecer un entorno seguro para toda la población de Kosovo y facilitar a todos los refugiados y personas desplazadas el regreso seguro a sus hogares.

5. El establecimiento, que decidirá el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, de una administración provisional en Kosovo como parte de la presencia internacional civil que permita al pueblo de Kosovo disfrutar de una autonomía sustancial dentro de la República Federativa de Yugoslavia. Dicha administración funcionaría en el período de transición, mientras supervisa el establecimiento de instituciones autónomas democráticas provisionales que permitan asegurar condiciones propicias para que todos los habitantes de Kosovo puedan vivir una vida pacífica y normal.

6. Después del retiro, se permitirá el regreso de un número convenido de personal yugoslavo y serbio para que cumpla las siguientes funciones:

- Servir de enlace con la misión civil internacional y el personal de seguridad internacional;
- Demarcar y limpiar campos minados;
- Mantener una presencia en lugares que son patrimonio nacional serbio;
- Mantener una presencia en los principales cruces fronterizos.

7. El regreso seguro y libre de todos los refugiados y personas desplazadas bajo la supervisión del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados y el acceso sin trabas a Kosovo de las organizaciones de ayuda humanitaria.

8. Un proceso político para el establecimiento de un acuerdo sobre un marco político provisional que disponga un gobierno autónomo sustancial para Kosovo, teniendo en cuenta plenamente los acuerdos de Rambouillet y los principios de soberanía e integridad territorial de la República Federativa de Yugoslavia y de los demás países de la región, y la desmilitarización del Ejército de Liberación de Kosovo. Las negociaciones entre las partes para llegar a un arreglo no demorarán ni perturbarán el establecimiento de instituciones autónomas democráticas.

9. Un criterio integrado para el desarrollo económico y la estabilización de la región afectada por la crisis. Esto incluirá la aplicación de un pacto de estabilidad para la Europa sudoriental con amplia participación internacional a fin de promover la democracia, la prosperidad económica, la estabilidad y la cooperación regional.

/...



S/RES/1244 (1999)
Página 8

10. La aceptación de los principios enunciados, así como de otros requisitos ya determinados que se especifican en la nota al pie³, como requisito para la suspensión de la actividad militar. Seguidamente se firmará prontamente un acuerdo militar y técnico en que se establecerán, entre otras cosas, otras modalidades, incluidas las funciones del personal yugoslavo y serbio en Kosovo:

Retiro

- Procedimientos para el retiro, incluido el calendario detallado y por etapas y la delimitación de una zona de separación en Serbia más allá de la cual se retirarán las fuerzas;

Regreso de personal

- Equipo vinculado con el personal que regresa;
- Mandato que establezca las funciones de dicho personal;
- Calendario para su regreso;
- Delimitación de las zonas geográficas de sus operaciones;
- Normas que regirán sus relaciones con el personal internacional de seguridad y la misión civil internacional.

Notas

³ Otros requisitos:

- Un calendario preciso para el retiro rápido que prevea, por ejemplo, siete días para concluir el retiro y el repliegue del armamento de defensa antiaérea más allá de una zona de seguridad mutua de 25 kilómetros en un plazo de 48 horas;
- El regreso del personal encargado de cumplir las cuatro funciones que se especifican supra se hará bajo la supervisión de la presencia internacional de seguridad y estará limitado a un pequeño número convenido (cientos y no miles);
- La suspensión de la actividad militar se efectuará una vez iniciado el retiro verificable;
- La negociación y la concertación de un acuerdo militar y técnico no extenderán el plazo previsto previamente para la conclusión del retiro.

Anexo K

Imagens



Imagens retiradas do Diapositivo “O Kosovo” RI 13; Fevereiro de 2008.



